



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

Cássia Luzia Lobato Benathar

DOS *MELLAHS* MARROQUINOS AO “FAZER A AMAZÔNIA”:

Economia e Sociedade dos judeus sefaraditas em Gurupá-PA

BELÉM- PA

2024

Cássia Luzia Lobato Benathar

DOS *MELLAHS* MARROQUINOS AO “FAZER A AMAZÔNIA”:

Economia e Sociedade dos judeus sefaraditas em Gurupá-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Diversidade Sociocultural. Linha de Pesquisa: Cultura e Patrimônio.

Orientador: Dr. Nelson Rodrigues Sanjad
Coorientadores: Dra. Helena Lima e Dr. Marcio Meira.

DOS MELLAHS MARROQUINOS AO “FAZER A AMAZÔNIA”:

Economia e Sociedade dos judeus sefaraditas em Gurupá-PA

Cássia Luzia Lobato Benathar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Diversidade Sociocultural. Linha de Pesquisa: Cultura e Patrimônio.

Examinada por:

Orientador: **Prof.º Dr. Nelson Rodrigues Sanjad**
PPGDS/Museu Goeldi

Examinador Externo: **Prof. Dr.ª Cristina Donza Cancela**
PPHIST/UFPA

Examinador Interno: **Prof. Dr.ª Helena Pinto Lima**
PPGDS/Museu Goeldi

Suplente: **Prof. Dr. Marcio Augusto Freitas Meira**
PPGDS/Museu Goeldi

À minha mãe, Luiza Benathar, aos meus irmãos
e meus filhos, Jacob Marcos e Laís.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Eterno pela força e coragem que Ele me concedeu para seguir em frente, mesmo nos momentos em que me senti desanimada, desmotivada e insegura durante o processo formativo. Sua presença foi como uma mão que segurava a minha, tornando o percurso menos temeroso, mesmo sendo uma jornada que muitas vezes enfrentei sozinha, mas que foi profundamente refletida.

Sou imensamente grata ao meu orientador, professor Dr. Nelson Rodrigues Sanjad, cuja paciência foi uma virtude marcante durante todo o processo de orientação. Agradeço profundamente sua orientação sábia, paciente e apoio ao longo desta jornada. Seu acompanhamento foi essencial para dar forma a este trabalho e para o meu desenvolvimento como pesquisadora.

Também expresso minha gratidão aos meus coorientadores, Dr. Márcio Meira e Dra. Helena Lima, por dedicarem seu tempo e expertise na avaliação deste trabalho e por suas valiosas percepções e sugestões. Em especial, gostaria de reconhecer a Dra. Helena Lima, que não apenas me introduziu ao universo acadêmico por meio do Projeto Origens, Cultura e Ambiente (OCA) desenvolvido em Gurupá, mas também me incentivou a explorar a pesquisa sobre os imigrantes judeus na região.

Gostaria de agradecer à Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) pelo investimento que tornou possível a conclusão desta dissertação de Mestrado.

Do mesmo modo, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e Programa Amazônia Legal, pelo financiamento às duas Missões de Estudo que realizei. Essas experiências foram essenciais para o desenvolvimento e enriquecimento deste trabalho.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG) por sua acolhida e valiosa contribuição para a realização desta pesquisa. Agradeço especialmente ao coletivo de professores e pesquisadores, incluindo Cândida Barros, Claudia Lopez, Marcos Magalhães, Jimena Beltrão, Eduardo Neves, Alexandre Navarro, Cristiana Barreto, cujo conhecimento e orientação foram fundamentais para meu aprendizado e crescimento acadêmico.

Expresso meu agradecimento aos titulares dos cartórios Gurupá e Alberto Mochel, Dr. Juvenaldo Guimarães e Dra. Elen Fortunato de Azevedo, respectivamente. A compreensão da importância dos arquivos cartoriais para a realização da pesquisa e a gentileza em permitir o acesso ao acervo foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à minha mãe Luiza, aos meus irmãos e aos meus filhos pelo amor e apoio constantes. Sua presença e suporte foram essenciais para manter minha motivação e foco ao longo desta jornada.

Estendo meus agradecimentos aos colegas desta jornada do PPGDS, Anastácio, Victor, Edivandro, Adenilse, em especial à Gabriela Galvão e Lene Andrade, por contribuírem de diversas formas para o desenvolvimento deste trabalho. Suas discussões, ideias e críticas foram inestimáveis para o aprimoramento da pesquisa.

Agradeço ao senhor Manoel Mago, morador do rio Moju, município de Gurupá, e às comunidades ribeirinhas por me receberem durante a viagem ao rio, em particular ao Mauro Messias, por me conduzir com sabedoria e experiência os rios e igarapés que compõem a malha fluvial do rio Moju. Agradeço ao Ezequiel Barbosa pela companhia e auxílio no georreferenciamento nesta viagem.

Minha gratidão ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas de Gurupá (STTR), na pessoa do senhor José Alaércio Ferreira de Souza pela convivência e partilha de conhecimento acerca do assentamento da Ilha Grande de Gurupá.

Agradeço imensamente ao meu amigo e companheiro nestes últimos anos, Josimar Vasconcelos, pelo encorajamento e compreensão durante os momentos desafiadores deste percurso acadêmico.

Expresso minha gratidão aos guardiões Raimison Serra, Weslem Santos, Maria Rodrigues e Franciele Pena pela amizade fortalecida ao longo da jornada e pela compreensão diante da minha constante ausência nos encontros do coletivo.

Um sincero "Muito obrigada!" à Anne Benchimol, uma pessoa íntegra e generosa que tive a sorte e alegria de conhecer graças a visibilidade da pesquisa. Agradeço por compartilhar histórias dos imigrantes judeus, informações, documentos e esclarecer dúvidas. Anne foi uma pessoa fundamental no processo de construção desta pesquisa.

À Iria Chocron, amiga que ganhei neste percurso da pesquisa, remanescente de judeus marroquinos, pessoa inspiradora de uma força inigualável, minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial ao Jayme Bentes, ser humano de uma gentileza ímpar, sempre atencioso e solícito com os assuntos que envolve a imigração judaica, pessoa perseverante e incansável para a conservação da memória judaica na Amazônia.

Por fim, a todos os mencionados e a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu mais sincero obrigado.

RESUMO

Nas últimas décadas do século XIX, a Amazônia viu-se imersa em um cenário de prosperidade econômica impulsionado pela exploração de recursos naturais, especialmente os vastos seringais descobertos na região, circunstâncias que atraíram imigrantes nacionais e estrangeiros para o Vale Amazônico, incluindo os judeus de origem marroquina. Essa presença judaica deixou marcas tanto na economia quanto na sociedade da Amazônia, influenciando dinâmicas sociais, práticas comerciais e a interação entre diferentes grupos culturais na região. A presente dissertação busca compreender as estratégias adotadas pela comunidade judaica em Gurupá para garantir sua permanência e alcançar integração socioeconômica ao longo do tempo. A análise fundamenta-se em diversas fontes primárias, como registros de nascimentos, óbitos e imóveis, jornais da época disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, fotografias e história regional. Essa abordagem pretende desvelar espaços e sujeitos que enriquecem a literatura amazônica, contribuindo para uma representação mais diversificada e sociocultural da região.

Palavras-chave: Gurupá; Imigração judaica; Borracha; Economia; Sociedade.

ABSTRACT

In the last decades of the 19th century, the Amazon found itself immersed in a scenario of economic prosperity driven by the exploitation of natural resources, especially the vast rubber plantations discovered in the region, circumstances that attracted both national and foreign immigrants to the Amazon Valley, including Jews of Moroccan origin. This Jewish presence left marks both in the economy and in the society of the Amazon, influencing social dynamics, commercial practices, and the interaction between different cultural groups in the region. The present dissertation seeks to understand the strategies adopted by the Jewish community in Gurupá to ensure their permanence and achieve socioeconomic integration over time. The analysis is based on various primary sources, such as birth records, death records, and real estate documents, newspapers of the time available in the Digital Newspaper Library of the National Library, photographs, and regional history. This approach aims to unveil spaces and subjects that enrich Amazonian literature, contributing to a more diversified and sociocultural representation of the region.

Keywords: Gurupá; Jewish immigration; Rubber; Economy; Society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema do funcionamento do sistema do aviamento	40
Figura 2: Tabela de produção em Gurupá – 1886-87	52
Figura 3: D. Inácia Camarão e Diná Borralho – Trapiche municipal de Gurupá, 1948	54
Figura 4: Página do Programa da festividade de São Benedito de Gurupá de 1946	55
Figura 5: Vista aérea da confluência dos rios Xingu e Amazonas	57
Figura 6: À esquerda seringal no rio Moju e à direita, uma seringueira riscada para extração do leite	61
Figura 7: Semente de ucuúba coletada no rio Moju	62
Figura 8: Nota de compras em nome de Marcos Jayme aben-athar, 1894	74
Figura 9: Nota de compras em nome de Eliezer Moyses Levy, 1894	74
Figura 10: Wilson Benathar (1922-2010)	76
Figura 11: (da esq. para dir.) Débora Benathar (?-2016), Wilson (1922-2010), Iná (1927-2002) e Hamilton (1946-2018)	76
Figura 12: Trapiche Commercial (vista frontal), rio Moju, Gurupá/Pa	78
Figura 13: Prédio da prefeitura. Gurupá, 1942	86
Figura 14: Prédio da prefeitura. Gurupá, 2023	86
Figura 15: Porto e casa comercial Paraíso – Manoel Serra (segundo à esquerda). Gurupá, 1948	89
Figura 16: Lápides judaicas na Vila Bom Jardim, rio Jacarezinho, Breves, Pará	107
Figura 17: Área do cemitério judaico de Porto de Moz	109
Figura 18: Lápide de Mimon Cohen	109
Figura 19: Área do cemitério judaico de Cametá	110
Figura 20: Lápide de Pepe A. Larrat. Cemitério judaico de Cametá	111
Figura 21: Lápide com inscrições em hebraico. Cemitério judaico de Cametá	111
Figura 22: Planta do cemitério judaico de Gurupá	113
Figura 23: Da esquerda para direita, lápides (28), (27), (23) e (22). Cemitério judaico de Gurupá	114
Figura 24: Cemitério da vila Carrazedo, Gurupá (PA)	116
Figura 25: Primeiro número do jornal Voz de Israel. Anúncio sobre a inauguração da Universidade Hebraica de Jerusalém	122
Figura 26: Jornal Voz de Israel, p. 2 e 3	123

Figura 27: Jornal Voz de Israel, p.4	124
Figura 28: Eliezer Moyses Levy e placa sinalizando a rua com seu nome em Macapá (AP)	127
Figura 29: Relação de médicos integrantes da comissão para profilaxia defensiva e seção de atuação. Páginas do livro Profilaxia Rural no Estado do Pará	132
Figura 30: Dr. Jayme Aben-Athar	134
Figura 31: Casa comercial e residencial da família Castiel, em Gurupá	142
Figura 32: Alegria Castiel e família	144
Figura 33: Raphael Castiel (paletó escuro) no escritório do PTB no Rio de Janeiro	147
Figura 34: Raphael e Marise Castiel	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Compra e venda de terras e outros bens móveis de judeus em Gurupá, 2023	91
Quadro 2: Assentamentos de nascimentos e óbitos, 2023	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização geográfico do município de Gurupá	49
Mapa 2: Localização das propriedades dos judeus no Rio Moju (século XIX)	65
Mapa 3: Mapa histórico para referência urbana dos judeus em Gurupá/Pará (1883-1910)	82

LISTA DE SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APAIGG	Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande de Gurupá
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIAM	Comitê Israelita do Amazonas
CIP	Centro Israelita do Pará
CMA	Centro de Memória da Amazônia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEN	Instituto de Patologia Experimental do Norte
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JCA	Jewish Colonization Association
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
OCA	Origens Culturas e Ambientes
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI Marajó	Região de Integração do Marajó
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SIPRO	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas de Gurupá

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ENCONTRANDO-ME NA HISTÓRIA.....	16
Problemática e Objetivos.....	19
Contextualizando Gurupá.....	24
Metodologia.....	26
Estrutura da Pesquisa.....	28
1. CAPÍTULO 1: JUDEUS NA AMAZÔNIA – UM MOSAICO DE NACIONALIDADES	30
1. 1 – Amazônia dos imigrantes	34
1.2. – Do <i>Guehinam</i> (Inferno) marroquino ao eldorado amazônico	44
1.3. – Amazônia gurupaense.....	49
1.3.1. Ilha Grande de Gurupá - o Rio Moju.....	57
2. CAPÍTULO 2: REDES DE CONTATOS, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DOS JUDEUS NA AMAZÔNIA <i>HEBRAICA</i>	66
2.1. <i>Kol</i> Amazônia - os <i>hebraicos</i> em Gurupá.....	67
2.1.1. De regatão a “coronel de barranco”.....	72
2.1.2. “ <i>Quien cambia de lugar, cambia de mazál</i> ”.....	90
2.2. O fluxo gurupá – cameté: laços sociais consolidados	99
2.2.1 – Cemitérios judaicos: as amarras à Lei de Moisés.....	105
2.2.1.1. o cemitério judaico de Gurupá	112
3. CAPÍTULO 3: <i>TODOS SEMOS HIJJOZ DED DIO</i>	117
3.1. O desafio de ser e viver judeu na Amazônia	117
3.1.1. Eliézer Moyses Levy: O sionista da Amazônia	119
3.1.2. O Bom doutor Jayme Aben-Athar	128
3.1.3. As muitas histórias da família Castiel.....	136
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO: ENCONTRANDO-ME NA HISTÓRIA

A imigração judaica para a Amazônia, especialmente para Gurupá, é um capítulo fascinante na história da região. Durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX, a Amazônia experimentou um surto de prosperidade econômica impulsionado pela exploração do látex das seringueiras. Esse boom econômico atraiu não apenas brasileiros de outras regiões, mas também imigrantes estrangeiros em busca de oportunidades.

Em Gurupá, a presença judaica deixou marcas significativas na economia, na sociedade e na cultura local. Os imigrantes judeus vindos de Marrocos, país situado ao norte do continente africano, trouxeram consigo habilidades e experiências que contribuíram para o desenvolvimento econômico da região. Eles se envolveram em atividades comerciais, produção de borracha e diversificaram a economia local.

No entanto, o percurso desses judeus para Gurupá não foi isento de desafios. Os imigrantes marroquinos enfrentaram obstáculos como o isolamento geográfico, as condições climáticas adversas, as doenças tropicais e as tensões sociais. Além disso, eles também tiveram que lidar com questões de discriminação e preconceito por parte de alguns segmentos da população local.

Apesar dos desafios, os imigrantes judeus conseguiram estabelecer-se. Sua presença deixou um legado duradouro em termos de patrimônio material, como o cemitério judaico existente na cidade.

Hoje, o percurso da imigração judaica para Gurupá continua a ser estudado e celebrado como parte integrante da história e da identidade da região. A pesquisa e a preservação desse legado são importantes não apenas para compreender o passado, mas também para promover a diversidade cultural e inspirar o diálogo intercultural na Amazônia e além dela.

Assim, surgiu a proposta de aprofundar a pesquisa sobre esses imigrantes, pois descendo dessa frente pioneira de judeus sefarditas estabelecidos em Gurupá. Como bisneta de um judeu, sentia-me inquieta com meu próprio sobrenome, que se destacava entre os demais na Amazônia, e com certas circunstâncias que envolviam minha família, como as relações sociais e políticas de meu avô Wilson Benathar. Ressalto que, dos sete netos de um único filho, eu era sua companhia habitual; desde minhas lembranças mais remotas, estive ao seu lado até sua partida. Não hesitei em aproveitar a oportunidade durante minha graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Pará (UFPA) para realizar pesquisas sobre a imigração judaica para a região de Gurupá, encarando isso como uma forma de buscar respostas sobre

minha própria identidade.

Recordo-me que para tal tarefa, primeiramente, necessitei convencer professores/orientadores que a proposta de falar sobre esta temática era fundamental, por se tratar de um período histórico gurupaense de grandes dinâmicas e transformações, mas com pouca evidência. Esse convencimento se deu pela própria natureza do programa de formação do governo federal no qual eu estava inserida, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que visa formar professores leigos como preconiza a legislação educacional. Em vista disso, as exigências para os trabalhos de conclusão de curso se alicerçavam na licenciatura, nos estudos professorais.

Diante de duas negações iniciais, a desistência era iminente. Contudo, eis que o ano de 2012 fora um ano de agitações que a UFPA passara com paralisações e greves, e então oportunizou a vinda de professores colaboradores, dentre eles o professor Tiago Barros, que não titubeou em orientar-me, desde que eu apresentasse fontes para a pesquisa, que não fosse somente meu sobrenome.

Neste período o cartório Lobato, atual Cartório Gurupá, pertencia aos meus tios. Isso facilitou o meu acesso ao arquivo, mesmo não sabendo os caminhos da pesquisa em acervos dessa natureza; contudo, a decisão estava tomada, e com esse propósito, inicialmente lancei mão de arquivos cartoriais (certidões de nascimentos, óbitos e escrituras de terras) que revelaram não somente um sobrenome incomum, mas uma dinâmica social e econômica estabelecida por uma colônia¹ judaica na região, suscitando a pesquisa sobre a trajetória dos judeus em Gurupá, partindo da minha família (1890-1900)².

A construção desta pesquisa me levou para caminhos jamais pensados, não tão-só registrei um processo histórico ocorrido em Gurupá, mas descortinei narrativas sobre os protagonistas e outros personagens relacionados à imigração judaica ocorrida nas décadas finais do século XIX para a região. Envolvi-me com suas histórias, seus contentamentos, anseios e desencantos de meus ancestrais e seus conterrâneos. Ressalto que este estudo inicial foi

¹ No contexto dos imigrantes, a palavra "colônia" pode ser usada para descrever uma comunidade de pessoas com origens semelhantes ou uma base étnica comum que se estabeleceu em uma nova terra. No entanto, essa descrição pode ignorar as diferenças e disparidades dentro do grupo. Cristina Cancela (2018) faz referência à concepção de Benedict Anderson ao usar a expressão "comunidade imaginária", sobre as nações modernas como construções imaginárias, baseadas em um sentimento de pertencimento compartilhado e uma identidade coletiva inventada. Nesse caso, a autora trata da condição dos imigrantes portugueses que apresentam "*diferentes marcadores sociais*" (Cancela, 2016; 2018).

² BENATHAR, Cássia L. L. História e Memória de judeus em Gurupá - PA: Um estudo de caso a partir dos Aben-Athar (1890-1900). Belém, 2015 (Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

fundamental para evidenciar a trajetória dos judeus em Gurupá e será mencionado no decorrer desta escrita.

Uma trajetória fascinante em terras gurupaenses é a do judeu Moyses Castiel (Benathar, 2015), casado com sua prima judia Alegria Serfaty (nome de solteira) Castiel, um laço que lhe permitiu prosperidade financeira e social favorecida pelo legado do tio-sogro Isaac Serfaty, negociante e dono de vastos seringais na região. Sendo uma das últimas famílias de tradições judaicas que permaneceram no município, a história de Moyses Castiel vai de dias venturosos à ruína econômica e perdas familiares, uma reunião de acontecimentos suportados em épocas angustiantes de declínio econômico atribuído à baixa comercialização da borracha que o município de Gurupá passara.

Para além disso, a revelação de uma história de imigrantes judeus marroquinos em Gurupá despertou na comunidade judaica de Belém a busca por seus ancestrais, decerto pela importância que foram para a sua consolidação, uma história por tempos silenciada nos confins da Amazônia; dada às proporções, informações desta pesquisa também foram importantes para famílias da comunidade judaica de Manaus, como a localização da sepultura de parentes.

É o caso de Clara Alcaim Levy, uma jovem senhora que faleceu na viagem de retorno a sua cidade em companhia do esposo, uma história comovente, contada por sua filha em um livro intitulado “Eu, Gimol”, ofertado a mim por Anne Benchimol, nora do escritor Samuel Benchimol, vice-presidente do Comitê Israelita do Amazonas (CIAM) e grande guardiã da história do judaísmo na Amazônia.

As descobertas acerca de meus ancestrais, os Aben-Athar/Benathar, como pessoas persistentes na prática judaica, mas também abatidos pelas perdas desses valores ao longo do tempo, além de perdas familiares, esclarecem o cuidado que meu avô Wilson tinha com a família. A responsabilidade precoce como filho de judeu³, o forçou a compreender as obrigações e o preparou para as adversidades previstas: aos treze anos, seu pai Jacob Marcos o colocou à frente de seus negócios no rio Moju, na Ilha Grande de Gurupá, e só retornou à cidade depois de casado. Ainda neste período, sua irmã Débora, fruto da segunda união de seu pai, ficou sob sua tutela. E não a negou os cuidados devidos.

Da constância em nossas vidas, afinal, morávamos na mesma casa, seus cuidados se estenderam aos netos. Sua velha taberna era ponto de encontro para tratar de assuntos políticos

³ No Judaísmo, a transição mais importante para um judeu se dá aos 13 anos para os meninos, com o bar- mitzvá, isto significa a idade que marca a sua maioridade. Esclareço que Wilson Benathar não passou por este processo, mas como filho de judeu, a educação imposta a ele e seus irmãos e irmãs estava pautada no Judaísmo.

e comerciais, e assim seguiu por tantos anos o modo de “ser e viver judeu” de meu avô, sempre preocupado com a nossa formação profissional e para a vida. Embora, naquele momento, eu não entendesse suas práticas, com o passar do tempo percebi os reflexos de sua dedicação e o quanto carrego dessa memória genética.

Problemática e objetivos

No século XIX a Amazônia fora marcada por um período de extremos provocado pela exploração dos produtos naturais, como castanha-do-pará, arroz, milho, e em particular, a borracha, ocasionando uma grande circulação de capital na região. Isso, por consequência resultou na vinda de um volumoso número de imigrantes nacionais e estrangeiros, certifica Roberto Santos (2019) em um tratado sobre a história econômica da região, um estudo minucioso que revela as relações socioeconômicas, as dinâmicas populacionais ocorridas.

Nessa perspectiva demográfica vislumbra-se a inserção de vários grupos estrangeiros de diferentes nacionalidades povoando a região amazônica, se moldando ao espaço na tentativa de se harmonizar com o diferente.

Esse aumento populacional é atribuído à lei paraense de incentivo à imigração criada no governo de Lauro Sodré em 1896, para sanar o problema da escassez de mão de obra para o trabalho agrícola, regulando o povoamento e a colonização da região. Inclui-se neste programa os migrantes nordestinos, os cearenses que passavam pelas graves secas na região (Weinstein, 1993; Santos, 2019).

A entrada e permanência de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, sírio-libaneses, turcos, judeus marroquinos, em território brasileiro, na Amazônia em particular, está envolta em adversidades e muitos desafios para se manter, sobretudo fortalecido pelo discurso do centro-sul brasileiro de um cenário insalubre que a região apresentara dadas as condições climáticas e à alta mortalidade. Esse panorama nada hospitaleiro era reverberado com a intenção de atrair os imigrantes europeus para as lavouras cafeeiras em São Paulo, de acordo com Barbara Weinstein (1993).

Embora alertassem sobre os perigos que a Amazônia oferecia, para os migrantes estrangeiros, as travessias realizadas nas últimas décadas do século XIX representavam riscos

iminentes, com doenças, epidemias e mortes. Os portos franceses e africanos do Mediterrâneo eram considerados infecciosos devido a cólera que se alastrava, chegando aos portos brasileiros e causando problemas diplomáticos para os governantes (Rabelo-Pinto, 2017).

Nesse contexto nada promissor, marcado por moléstias, nocividades e perdas, um estudo demográfico de Marília Ferreira Emmi (2008) aponta para um fluxo de italianos na Amazônia, em sua maioria vindos da Itália meridional, motivados pelo alto fluxo comercial da borracha. Assim como outros estrangeiros na região, com o declínio da goma elástica, se destacaram em outros campos de trabalho, contribuindo no “comércio de atacado e varejo, sobretudo na exportação de produtos regionais” (Emmi, 2008, p. 107), porém, com o passar das décadas a população de italianos decrescera. Os estudos mostram que a presença dos italianos na Amazônia fora modesta, porém significativa numericamente no Pará e Amazonas, uma imigração “espontânea, temporária e urbana” (Emmi, 2008, p. 111).

Um novo ciclo migratório protagonizado pelos portugueses à Amazônia se deu através da Companhia de Navegação e Comercio da Amazônia, em 1854, na tentativa de assentar 1.061 colonos portugueses no estado do Amazonas, sem sucesso (Santos, 2019). Uma segunda retomada acontece nos anos finais do século XIX com a política de imigração do governo Sodré. Os portugueses foram agentes decisivos na organização do sistema de capital internacional para a manutenção das casas aviadoras (Santos, 2019). As capitais, Belém e Manaus, foram sede de grandes firmas portuguesas transformadas em entrepostos comerciais, mantiveram o domínio sobre as casas de aviamento e o comércio de produtos regionais, além de outros ofícios, como caixeiros e balconistas (Cancela, 2016).

Segundo o censo de 1920, a população de portugueses na Amazônia superara os 24 mil distribuídos nos estados do Pará e Amazonas, originários dos vilarejos e vilas de médio porte do norte de Portugal, considerada a maior população de estrangeiros em terras brasileiras (Benchimol, 2009). Os dados do censo realizado em 1872, apontados por Cancela (2018, p. 27), indicam que cerca de 12% da população de Belém era composta por estrangeiros, dos quais aproximadamente 80% eram portugueses.

Nesta leva, de modo igual, estão os espanhóis, retornando à Amazônia recrutados para a construção da estrada de ferro de Bragança, iniciada no ano 1883. Além de localizados nas colônias agrícolas da região, muitos deles eram oriundos da província da Galícia, região empobrecida e com uma grande população (Benchimol, 2009; Santos, 2019). Assim como os italianos, foram numerosos na Amazônia, desempenhando atividades em portos fluviais e comércio lojista no ciclo de exploração da borracha.

Outros tantos estrangeiros foram elencados neste período que decorre do final do século XIX e início do século XX com entrada no Brasil, neste caso específico na Amazônia, e contam com merecido reconhecimento, como os sírio-libaneses, ingleses, alemães e judeus.

Sobre a imigração judaica para o Brasil é válido ressaltar que pode ser analisada pelo ponto de vista da nacionalidade, ou seja, dos diversos grupos identificados como judeus que aportavam em terras brasileiras e eram oriundos de países distintos. Isso implicava em modos de vida, idioma, alimentação, e até mesmo, o modo litúrgico diferente (Mizrahi, 2005), mas todos ligados pela “árvore da vida” (Rosenblatt, 2000), isto é, a Torah, que em hebraico significa “lei”, o livro sagrado dos judeus.

Para o norte do Brasil vieram os sefarditas em maior número. O período coincide com a saga pela extração da borracha na Amazônia. No entanto há um grupo específico de migrantes que me proponho discorrer por protagonizar um período histórico da Amazônia gurupaense, os judeus sefarditas de origem marroquina.

Numerosas pesquisas referendando a imigração judaica mostram a chegada na Amazônia logo no início do século XIX. Muitos dos trabalhos de Samuel Benchimol aludem a essa saída dos judeus de terras marroquinas para a região, são eles: “Amazônia: formação social e cultural” (2009), no qual o autor apresenta um estudo antropológico da formação da sociedade amazônica, e “Eretz Amazônia – Os judeus na Amazônia” (2013) que destaca a frente pioneira sefardita de marcante e funcional presença espalhada ao longo da região, as quatro gerações de judeus na Amazônia e como o Brasil se tornou a maior nação judaica do mundo. Nesta última obra, o autor pontua as cidades e vilas onde se formaram colônias judaicas de toda sorte, menciona em sua pesquisa as famílias presentes no município de Gurupá, entretanto não o relaciona como um dos pontos significativos nessa rede de sociabilidade constituída pelos imigrantes.

As pesquisas de Samuel Benchimol são destaques na historiografia judaica, dada a sua trajetória intelectual, sobretudo por revelar o protagonismo amazônico para o mundo em suas dezenas de publicações.

Da mesma forma, os escritos de Reginaldo Heller (2010) ratificam a trajetória dos judeus marroquinos nas primeiras décadas do século XIX, os desafios e as mudanças necessárias no modo de vida para a construção de uma nova identidade atribuída à assimilação ocorrida ao longo do tempo pela força cultural dos locais. O autor argumenta que, embora as transformações fossem inevitáveis, elementos novos foram agregados ao judeu, ainda assim não suprimiram outros e sempre tiveram presentes como parte de sua identidade.

A *hakitía*, uma intercomunicação constituída e mantida pelos judeus expatriados pelos reis católicos Isabel e Fernando no século XV, é um exemplo de preservação cultural zelada até aos dias atuais. Ainda que haja pouco interesse no aprendizado pela juventude judaica, é uma língua não escrita, com sérios riscos de ser extinta. Ainda assim a *hakitía* resiste entre os mais antigos judeus da região norte, os de origem sefarditas, especificamente do estado do Pará (Scheibein, 2009; Cunha, 2012). Outro aspecto importante relacionado à identidade judaica e à preservação da memória são os nomes trazidos pelos pioneiros e preservados pela comunidade, causando confusão aos desatentos. Os nomes femininos são predominantes, como: Luna, Estela, Esther, Oro, Piedade, dentre outros (Heller, 2010).

As sinagogas e os cemitérios também são fontes imprescindíveis para analisar a presença dos judeus na Amazônia. Bemerguy (1998) disserta que as duas sinagogas mais antigas existentes em Belém, *Shaar Hashamain* e *Essel Abraham*, remontam às primeiras décadas do século XIX, embora haja um desacerto em relação à qual seria a mais antiga com poucos anos de diferença, mas o fato incide na preocupação das obrigações religiosas em seu templo e às normas para que o *minyán* acontecesse – mínimo de dez judeus adultos. No mesmo texto, a autora registra que em Belém está o mais antigo cemitério israelita existente na Amazônia, datado de 1842.

Na Amazônia a presença dos judeus é igualmente notificada pelas lápides de mármore encontradas em antigos vilarejos incrustados no meio da floresta e nas pequenas cidades. Na maioria dos casos, estão reservadas num pequeno quarteirão dentro no cemitério municipal, como em Porto de Moz e Cametá, nesse mesmo período; alguns túmulos foram descobertos entre os túmulos cristãos em cemitérios de diferentes cidades.

Na região marajoara foram elencados dezenas de túmulos em vilarejos rio adentro, como no rio Jacarezinho, rio Jaburu e em São Miguel dos Macacos, no município de Breves, registrados por Iria Chocron, bisneta de judeu. Ela é criadora e coordenadora do Projeto Marajó Sefardi, que reúne informações sobre os judeus marroquinos que ocuparam terras nesta região. Além de congregar as informações, o projeto promove encontros virtuais com judeus e descendentes daqueles que migraram para Amazônia, divulga estudos sobre a temática de cunho acadêmico, crônicas, memoriais, é uma ferramenta que deu visibilidade à trajetória judaica por essas paragens. A jornada de Iria Chocron para se reafirmar judia é um ponto interessante nessa busca pela presença judaica na Amazônia marajoara. Seu trabalho atraiu olhares dos judeus ávidos por informações sobre seus antepassados no território brasileiro e internacionalmente.

Em Gurupá, esta presença judaica se manifesta através das lápides judaicas que estão

numa área particular distante do cemitério municipal. Ali estão sepultados alguns dos primeiros judeus que chegaram na região nos anos finais do século XIX. Um estudo etnoarqueológico realizado pela bioarqueóloga Dra. Cláudia Cunha (Universidade Federal do Piauí – UFPI), juntamente com Dr. Fernando Marques, alunos de pós-graduação e comunitários de Gurupá, revelou ser a maior necrópole judaica do período da borracha (Cunha et al, 2019).

Ademais, as similitudes entre os primeiros judeus moradores de Gurupá e seus descendentes superam sobrenomes, se estendem para o campo sociopolítico e comercial. Entendendo que isso não seja um padrão existente, contudo originou-se uma expressão usual pelos mais antigos moradores gurupaenses, a “coisas de judeu”.

No rio Moju, na Ilha Grande de Gurupá, com frequência se ouve frases referentes a algum judeu que foi proprietário de terras naquela localidade, e até mesmo, pequenos rios e igarapés são identificados com seus nomes pela sua notoriedade ou relevância. Em parte, isso se aplica por onde os sefarditas se estabeleceram na vila de Carrazedo, na confluência dos rios Xingu e Amazonas, e nas proximidades, assim como em outros rios nos limites do município.

Partindo do contexto delineado, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais estratégias foram adotadas pela comunidade judaica em Gurupá para assegurar sua permanência e conquistar integração socioeconômica no município ao longo do tempo? Esse questionamento revela uma parte da história de Gurupá que ainda não foi plenamente documentada, mas que se destaca como um cenário ativo, dinâmico e vigoroso.

Nesta dissertação intitulada **“Dos *mellahs*⁴ marroquinos ao “fazer a Amazônia”: Economia e Sociedade dos judeus sefarditas em Gurupá-Pa”**, aprofundo a pesquisa iniciada em minha graduação, considerando a imigração judaica e seus desdobramentos parte importante da história de Gurupá.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os processos históricos relacionados à permanência de famílias judaicas sefarditas de origem marroquina no município nas últimas décadas do século XIX.

A pesquisa é norteada pelos seguintes objetivos específicos: 1) Conhecer o contexto social e econômico da época, de modo a entender os interesses dos judeus em permanecer no município de Gurupá; 2) Caracterizar a população gurupaense daquele contexto; 3) Identificar a procedência dos judeus que se fixaram e desenvolveram comércio na região e classificá-los

⁴ Juderias, aljamas e mellahs foram os espaços onde os judeus ficaram confinados neste período da diáspora ocorrido na Península Ibérica, a mudança dos nomes era conforme a região que estava localizado.

conforme o sexo e situação civil; 4) Compreender as estratégias estabelecidas pelos judeus para com o convívio com a população local; 5) Relacionar e quantificar os produtos comercializados e seu valor no mercado daquele período; 6) Mapear as terras adquiridas pelos judeus na região de Gurupá e arredores.

Contextualizando Gurupá

Importante dizer que Gurupá está situado na emboradura do rio Amazonas, no Pará. Faz parte da mesorregião do Marajó e seu território se estende até a região do rio Xingu, apresentando um aglomerado de ilhas nesta extensão. Gurupá apresenta uma área de 8.540,03 km², dista da capital do estado do Pará, 24 a 30 horas aproximadamente, por via fluvial, com uma população estimada em 34.127 mil habitantes (IBGE, 2022), sendo que cerca de 65% estão em localidades rurais. A geografia peculiar do município, com a predominância de ilhas, rios e áreas de várzea, desempenha um papel significativo na vida cotidiana e na conectividade da comunidade.

Segundo o Perfil Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó – RI Marajó, elaborado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA, no município predomina a produção florestal, pesca e aquicultura – dados de 2020, assim como outros serviços, como agricultura e o comércio. Atualmente a maior produção do município incide nos açaizais, sendo um dos exportadores para outras regiões, como o Amapá.

Ainda que seja uma cidade histórica, sustentada pelo período colonial de grandes batalhas por território, legando a Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá como um espaço que agrega conhecimento e entretenimento, o município não tem políticas para o desenvolvimento do turismo em vários aspectos: histórico-cultural, religioso, ecológico.

A condição histórica e cultural, entre outros eventos e espaços, está na festividade de São Benedito de Gurupá, um acontecimento anual que acontece no mês de dezembro na cidade, porém movimenta todo o município financeiramente. Segundo o Relatório de Estágio para Estudos de Religiosidade Popular de Gilmar Dalcanale (1993), o município realiza há mais de um século a festividade de São Benedito, um evento religioso que envolve a Irmandade dos Foliões de São Benedito de Gurupá, um grupo de foliões, em sua maioria pretos – os “escravos

do santo” que acompanham o santo por todo período dos festejos. Em Galvão (1955), a Irmandade de São Benedito é referendada como “*a maior e mais rica de Itá*” (p.44). O evento atrai centenas de pessoas, não somente da região, mas de todo o Brasil. É conhecida como o “natal dos gurupaenses” e é o período de geração de renda para os munícipes.

Gurupá é visto como um ambiente generoso para estudos históricos, antropológicos, arqueológicos e de vieses interdisciplinares, em especial, pelo Museu Goeldi, que realiza pesquisas no município há oitenta anos.

Por Gurupá passou o antropólogo norte-americano Charles Wagley. Sua chegada em Gurupá, em 1942, ocorreu inicialmente como uma viagem de estudo. No entanto, marcou o início de sua exploração da comunidade e de sua história. Ele iniciou seus primeiros encontros com os habitantes locais, observando atentamente a vida e a cultura da região. Houve um retorno em 1945, em companhia de Dalcídio Jurandir. Mas foi em 1948, durante um período de quatro meses, de junho a setembro, que essas experiências moldaram seu entendimento e apreciação da comunidade. Ao interagir com os moradores, ele conduziu sua pesquisa e documentou suas descobertas, proporcionando percepções valiosas sobre a vida cotidiana, as tradições e os desafios enfrentados pela população local. Toda essa abordagem culminou na obra "Uma Comunidade Amazônica", lançada em português em 1956.

Como ex-aluno de Wagley, Richard Pace, antropólogo norte-americano, passou a visitar Gurupá, seguindo os passos de seu mentor realizados décadas atrás, um exercício que resultou em várias publicações acadêmicas. Entre as muitas atividades realizadas pelo professor Pace em Gurupá, destaca-se a disseminação da pesquisa de Wagley por meio das imagens registradas da antiga Gurupá, suas pessoas, histórias e modo de vida. Segundo Silva (2022), o acervo visual de Charles Wagley foi publicado por Richard Pace em seu trabalho "A luta pela cidade amazônica: Gurupá revisitada". Minha proximidade com o professor Pace se deu através do OCA, e confesso que sua dedicação e estima por Gurupá nos motiva à pesquisa, ao saber e ao cuidado pelo local.

Nesta última viagem estava presente Eduardo Galvão e sua esposa Clara. Sua passagem por Gurupá originou o livro "Santos e Visagens: Um Estudo da Vida Religiosa de Itá, Amazonas", lançado em 1955. Um registro que oferece uma análise da vida religiosa na região de *Itá*. É uma obra que mergulha nas crenças, práticas e rituais religiosos dessa comunidade. Sua obra lança luz sobre a riqueza e a diversidade das expressões religiosas amazônicas, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e espirituais dessa região.

Na juventude Dalcídio Jurandir foi Secretário Municipal da Intendência de Gurupá nos anos de 1929 a 1930. Sua vivência em Gurupá, num contexto de declínio econômico, suscitou

seu romance *Ribanceira*, publicado em 1978. Uma narrativa ambientada após a baixa atividade econômica causado pelo fim do ciclo da borracha na Amazônia. *Ribanceira* descreve vividamente a atmosfera de desolação e decadência que se instalou em Gurupá, retratando a cidade como um cenário de desespero e desesperança. Em 2020 é lançado a 2ª edição de *Ribanceira* como sua última obra na coleção *Ciclo do Extremo Norte*.

Outros pesquisadores são levados a Gurupá pelos estudos do professor Pace, alunos norte americanos e brasileiros, pesquisadores das áreas biológicas, sociais com o objetivo de investigar as diversas formas de interações entre os seres humanos e o meio ambiente. E, em tempo recente, MPEG retorna ao município, entre os anos de 2014 e 2018, com o Projeto OCA, sob a coordenação da Dra. Helena Lima, auxiliada por professores de diversas áreas, nacionais e internacionais, além de alunos pesquisadores, realizando pesquisas na cidade e em várias localidades, como, em vila de Carrazedo, comunidade quilombola de Gurupá-Miri, provocando outras pesquisas de grande relevância, como a de Pablo Henrique Silva, “O Quilombo Jocojó: Uma comunidade de negros em Gurupá-PA” (2022), e de Lene Andrade, que trata sobre o clima na percepção dos quilombolas em Jocojó e Gurupá-Miri (2023), além da pesquisa que gerou esta dissertação sobre os imigrantes judeus em Gurupá.

O livro “Crônicas de uma comunidade amazônica – oito décadas de pesquisa e envolvimento em Gurupá”, organizado por Richard Pace e Helena Lima, de 2023, reúne pesquisas de trinta e um pesquisadores que desenvolveram pesquisas em diferentes áreas do saber científico no município. A obra concentra uma riqueza de informações que preenche uma lacuna na história do lugar. Neste livro contém um ensaio referente a pesquisa inicial sobre os imigrantes judeus em Gurupá realizado por mim em 2015.

Metodologia

Os passos dados para responder à problemática da pesquisa, inicialmente, foi revisitar a documentação histórica do Cartório Gurupá (antes Lobato) em Gurupá – assentamentos de óbitos, nascimentos e escrituras de terras e examinar o arquivo do Cartório Mochel em Cameté – assentamentos de óbitos e nascimentos. Neste caso, as missões de estudos realizadas no decorrer do mestrado auxiliaram por possibilitarem tempo para a confirmação das fontes e a busca de novas informações para a pesquisa.

De posse dessas informações, confrontei com os escritos nas lápides existentes no cemitério judaico de Gurupá, mensagens já traduzidas em pesquisa anterior (Cunha et al, 2019); tal procedimento não foi possível fazer nas lápides do cemitério da Vila Carrazedo pelo descaso com área. Atualmente está encoberta pela vegetação, e nos cemitérios do rio Moju por motivo da água grande no período da visita, impedindo a entrada na área.

No Centro de Memória da Amazônia – CMA foram realizadas duas visitas com tempo reduzido por conta da pandemia. Era o momento de reabertura da instituição e se deu em tempos de flexibilização e horários agendados, mas foi possível verificar inventários que pudessem contribuir com a pesquisa. Os objetos que integram os inventários de família guardados pelos descendentes, as fotografias, recortes de jornais, documentos pessoais também foram revisitados.

Consultas em documentos digitalizados disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, uma plataforma que concentra uma variedade de documentos históricos de períodos diferentes, foram realizadas com a finalidade de coletar informações referentes ao comércio, gêneros, valores dos produtos, pessoas envolvidas, decerto são elementos valiosos para traçar o perfil do judeu imigrante dessa época. Foram eleitos para análises os periódicos que circulavam nas décadas finais do século XIX – Folha do Norte (1896-1903), A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), Diário de Notícias (Pa) (1881-1898), Treze de Maio (Pa) (1845-1851) e Gazeta Official (PA) (1859).

A historiografia acerca da temática judaica – Benchimol (2009; 2013), Bemerguy (1998), Heller (2010) e outras narrativas foi fundamental, considerando a finalidade da pesquisa e relacionando com teóricos que centram os debates sobre o município de Gurupá e a região amazônica, com destaque para a produção gomífera e o aviamento (Weinstein, 1993; Meira, 2018; Santos, 2019), a mola propulsora das dinâmicas populacionais na região.

Outro dado importante a ser somado para colaborar com a pesquisa é a viagem até ao rio Moju para marcar as coordenadas geográficas com informações coletadas dos arquivos cartoriais (Cartório Gurupá) e dos relatórios produzidos pelo ICMBio Seção Gurupá – Convênio ITERPA⁵, CPT⁶ e FASE⁷/Gurupá, dados coletados dos assentamentos de terras arquivados no cartório de Gurupá nos anos de 2003, 2004 e 2006, com o intuito de elaboração

⁵ Instituto de Terras do Pará.

⁶ Comissão Pastoral da Terra.

⁷ Federação de Órgãos para assistência Social e Educacional. Uma Organização Não Governamental – ONG que se instalou em Gurupá na segunda metade da década de 1990.

de mapas pela Engenheira Florestal Verônica Coutinho, funcionária da EMATER⁸. Nesses mapas, apresento como estavam distribuídas as terras adquiridas pelos judeus nesta localidade e suas casas residenciais e comerciais na cidade, respectivamente.

Esta viagem oportunizou o contato com os ribeirinhos moradores antigos do rio Moju, que me concederam informações sobre a região em um contexto de exploração dos seringais. Ressalto que as falas ao longo da escrita não fazem parte de um roteiro pré-estabelecido, e sim de conversas informais, porém carregadas de elementos que municiaram a pesquisa.

Inicialmente foi pensado em trabalho etnográfico centrado na comunidade judaica paraense constituída por descendentes dos judeus pioneiros que povoaram o município de Gurupá em tempos remotos e com alguns moradores do rio Moju, pessoas que vivenciaram os tempos da exploração dos produtos naturais, entretanto, a documentação histórica obtida no decorrer da pesquisa tinha volume expressivo para a produção de um trabalho historiográfico.

Estrutura da pesquisa

Com o firme propósito de compreender os processos históricos que fizeram os judeus marroquinos se estabelecerem em Gurupá, a pesquisa foi estruturada em três capítulos de modo a proporcionar uma leitura e interpretação satisfatória dos dados.

O primeiro capítulo apresenta a historiografia judaica no Brasil, verticalizando a tônica para a Amazônia. Paralelo a isso, mostra as relações existentes com as demais migrações nacional e internacional, salientando a lei de imigração que favoreceu a vinda dessas pessoas para a região. Contextualiza o município de Gurupá para compreender os eventos relacionados à exploração dos produtos naturais e às estratégias criadas por esses judeus para se instalarem nas localidades, nos rios onde possuíam terras, com destaque para o rio Moju, tributário do rio Amazonas.

A partir do segundo capítulo, as fontes documentais permitem apresentar as negociações realizadas pelos judeus e os bens adquiridos nessas transações comerciais; sobretudo, perceber as características das famílias judaicas que migraram para a Amazônia gurupaense, as relações

⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – ESLOC/Gurupá.

entre si e com os não judeus, sobretudo com as colônias judaicas estabelecidas em outros municípios, e como essas relações favoreceram na escalada social e econômica desses migrantes. Como evidência da presença judaica na região, serão pontuados os locais existentes de cemitérios judaicos e lápides de judeus descobertos nas vilas e cidades do Vale Amazônico.

O terceiro capítulo faz uma abordagem sobre o “ser e viver judeu” no universo amazônico, destacando a trajetória de judeus em eventos históricos específicos, mas relacionados às dinâmicas sociais que delinearam suas experiências coletivas na Amazônia, fazendo uso da técnica prosopográfica, por permitir uma compreensão abrangente das análises individuais.

Nas considerações finais sistematizamos os resultados alcançados, retomando o objetivo principal deste estudo, que é compreender os eventos históricos associados à permanência de famílias judaicas sefarditas de origem marroquina no município durante as últimas décadas do século XIX.

1. CAPÍTULO 1: JUDEUS NA AMAZÔNIA – UM MOSAICO DE NACIONALIDADES

A imigração judaica para o Brasil remonta ao período colonial, quando foram trazidos judeus portugueses e espanhóis como cristãos-novos ou conversos (Novinsky, 2015). No entanto, o maior registro de uma onda migratória de judeus para o Brasil ocorreu no final do século XIX e início do século XX⁹, com a chegada de judeus oriundos principalmente da Europa Central e Oriental¹⁰ (Mizrahi, 2005), assim como os sefarditas oriundos de Marrocos. Somente para Amazônia seguiram cerca de mil famílias, garante Benchimol (2009).

Os motivos que levaram a acontecer dessa imigração para o Brasil foram diversos, mas em grande parte se deveu às perseguições e discriminações que os judeus sofriam em seus países de origem, tal como a narrativa que lhes é atribuída de um povo deicida e nômade.

É o caso dos sefarditas, que desde a expulsão das terras ibéricas até a chegada e permanência em cidades marroquinas, tiveram dificuldades em obter trabalhos, suas casas ficavam isoladas em pequenos bairros chamados *mellahs* em condições insalubres, e seguiu assim por onde emigraram. Embora isso, muitos judeus buscavam novas oportunidades de negócios e emprego em países que estavam em processo de industrialização e modernização, como o Brasil.

A imigração judaica para o Brasil foi um fenômeno significativo e contribuiu para o desenvolvimento do país em diversas áreas, como a economia, a cultura e a ciência. Os judeus se estabeleceram nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde criaram comunidades judaicas vibrantes e diversificadas.

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul recebeu cerca de 100 famílias judias pobres e perseguidas por intolerância religiosa na Europa Oriental e dos Balcãs para assentar nas colônias agrícolas de Philipson e Quatro Irmãos, fomentada pela Jewish Colonization Association – JCA, uma organização filantrópica judaica da Europa criada pelo

⁹ Segundo Anita Novinsky, a imigração judaica foi um fator importante na construção da identidade brasileira, já que os judeus trouxeram consigo valores culturais, religiosos e sociais que se misturaram com os valores já presentes no Brasil. A autora destaca que os judeus contribuíram para o desenvolvimento econômico do país, especialmente no início do século XX, quando muitos imigrantes judeus se envolveram em atividades comerciais e industriais.

¹⁰ Raquel Mizrahi certifica que o Brasil recebeu 284 mil judeus segundo um levantamento demográfico de 1840 a 1938, um dado considerado pequeno comparado ao dos Estados Unidos com 2, 886 milhões de judeus.

Barão de Hirsch. Porém as colônias não surtiram o efeito desejado e os judeus buscaram vida nova em outras cidades do estado, em Santa Maria e Porto Alegre, por exemplo. (Gutfreind, 2004; Mizrahi, 2005).

Ainda nas colônias o apego às raízes do judaísmo era presente através dos ensinamentos básicos, como aulas de português, hebraico e primados na religiosidade, e se cogitava a ideia da construção de uma sinagoga. A escolha pelo Rio Grande do Sul se deu pela proximidade com outros núcleos rurais de imigrantes judaicas estabelecidas na Argentina pelo JCA. Além disso, alegava-se que o clima sulista era propício para o projeto agrícola.

Os judeus que permaneceram no Rio de Janeiro e em São Paulo concentraram os esforços para viver em comunidade. Fundaram sinagogas, casas de filantropia e culturais de acordo com suas origens geográficas, dividiram o espaço com outros imigrantes do velho continente de hábitos e religiões diferentes.

São Paulo recebeu significativas ondas migratórias nos anos finais do século XIX e início do XX e no pós-guerra, entre 1950 e 1960. A primeira é referente aos emigrados da região ibérica e do Oriente Médio motivados por maus-tratos, perseguições e pela extrema pobreza; a segunda pelos refugiados do nazifascismo que levou à morte mais de seis milhões de inocentes.

Em terras paulistas, os judeus passaram a ocupar áreas urbanas. Investiram seus recursos e esforços com a perspectiva de formação educacional e profissional de seus filhos para que no futuro não reproduzissem as mesmas atividades de mascates ou como comerciantes, mas como “senhores e doutores” (Póvoa, 2007, p. 149). O contexto de São Paulo nas décadas que seguem o pós-guerra era de intensa industrialização de bens de consumo, principalmente a indústria de tecidos¹¹, se tornando o centro comercial e financeira desses produtos, incentivo para atrair nacionais e estrangeiros.

Com essa intensificação industrial, os judeus pioneiros, já bem instalados com casas comerciais, recebem os refugiados da Segunda Guerra Mundial, garantindo-lhes apoio social, financeiro, e sobretudo, os auxiliam em empregos e empréstimos para aquisição de mercadorias para comercialização¹². Desse modo, os judeus passaram a vender suas mercadorias nas cidades do interior paulista, e em decorrência disto foram surgindo as comunidades judaicas em diversas

¹¹ No período da Segunda Guerra Mundial o Brasil se tornou um exportador significativos de tecidos estimulando a indústria de fiação pelo interior de São Paulo.

¹² A Cooperativa de Crédito Popular de Bom Retiro foi criada pelos imigrantes judeus do início do século XX e tinha o objetivo de proporcionar empréstimos a juros baixos aos seus associados. Sua criação foi baseada no amparo aos imigrantes para lhes garantir a emancipação financeira da tutela dos judeus que lhes receberam.

idades como, Guarujá, São Vicente, Santo André e outras (Falbel, 2008).

Ressalta-se que nem sempre a convivência entre os judeus fora harmoniosa. Isso se dava pelas diferenças culturais, dificuldade de comunicação e práticas religiosas. A organização espacial urbana dos askenazitas e sefarditas aconteceu em bairros diferentes, assim como sinagogas, e a fundação de associações assistencialistas faziam o atendimento em separado.

Depois de acomodados, embora a religião e as tradições fossem comuns, asquenazes, sefardis e orientais não se identificaram de imediato como portadores de um grupo religioso. As diferenças, sobretudo no idioma, fizeram com que os imigrantes judeus se estabelecessem nas cidades em bairros distantes e de acordo com suas origens. (Mizrahi, 2005, p. 33)

Raquel Mizrahi (2005) assegura que as comunidades judaicas no Brasil são marcadas por uma grande diversidade, com judeus de diferentes origens étnicas e religiosas convivendo e se organizando em diversas instituições e organizações. A afirmação da autora pode ser percebida a partir das diferentes línguas faladas pelos judeus: os de origem askenazi, são os provenientes da Polônia, Alemanha e Europa Oriental, falam o *íidiche*; os sefarditas, provinham de Marrocos, principalmente das cidades portuárias de Tanger, Têtuam, e outras do do sul e do interior, como Fez, Mogador, Salé, que falam o *ladino e a hakitia*; os tohavim eram falantes da *arbia*. Outras particularidades são observadas, a aparência física e a culinária também contrastam entre si.

No Rio de Janeiro a territorialização não se assemelha à intensidade de São Paulo, porém foi contínua, embora lenta (Falbel, 2008). O desenvolvimento se deu na imprensa, na literatura, no ramo educacional, centros culturais e instituições sociais de caráter filantrópico. Esses aspectos salientam como a comunidade judaica era atuante na vida social carioca, vale salientar que as ondas de imigração para o Rio de Janeiro se deram no mesmo período que outros estados.

É importante destacar a colônia judaica de Resende no Rio de Janeiro. Como um projeto sistemático da JCA, no município de Resende fora instalada uma colônia agrícola para os judeus provenientes da Alemanha, porém com a dificuldade de obter visto e licença para viagem de saída do país nazista, a colônia ficou sem as atividades previstas.

Dessa forma, foram relocados colonos que já estavam instalados no sul do Brasil para a colônia de Resende, que embora já tivessem a prática da agricultura, não tiveram bons rendimentos. O motivo foi atribuído ao clima diferente da região. Outros esforços foram empenhados para salvar a colônia, mas foram em vão. Com o tempo fora transformada em

hospedaria para jovens judeus que vinham ao Rio de Janeiro em períodos de férias. Atualmente a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ocupa uma boa parte onde estava a colônia, área desapropriada para esses fins (Póvoa, 2007).

Outros estados brasileiros de diferentes regiões também receberam imigrantes judeus provenientes do Velho Mundo. Suas histórias sobre a decisão de sair de sua terra natal se assemelham, assim como as narrativas acerca da permanência no Brasil, sobretudo os casos de perseguições pelo seu modo de vida desigual. Póvoa (2007) certifica que dos grupos imigrantes que estavam em São Paulo, os judeus receberam maior rejeição.

No entanto não parece irrelevante que precisamente os judeus, os japoneses e os sírios-libaneses fossem os alvos de mais fortes preconceitos do que qualquer grupo de imigrantes na capital, de acordo com a única pesquisa da época sobre a questão, o Boletim de Imigração e Colonização (1952) – AHJB. Segundo o mesmo Boletim de uma amostra de universitários entrevistados no estado de São Paulo, em 1949, apenas 23% aceitavam um japonês como parente pelo casamento. No caso dos judeus, havia 26% de aceitação, e dos sírios-libaneses 40%. Para os grupos numerosos em São Paulo, segundo o Boletim, apresentavam-se os seguintes resultados: 75% de aceitação para os italianos, para os portugueses 73%, e para os espanhóis 66%. ao mesmo tempo, a análise mostrava maiorias razoáveis de aceitação aos japoneses, aos judeus e sírio-libaneses nas categorias de amigo ou vizinho e “membro da classe profissional do país”, de acordo com o Boletim, talvez o resultado mais chocante da pesquisa tenha sido que 24% dos entrevistados queriam excluir os judeus do país, 9% os japoneses e 7% os sírio-libaneses. A cifra para os italianos e portugueses era zero, e para os espanhóis era de 1%. (Póvoa, 2007, p. 148)

Nos estados do norte do Brasil, especialmente na Amazônia, onde se registrou a chegada volumosa de judeus marroquinos (Benchimol, 2009), a historiografia diz que esses casos se repetiram e tinham ações mais violentas. A prática fora chamada de “mata-judeu” (Rosenblatt, 2000). Essas atitudes aconteciam motivados pelo antissemitismo, preconceito, ou ainda pela disputa de poder econômico.

Embora os judeus tenham enfrentado obstáculos e dificuldades ao longo de sua história no Brasil, os estudos acerca dessa temática está em crescente expansão com possibilidades de diversas análises temporais – desde o período colonial à República.

Da mesma forma, este evento se aplica à região amazônica pelas histórias e experiências vivenciadas pelos imigrantes judeus reveladas pelas fontes coletadas ao logo desse estudo, permitindo registros e compreensão do que foi a migração dos judeus para a Amazônia.

1. 1 – Amazônia dos imigrantes

No final do século XIX, a Amazônia foi alvo de um processo de imigração impulsionado por uma política de incentivos oferecidos pelo governo paraense¹³, como a concessão de terras e a isenção de impostos, além da promessa de empregos e boas condições de vida, ou seja, para os imigrantes estava a garantia de entrada e permanência nas colônias agrícolas estabelecidas na região, com terra e trabalho para quem aqui chegasse.

A lei 223 de 1894 sancionada por Lauro Sodré, então governador do Pará, assegurava a entrada de estrangeiros e nacionais. Os imigrantes que chegaram à Amazônia nesse período eram em sua maioria europeus. Além disso, também houve a chegada de imigrantes japoneses, judeus e sírio-libaneses (Weinstein, 1993; Santos, 2019).

A historiografia que trata da imigração para a Amazônia mostra as dificuldades encontradas para o povoamento da região mesmo dentro de dispositivos legais para a promoção da colonização. Isso implicava em seleção entre os imigrantes europeus e os nordestinos (Weinstein, 1993; Emmi, 2008; Santos, 2019).

A escolha pelos europeus favorecia os espanhóis, portugueses e italianos. Isso incluía as péssimas condições de vida no campo a ponto de serem compelidos a emigrar e que pudessem de adaptar ao clima da Amazônia. No entanto, em território amazônico receberiam terras e diversas formas assistências, inclusive médica.

Igualmente, pensou-se para a Amazônia uma política de povoamento e colonização das colônias agrícolas com imigrantes nordestinos por considerar as condições climáticas semelhantes, uma medida contrária a política de colonização imperial, que julgava os europeus aptos para o desenvolvimento da região¹⁴; a alegação de hostilidade dirigida aos imigrantes cearenses era sustentada pelos discursos de elevação cultural e esmero no trabalho, como se lê em Weinstein (1993):

¹³ Weinstein (1993, p. 124) discorre sobre o cenário amazônico nas décadas finais do século XIX e a carência de investimentos da parte do governo imperial em políticas de desenvolvimento da região, incluindo os projetos de colonização agrícola e imigração europeia, em detrimento das colônias da região sul, um fator que acalorou os ânimos da elite política paraense para paraense em favor da autonomia das províncias.

¹⁴ Durante o século XIX havia uma preocupação com a formação de uma nação "civilizada" e "progressista". Isso levou à adoção de políticas que buscavam controlar a imigração e promover a colonização por europeus brancos, visando "branquear" a população brasileira. Essas políticas estavam relacionadas a ideias de superioridade racial e cultural, que embasavam o pensamento científico e social da época.

Os mais ardorosos defensores da colonização da Amazônia acreditavam em geral que a economia extrativa era responsável pela dispersão física e pela degradação espiritual da população rural; sua expectativa era que as colônias agrícolas europeias elevassem o nível cultural dos habitantes rurais, que os iniciassem em técnicas agrícolas mais aprimoradas e que lhes infundissem hábitos de mais diligências no trabalho. Em resumo, as colônias seriam centros de progresso econômico e cultural, ao mesmo tempo. (Weinstein, 1993, p. 141)

Ainda assim, as levas de imigrantes vindos do velho continente eram direcionadas às colônias agrícolas do sul e sudeste do Brasil, embora fossem feitos esforços em favor das colônias do norte do país, especialmente, no Pará, mas não surtiram o efeito desejado.

O discurso de uma região insalubre marcada pelas altas taxas de mortalidade, condições climáticas hostis também fora alardeado com o propósito de dificultar a imigração para a Amazônia, levando os migrantes europeus buscarem trabalho nas lavouras de café do centro-sul. Assim discorre Weinstein (1993) acerca dos empenhos políticos para atrair imigrantes europeus para as colônias do Pará:

[...] os paraenses frequentemente acusavam os brasileiros de outras regiões de “difamar” a Amazônia – exagerando a respeito de suas condições climáticas e taxas de mortalidade, procurando assim desviar os imigrantes para as áreas cafeeiras do Centro-Sul. Contudo, com ou sem propaganda desfavorável parece ter havido um preconceito profundamente arraigado entre os europeus da Amazônia, que só podia ser superado por meio de vultosos subsídios concessões vantajosas de terras. (Weinstein, 1993, p. 140)

Esperava-se que a política de imigração de Lauro Sodré fosse solucionar a ideia de vazio demográfico existente na região amazônica, contudo, a quantidade de imigrantes europeus aguardados para ocuparem as colônias não fora satisfatório. Dessa forma, a presença dos cearenses ganhara destaque entre os estrangeiros nas colônias paraenses. Roberto Santos (2019) afirma que os nordestinos foram fundamentais nas atividades florestais, especialmente, na exploração da seringa. No Pará registrou-se oficialmente 58.384 nordestinos entre os anos de 1855 e 1916 (Santos, 2019, p.121).

O contexto dessas imigrações é marcado pelo período da alta exploração dos produtos naturais na região amazônica e a extração do látex era o produto mais rentável, com altos índices de comercialização internacional. A carência da mão de obra significava uma ameaça aos negócios financeiros dos comerciantes e seringalistas daquele período.

Contudo, o fracasso das colônias agrícolas, de certa maneira, revigorou o cenário da escassez de mão de obra para os trabalhos nos seringais. Quando se trata da dispersão desses

imigrantes, muitos seguiram para as cidades amazônicas, outros embrenharam-se nas florestas em busca do ouro líquido.

Santos (2009) aponta alguns fatores para a desventura na Zona Bragantina, como o solo impróprio para o cultivo de determinadas culturas que não as permanentes; colonos nordestinos sem preparo para agricultura da região, com derrubadas e queimadas, saturando o solo; a localização da colônia era afastada dos centros de consumo e com valores de locomoção nada atrativos; gastos desproporcionais com a imigração para poucos resultados, e, por fim, a incompetência administrativa dos responsáveis pela obra, com precipitação, improvisação, além de manifestar uma atmosfera corrupta.

Weinstein (1993) apresenta a hipótese de que a política de imigração teria sido uma estratégia do governo para atrair mão de obra para os seringais produtivos, uma vez que não faziam esforços para impedir a saída das colônias com destino aos seringais. Em relação aos nordestinos, Santos (2009) faz uma consideração quanto à possibilidade de uma política leviana do governo para a promoção da emigração nordestina para os seringais.

Parece ser errôneo confundir esse tipo de arregimentação, notoriamente enganosa e corrupta, com a levada a efeito pelos governos amazônicos. Não há evidências que administração pública dos Estados da Amazônia se haja envolvido com promoções de emigração do Nordeste para fins de exploração de borracha; ao contrário, existem algumas indicações quase diretas de que a migração patrocinada oficialmente tinha claros objetivos agrícolas entre estas, avultam o desejo entranhado de colonizar a Zona Bragantina, o grande investimento na Estrada de Ferro de Bragança e a suspensão total de contratos para a introdução de imigrantes desde o início da administração augusta Montenegro (1901-1909). (Santos, 2009, p. 128)

A realidade que os imigrantes encontraram na Amazônia era bastante diferente do que havia sido prometido. As condições de trabalho eram extremamente precárias, com jornadas de trabalho exaustivas e baixos salários. Além disso, muitos imigrantes enfrentaram problemas de adaptação às condições climáticas e às doenças tropicais, o que resultou em altas taxas de mortalidade.

O cenário insalubre da região amazônica era noticiado a partir das marcas deixadas pelas epidemias ocorridas nos séculos XVIII e XIX¹⁵, que dizimou um número significativo da

¹⁵ Cancela (2019) menciona que em 1855, enquanto um aumento no fluxo de imigrantes portugueses consolidava a cidade como um importante destino para essa população, também se deparava com as consequências devastadoras de uma epidemia de cólera, que resultou em muitas mortes na capital paraense.

população nativa. A cidade de Belém fora palco de terrível mal que a lançou para a miséria, fome e pobreza, isso implicou numa baixa de trabalhadores indígenas, segundo a documentação enviada à Coroa Portuguesa, indicando uma população específica, “índios e mestissos”, e uma mostra insignificante de “brancos” (Vieira Junior, 2021, p. 68); essa mortandade causada pela peste que assolou a Amazônia séculos anteriores ao projeto de colonização do governo de Lauro Sodré, servira para articular a vinda de negros africanos escravizados para os trabalhos na lavoura, ou seja, a providência era pela salvação dos colonos, de suas lavouras, uma vez que a peste atacava mais os nativos.

As imigrações e as epidemias têm uma relação complexa e variam por diversos fatores, como o contexto específico da imigração, as condições de saúde pública e as medidas adotadas para controlar a propagação de doenças. Em alguns casos, a imigração pode desempenhar um papel na disseminação de epidemias, e isso pode ocorrer especialmente em situações em que há grande movimentação populacional, e também pode ser uma consequência de epidemias em determinadas regiões, à medida que as pessoas buscam refúgio ou melhores condições de vida em outros países.

O programa de imigração implantado no final do século XIX trouxe para o Brasil doenças infectocontagiosas, ocasionando graves epidemias de cólera e peste bubônica. Desse modo, o fenômeno da imigração fora constituído como um problema de saúde pública em nível internacional, como no episódio dissertado por Rabelo-Pinto (2017).

A cólera, que em 1892 irrompera a França, já havia invadido vários países europeus, atravessando o Atlântico e adentrando os Estados Unidos. A doença chegava aq bordo dos navios aglomerados de emigrantes, matando indiscriminadamente de porto a porto, de cidade a cidade, por onde passava. Autoridades diplomáticas e consulares brasileiras remetiam ao governo, por telégrafo, notícias oficiais da irrupção do mal nos seus países de residência. (Rabelo-Pinto, 2017, p. 38)

Embora os entraves, desde a decisão de sair de sua terra natal, houve uma larga entrada de imigrantes europeus no Brasil, além de fluxos migratórios interregionais que passaram a desempenhar papel importante para o fortalecimento do mercado. Na Amazônia, as capitais, Belém e Manaus foram sendo ocupadas por uma massa de europeus, em sua maioria portugueses, espanhóis, seguidos de judeus marroquinos, sírio-libaneses e italianos, esses em menor número, segundo Emmi (2008). Esses estrangeiros desempenharam ofícios de toda sorte, contudo, muitos já tinham profissões definidas e seguiram atuando na atividade.

Com exceção da agricultura, os italianos se direcionaram mais aos serviços urbanos, se destacaram em vários setores da economia, como sapateiros, mecânicos, marceneiros, muitos desses prosperaram e seguiram como grandes empresários do ramo. Do mesmo modo, nas cidades e o interior, os italianos religiosos cumpriram missões de suas congregações; segundo Benchimol (2009), no campo da antropologia, as críticas foram geradas acerca das práticas evangelizadoras desses missionários que levaram à destribalização de nativos, destruição de suas aldeias, o início de desintegração de sua cultura, perda de identidade. De qualquer forma, os italianos legaram sua marca e nomes em escolas e hospitais.

Os italianos se fixaram nos municípios amazônicos onde circulava o capital mercantil oriundo da economia da borracha, comercializavam no varejo e atacado, além de produtos regionais, em menor escala, fomentaram o aviamento na região; e nas capitais, a riqueza ocasionada pela exploração da borracha provocou o crescimento e embelezamento das cidades, contexto que propiciou aos italianos a prestação de serviços em obras em Belém. Muitos imigrantes italianos com relevantes serviços de pintura e arquitetura foram responsáveis pela arquitetura da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré e na decoração e pintura do Teatro da Paz (Emmi, 2008; Benchimol, 2009).

Vindos de uma região empobrecida da Itália Meridional, os italianos compunham um dos menores grupos de imigrantes que vieram para a Amazônia. Com o declínio da borracha e ao longo do tempo a população fora diminuindo. Diferentemente das ondas migratórias de italianos que seguiram para o sul e sudeste do Brasil, a que se dirigiu para o norte é considerada “espontânea, temporária e urbana” (Emmi, 2008, p. 111). Como já mencionado, portugueses e espanhóis foram grupos de imigrantes com maior quantitativo de pessoas a entrarem na Amazônia no final do século XIX.

Em maior número de contingente na região, os lusitanos se empenharam nas atividades do comércio atacadista e varejista, comercializando os produtos extraídos da floresta de origem vegetal e animal – fumo, cacau, borracha, couro de animais silvestres. Esse fator fora determinante para a ascensão política e comercial e como lideranças empresariais e exportadores, atividades que os destacaram como pioneiros na organização do sistema de mercado internacional, aqui representado pelas casas aviadoras (Cancela, 2016). Estas estavam sediadas em Manaus e Belém como as grandes firmas portuguesas; as capitais tornaram-se os entrepostos para as mercadorias obtidas por meio do sistema de crédito pessoal, o aviamento, com os seringalistas e serigueiros. Muitos desses eram imigrantes nordestinos, em troca de produtos para exportação, principalmente a borracha, a mercadoria com alta demanda no

mercado (Benchimol, 2009).

Márcio Meira (2018) em seu estudo acerca da *Persistência do Aviamento* no noroeste amazônico, apresenta um cenário de extrema exploração dos produtos naturais, e do mesmo modo, a relação controversa entre *patrões* (comerciantes) e *fregueses* (produtores) – aqui o autor nomina, imigrantes portugueses, espanhóis, sírios-libaneses, judeus do norte da África, e os nordestinos pobres, indígenas e quilombolas, respectivamente. Assim ficaram conhecidos os sujeitos envolvidos no fenômeno do aviamento, que se consolida com a supervalorização comercial do látex no mercado internacional.

Nas cidades e vilarejos situados ao longo do vale amazônico, a prática do aviamento apresenta semelhanças com o contexto apresentado pelo autor no modo de comercializar os produtos extraídos das florestas. Contudo, Meira (2018) assegura que o funcionamento do sistema depende das características locais, em particular, a diversidade de ecossistemas amazônicos dá o tom ao método, e isso envolve os produtos explorados e a mão de obra. Em seu estudo, o foco são as comunidades indígenas do noroeste amazônico e o aviamento de produtos como a piaçaba. De qualquer forma, o autor disserta com domínio dos fatos as condições estruturantes que o sistema de aviamento submeteu os nativos, um processo violento de expropriação de bens e de liberdade.

O termo "aviamento" na Amazônia refere-se a um tipo de relacionamento econômico em que uma pessoa, geralmente um comprador intermediário, fornece insumos aos moradores locais, neste caso, os extratores locais e imigrantes, em troca de uma parte dos lucros. Esse sistema é comumente usado na extração e produção de produtos naturais, como borracha, castanha, óleos vegetais.

Nesse contexto do aviamento, muitas firmas localizadas nas capitais, Belém e Manaus, forneciam insumos para seringueiros e extratores, como ferramentas, alimentos, roupas, armas, medicamentos, entre outros produtos, em troca da produção de borracha. Os seringueiros tinham de entregar uma quantidade específica de látex para os aviadores, que por sua vez, revendiam o produto a preços elevados, como mostra o esquema abaixo (figura 1).

O esquema mostra como estava configurado o aviamento na Amazônia. Além disso, mostra um outro sujeito desta trama que figurou neste período como controverso, o regatão. Agindo na clandestinidade, conseguia chegar até aos seringais criando conflitos com os seringalistas, sendo este a gênese do regime que a região experimentara em outro momento, as práticas dos coronéis de barranco, constantes e sólidas no município de Gurupá no segundo

ciclo exploratório da borracha, revigorado no período da II Guerra Mundial, uma questão que será discorrida adiante.

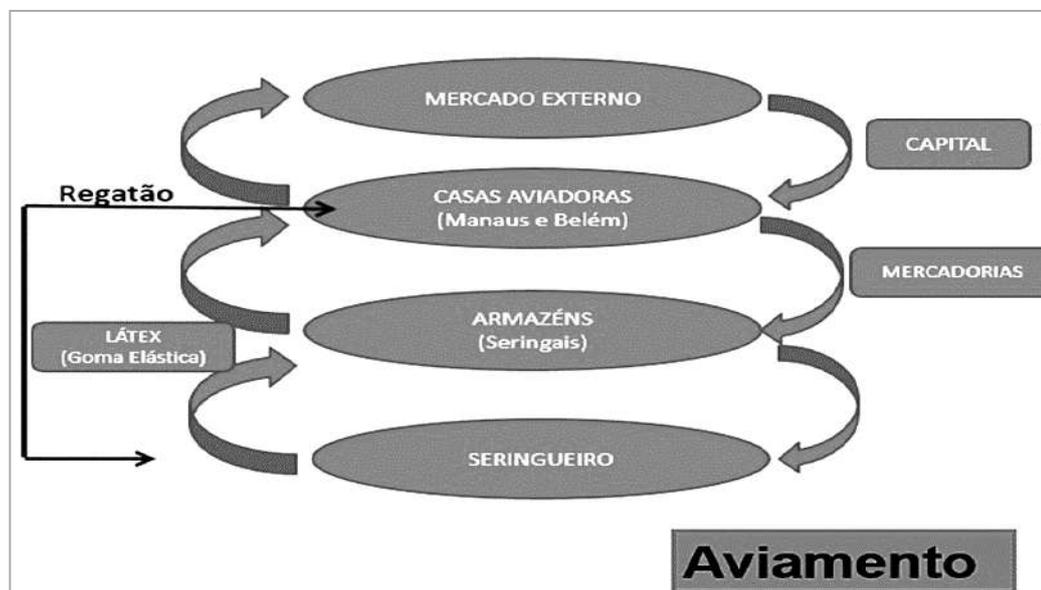


Figura 1: Esquema do funcionamento do sistema do aviamento.

Fonte: Meira, 2018.

O aviamento foi uma forma de dependência econômica, pois os extratores geralmente ficavam endividados com os aviadores, uma vez que os preços cobrados pelos insumos eram maiores do que o valor real dos produtos fornecidos.

Benchimol (2009) afirma que os portugueses foram responsáveis pelo modelo social que se formou na Amazônia. Mesmo considerando a presença de outros atores nesse conjunto complexo de formação social e cultural da região, esses imigrantes tiveram um papel histórico de ocupação espacial, um fato ressaltado por Cancela (2016) ao afirmar que a presença significativa dos comerciantes portugueses na região não era apenas como vendedores de produtos, mas também como intermediários importantes na cadeia de comércio da borracha; de um lado a exploração dos trabalhadores da borracha, os seringueiros que viviam em condições precárias e sob opressão, do outro lado, os comerciantes seringalistas lusitanos concentrando o poder econômico, como explica Meira:

[...] o sistema de aviamento persistiu, porque, além de estar baseado em antigas e anacrônicas relações de comércio e trabalho, estabelecia um vínculo de dívida entre o aviado e o aviador, o freguês e o patrão este último definindo unilateralmente os preços tanto das mercadorias que “vendia” quanto dos

produtos que “comprava”. Este aspecto econômico e político, a constituição de uma dívida impossível de ser paga, forjou o surgimento de elites “brancas” que exerciam total controle e dominação da sua rede de fregueses ou aviados. (Meira, 2018, p. 99)

Estima-se que o quantitativo de portugueses na Amazônia, entre mulheres e homens, superava os 24 mil, mais de 5% da população, considerando somente os moradores das capitais, Manaus e Belém, cerca de 13%; o Amazonas apresentava um contingente de 8.376 portugueses, o Pará foi o estado que concentrou o maior número, com 15.631 de portugueses, majoritariamente uma população masculina (Cancela, 2016; 2018; 2019). Para Benchimol (2009), esse fator facilitou o processo de integração e casamentos com as nativas; isso pode ser interpretado como uma indicação da influência cultural e social dos portugueses na região, onde a interação e o intercâmbio matrimonial com as comunidades locais foram facilitados pela presença desses lusitanos.

Provenientes de vilas e minifúndios situados ao norte de Portugal, eram de famílias pobres e numerosas, com educação rigorosa. Muitos desses já mantinham comunicação com parentes noticiando dias de prosperidade, o que estimulou a fazer a travessia rumo ao Brasil.

Cancela (2016) apresenta um panorama do contexto português na segunda metade do século XIX e destaca uma série de fatores socioeconômicos que contribuíram para a migração lusitana. O crescimento populacional, aliado à falta de oportunidades de emprego e à limitação de terras e herança, resultou em condições de vida precárias para muitas famílias. Além disso, a formação de relações capitalistas na agricultura, pesca e artesanato agravou a situação, ao mesmo tempo em que a indústria lusa não absorvia adequadamente a mão de obra disponível. Esses fatores combinados culminaram na migração como uma estratégia para buscar melhores condições de vida e oportunidades em outros lugares.

Um levantamento dos imigrantes que saíram de Portugal é apresentado por Cancela (2016; 2019), baseado nas habilitações consulares. Embora os registros tenham sido posteriores à chegada, o que subestima a real quantidade de portugueses, a intensificação do número durante o auge da extração da borracha é certificada pela autora.

Os livros de registro das habilitações consulares encontrados para o Pará têm como data inicial, o ano de 1858, e vão até o ano de 1959, sendo que o ano de 1912 não foi localizado. Trabalhamos apenas com as habilitações relativas aos anos de 1858 a 191815, perfazendo um total de dez mil quinhentos e setenta e seis registros. (Cancela, 2016, p. 240)

Essa análise ressalta a importância de considerar as limitações dos registros históricos ao interpretar dados sobre migração e enfatiza a relação entre eventos econômicos e movimentos populacionais.

Na Amazônia, os espanhóis, originários da Galícia, no noroeste da Espanha, também foram numerosos. Eles foram recrutados nas mesmas circunstâncias que os lusitanos: no Pará, foram encaminhados para as colônias da zona bragantina e para a Estrada de Ferro de Bragança. Além disso, outros espanhóis seguiram para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, junto com um contingente expressivo de estrangeiros (Santos, 2019). Destacaram-se como comerciantes, estabelecendo algumas casas aviadoras, principalmente em Manaus e Belém; se envolveram com a coleta do látex com os seringueiros locais; negociavam a produção diretamente com seringueiros em troca de ferramentas para o uso nos seringais.

Referente aos estrangeiros destinados para a colônia da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Benchimol (2009) supõe que havia judeus de várias nacionalidades entre eles, entendendo que este grupo pode ser analisado conforme sua naturalidade¹⁶ (Mizrahi, 2005). Essa diversidade é certificada por Roberto Santos (2019) quando apresenta uma estimativa demográfica de estrangeiros arregimentados à colonização de Rondônia.

A maioria dos trabalhadores compunha-se de estrangeiros. Eram aliciados pela companhia nos mais diversos países. Predominavam os contingentes das Antilhas e Barbados, seguindo-se os espanhóis. Portugueses, gregos, italianos, franceses, hindus, húngaros, poloneses, dinamarqueses e homens de outras nacionalidades também estavam presentes. (Santos, 2019, p. 116)

Reforçando o título deste capítulo, a região amazônica fora se configurando um mosaico de nacionalidades com a entrada de imigrantes estrangeiros e nacionais, revelado por diversas abordagens historiográficas que procuraram compreender os eventos ocorridos na região, seus atores, causas estruturantes.

O recorte contextual da região destaca que essas migrações ocorreram motivadas pela exploração da borracha, e asseverou nas décadas seguintes com a alta comercialização e grande demanda global. A produção gomífera em mais de cinquenta anos transformou o cenário amazônico em rumos surpreendentes, grandiosos, assim como assustadores e violentos.

Weinstein (1993) descreve o cenário amazônico e sua pujança em:

¹⁶ Conforme a sua naturalidade, um judeu diferencia-se de outro não somente na sua cultura, como também na sua aparência física, comportamento, vestimenta e outras características assimiladas em terras ocidentais e orientais.

[...] a produção da borracha na Amazônia “decolou” em função do aumento da demanda estrangeira de borracha bruta, numa época em que a Amazônia era o único fornecedor mundial. A economia de exportação, resultante dessa confluência de forças económicas e ambientais, gerou um crescimento comercial e demográfico sem precedentes na região e fez de uma área esquecida e muito atrasada um dos mais promissores centros de comércio do Brasil. (Weinstein, 1993, p 15).

A autora ainda mostra um recorte paraense do crescimento populacional e econômico ocorrido nesse período.

O impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos “anos dourados” da Amazônia – aproximadamente de 1880 a 1910 –, mas já nos meados do século XIX as exportações estavam tendo efeito claramente perceptível sobre as “estatísticas vitais” do Pará. A população da província quase duplicou entre 1850 e 1872 e, nesse período, a cidade de Belém cresceu a uma taxa média de 3,65% ao ano. A renda da província, proveniente de exportação cresceu de mais de 100% entre 1852 e 1865; e neste último ano, a borracha já constituía dois terços do valor das exportações do Pará. (Weinstein, 1993, pp. 54-55)

E é neste ambiente vigoroso que vamos notar mais um grupo de imigrantes estrangeiros: os judeus marroquinos de origem sefarditas¹⁷ vindos das cidades portuárias de Marrocos, e outras mais ao centro, Têtuam, Tânger, Salé, Marrakesh, Rabat, Arcila, Larache, Mogador.

No entanto, antecedendo a abordagem acerca da imigração judaica para a Amazônia, interessante destacar que os sírio-libaneses também contribuíram com o crescimento populacional da região. Embora apresente carente produção historiográfica, esses imigrantes estiveram em quantidade significativa no Brasil, muitas vezes com identidades generalizadas, circunstância que dificultou o levantamento preciso de sírios e libaneses, como mostra o trecho abaixo.

[...] é difícil quantificar com precisão o número de sírios e libaneses que entraram no Brasil, pois nos registros aparecem como turcos, turco-árabes, turco-asiáticos, sírios ou libaneses. Entretanto, segundo Knowlton (1961 *apud* EMMI, 2013), entre o final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, a imigração síria e libanesa cresceu, registrando 11.101 entradas em 1913. Segundo o mesmo autor, este movimento intensificou-se na década de 1920, com cerca de 5 mil entradas anuais. (Staevie, 2019)

Raquel Mizrahi certifica esta informação em:

¹⁷ Sefarditas vem de *Sefarad*, Espanha em hebraico. (BENCHIMOL, 2009). Mizrahi (2005) diz que *Sefarad* é uma possível região da Ásia Menor e foi o nome que os judeus atribuíram à Península Ibérica.

Uma tabela estatística do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, revela a entrada de 50.766 “turco-árabes” no Brasil no período de 1908 a 1922. [...] Esses imigrantes foram registrados nos livros oficiais brasileiros como turcos ou turco-árabes. (Mizrahi, 2005, p. 35)

Um fato curioso destacado pela autora se refere aos judeus provenientes do Oriente Médio ao chegarem no Brasil. Ela diz que esses imigrantes preferiram ser designados como sírio-libaneses, apesar da relação de ancestralidade com o antigo Império Otomano, uma estratégia para não serem identificados como turcos, termo estigmatizado pelo extermínio de armênios em terras turcas em 1915. Em São Paulo, sírio-libaneses e judeus mantinham relações comerciais. Esses eram ambulantes prestamistas, sendo chamados de “turcos da prestação”, diferenciando-se dos judeus de origem askenazi, chamados de “judeus da prestação”.

Contudo, a vinda dos imigrantes sírio-libaneses para a Amazônia também se deu no auge da exploração da borracha, e se destacaram como comerciantes, ambulantes, seringueiros, alfaiates e outros ofícios. Emmi (2008) apresenta um levantamento populacional de estrangeiros nas províncias e nos estados, fruto do censo de 1872-1950. Observando os dados dos anos de 1872 a 1890, o contingente de estrangeiros no Amazonas e no Pará cresce gradualmente. A autora assegura que a entrada na região amazônica se deu pela comercialização do látex, e ainda que a economia da borracha tenha colapsado nas décadas subsequentes, os estrangeiros permaneceram na região, fortalecendo a vinda de parentes com o *mandado buscar* na sua terra natal, e assim se deu com os imigrantes judeus.

1.2. – Do *guehinam* (inferno) marroquino ao Eldorado amazônico

Embora a Amazônia apresentasse um cenário de vida próspera aos imigrantes, mas para os judeus a decisão de sair de sua terra tem influência nas condições danosas em que viviam, desde tempos remotos, passando pela sua permanência em terras ibéricas no século XIV até a saída forçada para Marrocos ao norte da África (Benchimol, 2009). As diásporas judaicas, assim chamadas, foram uma característica atribuída aos judeus por esta dispersão pelo mundo (Mizrahi, 2005).

Sob o domínio dos reis católicos, Isabel de Castela e Fernão de Aragão, os judeus sefarditas tiveram seus bens expropriados, foram obrigados à conversão ao catolicismo oficial, recriminados por serem cristãos-novos, expulsos ou assassinados pela inquisição por resistência à conversão; em Portugal, sob o tribunal inquisitorial sofreram as mesmas provações, além de perseguições, exclusão, cativo e segregação nas juderias; foram proibidos de terem terras, exercer profissões, tiveram seus bens, amealhados por anos, confiscados para sustentar o reino, crianças judias foram arrancadas dos seus lares para serem criados por famílias católicas (Novinsky, 2015).

Em mais de três séculos, os judeus expulsos da Península Ibérica permaneceram nos bairros marroquinos, os *mellahs*, uma trajetória repleta de infortúnios dada as condições desses espaços. A frequente chegada de judeus nesses lugares, por um lado os mantinham próximos possibilitando a prática do judaísmo – eventos religiosos que exigiam um número mínimo de judeus adultos, o *minyan* por exemplo, e a ajuda mútua comum entre eles; por outro lado, ficavam abarrotados no mesmo espaço, asseverando a pobreza de muitos e a miséria nos confinamentos.

Além disso, a concentração excessiva de pessoas fora terreno fértil para as epidemias. Neste contexto foram registrados contágio de cólera e peste bubônica em terras marroquinas, sem contar com os conflitos criados pelos judeus nativos que não aceitavam os “expulsos”¹⁸ no mesmo espaço, pela forma como resistiam às dificuldades, se organizando social e politicamente (Bemerguy, 1998).

Benchimol (2009) assegura que essa regularidade se deu pela formação educacional que receberam nas instituições filantrópicas assistidas por judeus, diferentemente dos nativos, que há séculos foram privados de educação e profissionalização pela dominação dos mouros, como disserta Amélia Bemerguy (1998).

Os judeus não obstante as privações sofridas em Marrocos, conseguiam se organizar e manter associações judaicas nas cidades em que se fixavam, com o objetivo de dirigir administrativamente a comunidade, sob o ponto de vista religioso, social e de socorros espirituais. Através dessas instituições os judeus mais carentes conseguiam obter ajuda para manutenção da família e recebiam ensino educacional. (Bemerguy, 1998, p. 33)

¹⁸ Os judeus de origem *sefarditas* eram chamados de “expulsos” pelos *tochavim* pelas circunstâncias que entraram em Marrocos; tempos depois os *tochavim* foram denominados pelos *sefarditas* de “forasteiros” – em relação à comunidade judaica oriunda da Península Ibérica.

A segregação nos *mellahs* levou os judeus a construírem seus próprios templos conforme suas origens: os sefarditas ergueram suas sinagogas e mantiveram suas leis religiosas baseadas nas tradições hispânicas em relação ao casamento, divórcio e heranças, chamadas de “*takanot dos exilados de Castela*”, como também foram obrigados a terem seus espaços próprios para o enterramento dos seus mortos – enterrar um judeu num cemitério cristão era profanar e o destinar impuro e condená-lo para sempre (Benchimol, 2009). Deste modo, os judeus passaram a ter seus cemitérios próprios e essa tradição foi mantida na vinda para terras brasileiras, embora já se certificava a livre prática religiosa.

Na Amazônia, por onde se consolidou uma comunidade judaica, há cemitérios, uns com poucas sepulturas – é o caso do cemitério público da vila Carrazedo, com túmulos de difícil identificação, mas comprovados pelos registros cartoriais, outros com um número maior, na Vila Bom Jardim no rio Jacarezinho. E em outros casos, há túmulos espalhados isoladamente em localidades por onde se estabeleceram esses imigrantes. Sobre este assunto, daremos a devida importância ainda neste estudo por se tratar de um apêndice que mostra a disposição desses judeus na região, sobretudo por confirmar sua permanência e resistência às atribuições que só a Amazônia oferecia.

Em meio às adversidades impostas pelo governo marroquino e à indiferença dos tochavim, irmãos judeus nativos da região, os sefarditas eram assistidos pela Aliança Israelita Universal, responsável pela formação educacional enquanto estavam nos *mellahs* marroquinos (Benchimol, 2013). Os meninos tinham aulas para formação universal – história, geografia, ciências, incluindo os ofícios, as meninas tinham aulas de prendas domésticas e música. A instituição ainda oferecia aulas de idiomas. Esta formação contribuiu para que os judeus pudessem se inserir socialmente quando chegaram na Amazônia, uma vantagem a mais em relação aos outros imigrantes, portugueses e cearenses especificamente, fato atribuído ao pouco ou a nenhum estudo e à pobreza extrema, respectivamente (Bemerguy, 1998).

A produção historiográfica sobre a imigração judaica na Amazônia certifica a chegada dos primeiros imigrantes logo nas primeiras décadas do século XIX. O período corresponde às datas das duas sinagogas¹⁹ *Essel Abraham*, fundada em 1823, e *Shaar Hashamain*, localizadas

¹⁹ No Brasil Imperial a Constituição assegurava o catolicismo como a religião oficial do Estado, não permitindo a prática de outras doutrinas externamente, somente cultos domésticos, com isso, o termo correto para a época era “casa de oração” (BENTES, 2022). Esses templos religiosos são contemporâneos, datam do início do século XIX. As narrativas acerca dos conflitos entre os judeus “expulsos” e os “forasteiros” nos *mellahs* são preservados na vinda para a região amazônica, passando a fazer sentido quando a sinagoga *Essel Abraham* é denominada de

na capital do Pará. Referente ao último templo, há uma incerteza quanto à sua fundação, 1826 ou 1828, ainda assim é um indicativo que havia na capital do Pará um corpo social de judeus consolidados e empenhados nos afazeres religiosos, assim como o cemitério israelita localizado às proximidades do Cemitério da Soledade, considerado o mais antigo da Amazônia (Bemerguy, 1998; Benchimol, 2009; Heller, 2010).

A sinagoga *Essel Abraham* completou seu bicentenário em 2023²⁰ somada a sua condição de casa de oração como mencionado acima, fundada pelo sefardita Abraão Acris (Benchimol, 2013)²¹.

Ao longo dos anos, os judeus foram assimilados culturalmente pelo modo de vida da população originária da região, o “ser e viver judeu” em meio às circunstâncias que a região proporcionava fora minguando e o que preservavam das tradições religiosas nesta longa jornada era por estarem conectados à “árvore da vida”, a Torá (Rosenblatt, 2000). O texto abaixo mostra as mudanças ocorridas na vida dos imigrantes marroquinos em terras amazônicas, e também as permanências.

David Benoliel, seu cunhado Maximiliano Bensimon e um primo, Abraham Larrat, estavam incluídos entre as dezenas de rapazes vindos de Marrocos, durante a segunda metade do século XIX, para a região amazônica. Aí eles aprenderam nova língua, ajustaram-se a uma vida diferente, aí se enraizaram. Aí tiveram e criaram seus filhos. Como sobreviveram às hostilidades do clima, às dificuldades do ambiente, como puderam manter, preservar, transmitir o mesmo judaísmo trazido do lar paterno aos seus descendentes, só pode ser explicado pelo fato de que eles estavam atados de alma e coração à “Árvore da Vida”, a Torá. Poderiam ter assimilado e esquecido tudo, se assim o desejassem. (Rosenblatt, 2000)

Essa realidade foi comum aos imigrantes judeus que adotaram a Amazônia como seu novo lar. Conforme foi dito anteriormente, há registro de presença judaica na região desde as primeiras décadas do século XIX. Um caso conhecido é sobre o judeu marroquino José Benjó, que pediu sua naturalização e licença para comercializar em Belém em 1823, com residência

“sinagoga dos pobres” pela sua aparência modesta (BENCHIMOL, 2013) frequentada pelos judeus de origem toshavim; e a *Shaar Hashamain*, chamada de “sinagoga dos ricos”, neste caso, frequentada pelos judeus provenientes da Península Ibérica, tidos como cultos, estudiosos e mantenedores da tradição, a elite religiosa, no Pará, eram os comerciantes prósperos, aviadores.

²⁰ Esta informação foi confirmada pelo ex-presidente do Centro Israelita do Pará – CIP, Sr. Jayme Bentes. Em vista disto, a comunidade judaica do Pará se organizou para o bicentenário da sinagoga, com uma Sessão Comemorativa na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA realizada no dia 24 de agosto de 2023.

²¹ Em seu canal no Youtube, Isaac Dahan conversa com Inácio Obadia sobre o tempo de funcionamento da *Essel Abraham*, ao final confirmam seu funcionamento há dois séculos. Isaac Dahan é Chazan/Shaliach Tsibur da Comunidade judaica de Manaus. Ver em <https://youtu.be/MIbG4zPCKCY> (acesso em janeiro de 2023).

na Rua do Pelourinho, atual Sete de Setembro (Benchimol, 2013).

Neste mesmo entendimento, sinalizamos o judeu Abraham Acris, já citado neste estudo como o fundador da sinagoga *Essel Abraham* também no ano de 1823, assim dizendo, que neste período já era garantido uma comunidade judaica fortalecida nas leis de Moisés. Entendemos que os pontos em destaque têm conexão tempo/espaço e funcionalidade.

Consta nos periódicos da época notícias confirmando a presença e permanência de uma população de *hebraicos*, como eram chamados, nas capitais e nas vilas ao longo dos rios da Amazônia, corroborando com a historiografia. O jornal *A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)* de maio de 1883, divulga na seção “*Solicitados*” com o título “*Gurupá*” um texto requerendo do Presidente da Província do Pará providências acerca dos insultos proferidos contra os “*hebraicos e seus protectores*”. Entretanto, o trecho que chama atenção nesta notícia faz referência ao tempo de permanência dos judeus na região.

E o que teem feito os hebraicos em Gurupá, a secenta e tantos annos em que aqui reside?

Nenhum ainda ferio alguem, nenhum ainda provocou a outro e não consta nos annaes criminaes, um só processo contra elles.

E elles residem aqui em grande numero e ha muito tempo. (A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA) de maio de 1883, edição 0015)

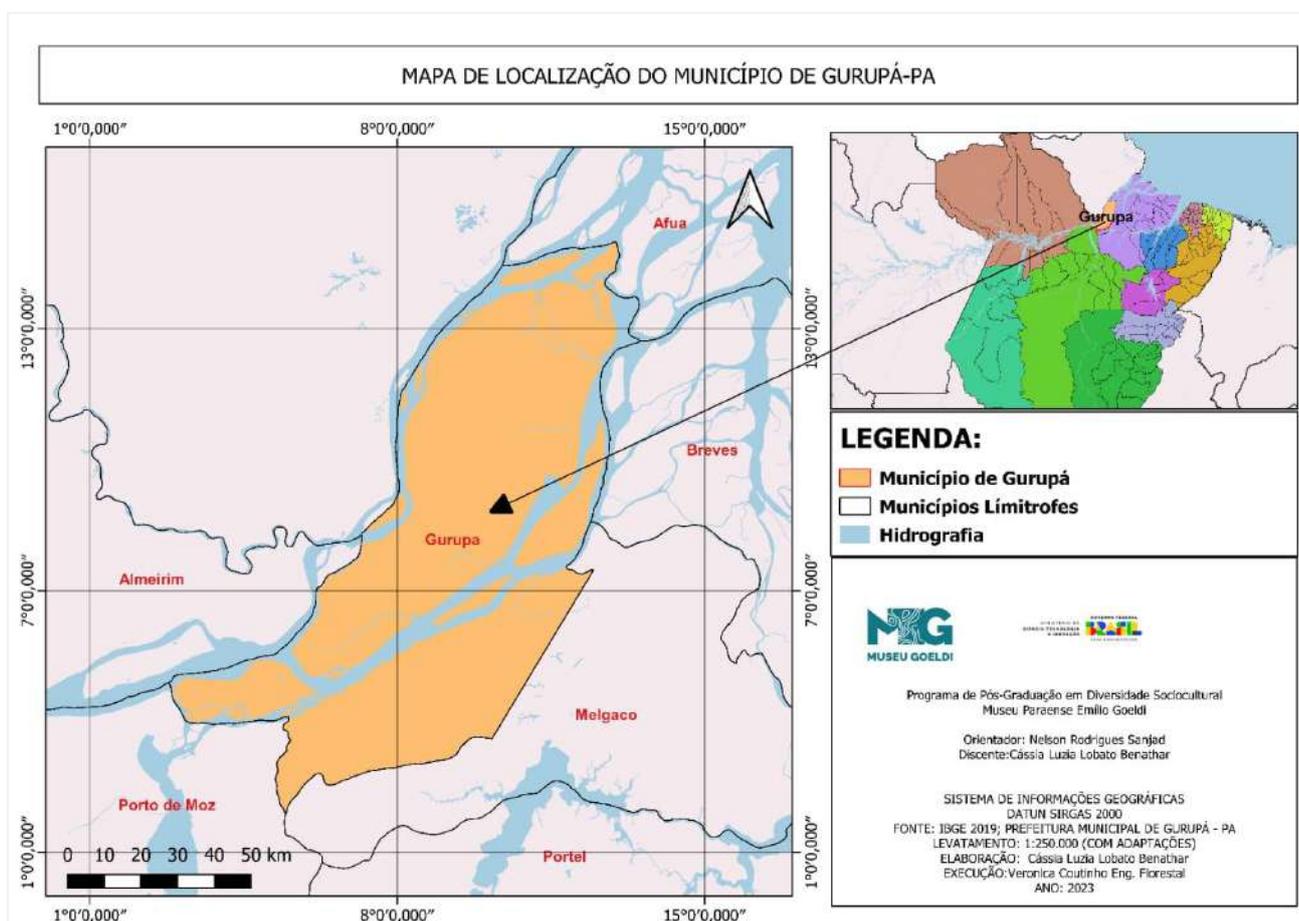
Tem-se a partir daí, uma cronologia da imigração judaica sefardita para a Amazônia, uma perspectiva que escapa dos padrões aplicados aos demais imigrantes estrangeiros e nacionais que chegaram na região por outros meios. A imigração judaica é considerada qualificada, familiar, não espontânea (Benchimol, 2013)²², sem o fomento do governo. E a vinda em maior quantitativo dos marroquinos em décadas subsequentes, estava baseada nas informações das cartas dos parentes e amigos que já estavam estabelecidos e comercialmente instalados nas capitais dos estados amazônicos, nas cidades e vilas, um fator essencialmente importante para assegurar a tão procurada prosperidade e liberdade da sua prática religiosa.

Os escritos sobre esta temática, especificamente na Amazônia, evidenciam a dispersão

²² Sobre estas particularidades, Benchimol (2013) argumenta que os judeus sefarditas, em terras marroquinas, foram assistidos pela Aliança Israelita Universal onde aprenderam línguas estrangeiras e outras ciências, além de ofícios para o trabalho, do mesmo modo, as mulheres aprenderam ofícios domésticos; ademais, ao trazer parentes, esposas e filhos, ou mesmo “mandar buscar” uma esposa, expressa a vontade de permanecer no local, sobretudo quando se trata de professar o judaísmo, prática que exige um número mínimo para determinados eventos. Esses elementos contribuem com a narrativa de uma imigração não intermediada pela política de imigração do governo da época.

dos marroquinos na região ao longo das décadas do século XIX. Contudo, neste estudo irei me ater aos judeus sefarditas de origem marroquina que se estabeleceram em Gurupá, e com o passar dos tempos constituíram uma crescente e sólida rede social, consolidando o controle sociopolítico e econômico na região e além de suas fronteiras.

1.3. – Amazônia gurupaense²³



Mapa 1: Localização geográfico do município de Gurupá.

Fonte: Verônica Coutinho, 2022.

²³O uso da expressão "Amazônia gurupaense" destaca a ligação específica entre Gurupá e a vasta região amazônica onde está situada. Isso realça a importância do local dentro do contexto mais amplo da Amazônia, reconhecendo sua história, cultura e ecossistemas singulares. A expressão sugere uma narrativa abrangente de diversidade cultural e intercâmbio humano na região. Assim, a "Amazônia gurupaense" pode ser vista como um espaço onde diferentes identidades e histórias se entrelaçam, enriquecendo a trama da comunidade local. Também ressalta a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas camadas de identidade e pertencimento que coexistem na Amazônia e em suas comunidades locais, ao invés de reduzi-las a uma única narrativa ou perspectiva.

O mapa acima mostra o município de Gurupá no extenso estado do Pará. A representação permite observar a sua localização estratégica na embocadura do rio Amazonas.

Geograficamente estratégico, o município é composto por um aglomerado de ilhas, tendo a Ilha Grande de Gurupá situada em frente à sede do município de mesmo nome. Embora apresente semelhanças com muitas cidades amazônicas, inclusive o acesso às políticas públicas, a região tem peculiaridades que a destaca historicamente.

As crônicas que sustentam esta singularidade histórica remontam desde o período colonial, assim datado a fortificação existente na cidade, erguida por holandeses no início do século XVII com o nome de Mariocay, e posteriormente sob o controle dos portugueses nominado Forte de Santo Antônio de Gurupá. A história da construção do Forte Mariocay, seguido pela tomada dos portugueses em 1623, destaca a importância da região na época. Para eles, a região representava uma área estratégica devido às suas riquezas naturais e potencial econômico. Além disso, o conhecimento local era fundamental para a sobrevivência dos estrangeiros e a defesa de territórios. Isso envolvia entender as peculiaridades dos habitantes locais, bem como adaptar-se ao ambiente natural (Tavares, 2008).

Esse contexto apresentava uma diversidade de sujeitos envolvidos, povos originários, escravos africanos de origem angolana trazidos pelos holandeses, entre outros estrangeiros, como ingleses e irlandeses (Pace; Oliveira Jr., S/D).

Kelly (1984) descreve como estava configurada Gurupá neste período:

Basically there were eight different racial mixtures recognized by the Portuguese.¹⁰⁹ Branco, or white meant unmixed white. A mulato was mixed white and black. Mameluco inferred white with Amerindian. Crioulo referred to unmixed black; cafuzo and curiboca meant black and Amerindian; cabra indicated Amerindian and mulato. Caboclo was used originally only for unmixed Amerindians, and pardo denoted any mixture which produced dark skin. (Kelly, 1984, p. 61)

Esta pluralidade é atribuída à abundância de produtos da natureza que a região ofertara, mas sobretudo à sua localização. Acreditava-se que Gurupá era a “porta” de entrada para subir o rio Amazonas, além da desembocadura do rio Xingu, o que permitia ter controle total sobre o território.

Kelly (1984) apresenta dados estatísticos no ano de 1789. A população de Gurupá era de 536 habitantes, entre famílias, escravos, agregados e missionários, categorias estabelecidas pela autora. Uma população eminentemente masculina quando observada pela lógica do chefe

de família, dos escravos e agregados. Contudo, a autora chama atenção para o fato das mulheres serem contadas como família, não por cabeça, uma vez que a população feminina era superior à masculina, sendo 170 mulheres para 129 homens, dados de 1797.

The population of the town and villages surveyed in 1797 in the area of the Xingu River and Gurupa was composed of more women than men. Women comprised 53.97% of the area population, and men, 46.03%. The largest class of population living in the area was the mission inhabitants, contributing 72.3% of the whole. The next largest group, the families comprised 24.19% of the area population. Among the families, there were 230 heads of family, who were more often men than women, but a good proportion of them were women. (Kelly, p. 190, 1984)

Um dos episódios que marcam o município são as epidemias. Borromeu (1941) registra que, em dezembro de 1743, uma epidemia dizimou os soldados da Fortaleza, e em 1819, a epidemia de varíola devastara a população de gurupaense, reduzindo-a a 160 habitantes. O levantamento estatístico apresentado por Kelly (1984) sobre as mortes em Gurupá, entre as décadas de 1823 e 1887, demonstra que foram provocadas por febres, no entanto, a autora alerta que as causas podem estar atribuídas à malária, tifo, tuberculose, inclusive sarampo e varíola, a febre sendo somente um sintoma das moléstias.

No período da intensa exploração florestal, muitos dos extratores eram acometidos por doenças endêmicas e pela baixa nutrição, como malária, febre amarela e o beribéri, algo preocupante quando finda o fabrico da borracha, adverte Dias (2019), uma vez que vinham para a cidade e grande era o risco de contágio e morte.

O extrativismo é uma prática de subsistência e econômica na Amazônia, em períodos remotos pelos povos tradicionais e estrangeiros, e continua em tempos atuais. Explorava-se produtos como cana-de açúcar, tabaco, sementes oleaginosas, urucu, cacau, madeira, carne e peles de animais, assim originando-se os ciclos econômicos na região. Um dos mais vigorosos foi a extração da seringa.

Abaixo, Kelly (1984) mostra os dados sobre os produtos explorados em Gurupá entre os anos de 1866 e 1867, apontando para a borracha como o gênero de alta exploração, seguida por peles de animais e castanhas.

Products/units	1865	1866	1867
Rubber/arrobas	16,057	16,108	14,821
Animal pelts/pounds	14,197	24,859	21,776
Tanned hides/units	132	98	85
Deerskins/pounds	1,941	3,189	1,741
Cacao/arrobas	3,425	1,516	5,959
Nuts/alquieres	12,640	1,192	9,798
Capaiba oil/pounds	44	-	240
Sarsaparilla/arrobas	142	12	102
Tobacco/arrobas	4	-	-

Figura 2: Tabela de produção em Gurupá – 1886-87.

Fonte: Kelly, 1984.

No município de Gurupá esta prática foi acentuada pela extensão dos seringais localizados principalmente em área de várzea, estrutura geo-ecológica que corresponde a 59,9% da área do município. E 23,8% são áreas de terra firme (Magalhães, 2009).

Ainda nesta perspectiva histórica, Gurupá ostentou períodos de aquecimento econômico, com entradas do capital pelo advento da borracha, como também de decadência, na mesma proporção – foram tempos difíceis na baixa comercialização da borracha. o judeu Bensabá aguardava notícias prósperas sobre a alta da borracha: “*Me agredite! Me agredite!*” (Jurandir, p. 211, 2020).

Gurupá foi cenário de conflitos pelo uso da terra pela exploração da mão de obra, período em que o sistema de aviamento se tornou a prática característica dos senhores da terra, conhecidos como “Coroneis de Barranco”, que mais tarde, no início da década de 1970, fora arruinado com a organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que articulavam a conscientização do homem do campo quanto aos seus direitos. Um evento de intensa relação com o sistema do aviamento por ser o divisor de águas da história recente de Gurupá.

Lopes (2013), define assim este processo:

CEBs, portanto, é um tipo popular de catolicismo, originalmente uma ação pastoral da Igreja, que ao ser proposta como nova maneira de renovar a organização das estruturas eclesiais passou a ser apropriada pela organização dos leigos. Uma organização voltada para as reflexões e as práticas sociais e

religiosas cuja polaridade entre fé e política interfere na transformação social (Lopes, 2013, p. 46).

A mudança na economia teve um impacto significativo na dinâmica em Gurupá, isto é, a queda na comercialização da borracha, por consequência, fora enfraquecendo economicamente os coroneis de barranco. Isso favoreceu a organização das CEBs, que surgem como resposta a desafios socioeconômicos, buscando fortalecer a comunidade em tempos difíceis.

Este panorama gurupaense era de total domínio dos senhores donos de terras, as suas posses esclareciam a influência social e econômica que mantinham sobre as pessoas; no campo político mantinham seus currais eleitorais, alternando somente a mão de comando dos coroneis de barranco, uma divergência entre grupos políticos constituídos, representantes municipais de estadistas com grande prestígio no estado, com pouco ou nenhum poder de governança, “*um mero administrador ou um simples interventor da União no espaço da cidade*” (Pinto, 2013, p. 13).

Durante a sua interventoria, nos anos de 1942 a 1945, Magalhães Barata costumava vir à cidade de Gurupá para fortalecer laços com seus aliados políticos municipais, incrementar o jogo político. Criou a Legião Feminina Baratista no município, tendo d. Diquinha Tavares²⁴ como presidente, e assim como os municipais, também foram homens que buscavam demarcar seu domínio eleitoral, exercendo sua influência de estadista sobre os padrões locais.

A condição de patrão era refletida no campo religioso. Como homens tementes a Deus²⁵, participavam assiduamente dos festejos das irmandades religiosas existentes no município, uma artimanha de controle social de seus apadrinhados/fregueses (Lopes, 2013), sobretudo nos festejos de São Benedito de Gurupá²⁶. Essa posição social se estendia às suas esposas, senhoras que conduziam a comunidade religiosa com rigor e opressão, reitera Galvão (1955, p. 39) “*Os homens de Itá raramente vão à igreja. Isso é obrigação das mulheres*”. Nos programas dos festejos do santo preto, era comum seus nomes serem apontados como presidentes, tesoureiros, protetores de honra, mordomos, noitários, perseverado assim por décadas e alterado

²⁴ Caso retratado em TCC de minha autoria.

²⁵ Em Gurupá há uma forte presença da cultura católica com raízes que remontam à colonização portuguesa, processo responsável por moldar a identidade cultural da população ao longo dos séculos.

²⁶ O ambiente religioso em Gurupá, nas décadas anteriores à formação das CEBs, era caracterizado pela dedicação exclusiva das irmandades ao culto dos santos. O fato dessas irmandades serem lideradas por leigos que evitavam qualquer relação com os padres sugere a presença de tensões entre mentalidades e práticas religiosas divergentes diante do mesmo fenômeno. Para mais informações sobre o tema, ver (Galvão, 1955; Lopes, 2013).

abruptamente a partir da década de 1972.

Abaixo, temos exemplo da estrutura social gurupaense manifestado através do comportamento e da funcionalidade. A figura 3 mostra um grupo de pessoas no trapiche municipal de Gurupá. Em destaque, D. Inácia Camarão, chamada de D. Inacinha e D. Diná Borrvalho, esposa de Liberato Borrvalho. Para os padrões da época, todas bem vestidas e constantes nos assuntos que envolviam a organização social do município.



Figura 3: D. Inácia Camarão e Diná Borrvalho –
Trapiche municipal de Gurupá, 1948.

Fonte: Pace, 1996

A figura 4 exhibe uma página da festividade de São Benedito de 1953, anunciando parte das pessoas envolvidas na organização dos festejos, dentre elas, senhor Oscar Santos, cunhado de Liberato Borrvalho, Atermógenes Mariocay da Fonseca, genro do judeu Jacob Benathar e a senhora Inácia Camarão, como tesoureira dos festejos.

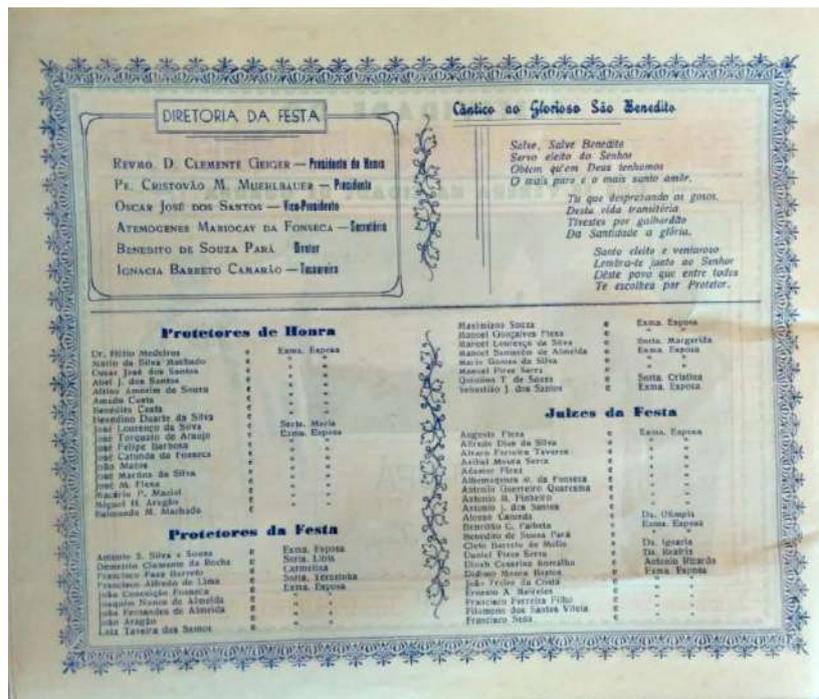


Figura 4: Página do Programa da festividade de São Benedito de Gurupá de 1953.

Fonte: Acervo Padre Giulio Luppi.

Senhoras como as citadas acima, seus esposos e outros comerciantes, proprietários de terras eram os que figuravam e mantinham o evento. Nomes como: Liberato Borralho, Mário Machado, Wilson Benathar, esses dois últimos, já engajados na política municipal, sendo eleitos prefeitos constitucionais em anos subsequentes. Além de senhores moradores nos rios e localidades onde conservavam uma cadeia dominial baseada no aviação: do rio Major, sr. Antônio Calado; rio Ipixuna e Carrazedo, sr. Jaime Jacob Benathar, família Mendes e Antônio Camarão – este genro de Simão Benayon; Jocojô e Maria Ribeira, João Pombo e família Tolentino dos Santos; rio Pucuruí, Moura Serra e Raimundo Pimentel; Areias de Gurupá, família Taveira; rio Moju, José Lourenço, Antônio Saboia.

Ao refletir sobre o período em que as relações de poder estavam fundamentadas na economia da borracha, as análises convergem para a constatação de que a maioria desses mencionados senhores era conhecida como "patrãozinho". Isso significa que, apesar de terem certo poder aquisitivo, ocupavam uma posição de menor influência social. O controle socioeconômico, nesse contexto, estava nas mãos daqueles que possuíam terras, e, por consequência, detinham uma maior quantidade de estradas de seringais. Essa dinâmica revela como a posse de terra era crucial para consolidar o poder na época.

Sem dúvida, essas informações são fundamentais para compreender as dinâmicas ocorridas durante o período em foco, especialmente no contexto de Gurupá. O extrativismo e a política econômica centrada no aviamento emergem como pontos fundamentais nas atividades que envolveram os gurupaenses, imigrantes nacionais e estrangeiros, incluindo os judeus sefarditas vindos de Marrocos, que estabeleceram suas raízes por toda a região.

Somado a esses fatos, é válido ressaltar que as relações estabelecidas entre os imigrantes judeus e a sociedade católica de Gurupá deste período caracterizaram-se por um processo de adaptação e convivência moderada, buscando equilíbrio entre as partes na intenção de evitar ações extremas. A inserção da comunidade judaica em um contexto social e cultural predominantemente católico (Galvão, 1955, p. 38) ocorreu por meio de estratégias de participação em eventos sociais e pelo engajamento em atividades econômicas, especialmente no setor comercial, dinâmicas que veremos ao longo deste estudo. Do mesmo modo, a postura de respeito às tradições locais, como as festividades de santos padroeiros, garantiu-lhes a continuidade no município, embora preservassem suas práticas religiosas, como as celebrações do Shabat e as festividades judaicas, de maneira reservada, no âmbito familiar.

Esse processo de adaptação possibilitou a manutenção de redes de solidariedade e apoio mútuo com outras comunidades judaicas na região amazônica, contribuindo para a formação de uma identidade judaica regional adaptada ao contexto social de Gurupá. Essa interação complexa entre diferentes grupos e práticas econômicas oferece uma visão rica e multifacetada do cenário histórico gurupaense.

1.3.1. Ilha Grande de Gurupá - o rio Moju



Figura 5: Vista aérea da confluência dos rios Xingu e Amazonas.

Fonte: Gomlevsky, 2021.

A imagem oferece uma visão envolvente do município de Gurupá, destacando o conglomerado de ilhas que compõem essa região. A vila de Carrazedo, à direita da fotografia e banhada pelo rio Xingu nas proximidades de sua desembocadura. À esquerda e ao fundo, a imponente Ilha Grande de Gurupá, centralizada no rio Amazonas, se destaca não apenas por sua extensão geográfica, mas também por abrigar outros rios, cada um com ecossistemas distintos, como os rios Muruchaua, Baquiá, Mararu, Mariony, Moju e Uruaí²⁷.

Nesta seção vou me deter à região de várzea ou das “ilhas”, comumente chamada pelos gurupaenses, em especial, ao rio Moju, local onde houve grande exploração de produtos naturais, não somente por isso, mas onde estavam localizadas as posses dos judeus marroquinos que migraram para o município, observação feita nos documentos do arquivo Lobato, coletados em 2014, na elaboração de minha pesquisa acerca dos marroquinos em Gurupá. Porém numa

²⁷ Kelly (1984), em uma nota de rodapé, destaca a divergência de opiniões entre alguns estudiosos associados a Ilha de Tucujus, mencionando que, para alguns, a ilha é associada ao litoral de Macapá, ao longo da margem norte do estuário do Amazonas. No entanto, há argumentos contrários, sugerindo que a ilha está mais próxima do município de Gurupá. Essa perspectiva defende a ideia de que a Ilha Grande de Gurupá é a verdadeira referência para a Ilha de Tucujus.

perspectiva que buscava dar respostas à minha identidade com um estudo centrado em meus ancestrais; e, mais recentemente, em 2020, sob o tabelionato do Dr. Juvenaldo Guimarães, no Cartório Gurupá (antes Lobato).

Deve-se considerar que os judeus não se estabeleceram somente no rio Moju, mas em muitos rios e localidades da Ilha Grande de Gurupá, como Murupucu, Mariony. A preferência em discorrer sobre o rio Moju se dá pelo alto índice de ocorrência de posses de terras por esses imigrantes.

Dessa forma, conhecer as particularidades da Ilha Grande de Gurupá, especialmente do rio Moju, proporciona a compreensão para a escolha desse local pelos judeus sefarditas. Aspectos como a geografia, a ecologia e a dinâmica socioeconômica do rio desempenham um papel crucial nessa narrativa.

A Ilha Grande de Gurupá é a segunda maior ilha do delta do Amazonas. É considerada a quarta maior ilha do Brasil, com uma área de 4.864 km². Ocupa 68% do território do município de Gurupá (Comunicação pessoal)²⁸. Graças ao Decreto Presidencial de 14 de junho de 2005, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá (RDS/Itatupã-Baquiá), uma área de 64.735 hectares, sendo a primeira unidade de conservação brasileira de uso sustentável; e, em tempo recente, foi criada mais uma nova unidade de preservação, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Portaria nº 112, de 29 de dezembro de 2011, denominado Ilha Grande de Gurupá, com área de 304.590,648 hectares, cuja finalidade é atender cerca de 1.292 unidades agrícolas familiares da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA²⁹ (Guimarães, 2017).

A transformação da área de várzea ao longo do tempo reflete uma adaptação notável na atividade econômica da Ilha Grande de Gurupá. Se antes a seringueira dominava a paisagem econômica, configurada pelas atividades predatórias, hoje observamos uma diversificação com projetos de piscicultura, parte da aquicultura, que não só atende mercados externos como também contribui para a economia local. Além disso, os manejos dos açazais consolidam a Ilha como uma significativa produtora de açaí na região. Essa evolução revela a capacidade da comunidade em se ajustar e explorar novas oportunidades sustentáveis ao longo do tempo.

²⁸ José Alaércio Ferreira de Souza, atual o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas de Gurupá – STTR/Gurupá.

²⁹ No segundo semestre do ano de 2023, o INCRA realizou atualização cadastral nas áreas de assentamento da Ilha Grande de Gurupá, o que leva a inferir um número maior de famílias, considerando os dados apresentados por Guimarães (2017).

Historicamente, a região das ilhas apresenta áreas férteis para a produção de gêneros florestais. Segundo Wagley (1977) a produção da borracha nos seringais de Gurupá era superada apenas pelos seringais localizados nos afluentes do Amazonas e do Acre.

Para averiguação de terras ocupadas pelos marroquinos, a documentação do Convênio ITERPA - FASE Gurupá apresenta registros de intensa ocupação nesta área de várzea, em períodos que vão do século XIX até ao final do século XX. Embora não sejam informações detalhadas, somente sinalizando a localização, porém quando confrontados com as escrituras do cartório Lobato/Gurupá percebemos que essa dinâmica fora vigorosa no rio Moju. Nos rios Murupucu e Mariony, vê-se terras referentes ao judeu Isaac Serfaty; no rio Baquiá observou-se a referência do igarapé Cohen³⁰, mas não encontrei nenhuma informação que pudesse confirmar a presença de judeus nesta área. Entretanto, o nome atribuído ao igarapé se torna incomum ao lugar, uma vez que se trata de nome judaico, sugerindo que havia morador judeu com este sobrenome. Ocorrência como essa poderia ser um caso isolado, contudo no rio Moju identificamos dois igarapés denominados Castiel e Sarraf, cujo moradores eram judeus que tinham esses sobrenomes.

A localização estratégica do rio Moju, além de sua caracterização pela presença marcante de seringais, emerge como um fator determinante na escolha dos imigrantes marroquinos. A evidência de que esses imigrantes já estavam estabelecidos no município há bastante tempo, conforme registrado nos jornais da época, fortalece a ideia de que eles não apenas residiam, mas também exerciam um domínio notável sobre o comércio regional. Essa combinação de fatores geográficos e históricos destaca a importância do rio Moju como um ponto central para as atividades comerciais e a presença duradoura da comunidade marroquina na região.

O rio Moju nasce no centro da Ilha Grande de Gurupá, no lado extremo da ilha – nos limites da Ilha do Sarapoí, e sua desembocadura está em frente à cidade de Gurupá, margem esquerda do rio Amazonas. Um emaranhado de pequenos rios e igarapés formam a malha hidrográfica que dá volume ao Moju Grande, como é chamado por seus moradores. Atualmente, o rio tem uma entrada/saída, chamada Furo do Tracoá, à margem do rio Amazonas, às proximidades da Ilha do Sarapoí. As narrativas sobre o furo são de um pequeno rego, logo alargado pela força da natureza. Mais tarde, o trecho foi ampliado para passagem da madeira e

³⁰ Cf. PARÁ. CONVÊNIO FASE – CPT - ITERPA. Título de posse registrado no Livro nº 5, folha 36v, de 1898 p. 373. Gurupá, 2004.

embarcações de maior porte; em dias atuais, o furo facilita o fluxo de transportes dos moradores do rio e daqueles que utilizam o furo como atalho, para ganho de tempo e menor queima de combustível. Em períodos do verão amazônico – julho a setembro, quando as águas do rio Amazonas se convulsam, o furo é a alternativa para os navegantes que ousam atravessar o curso do rio, sendo a foz do rio Moju perigosa pela enseada que ali existe.

A predominância da mata primária, com abundantes seringais e cacoais, destaca a riqueza natural desse território. A exceção são as áreas estrategicamente dedicadas ao manejo de açai (comunicação pessoal)³¹, concentradas às margens dos rios e igarapés. Essa combinação de ecossistemas ressalta a diversidade e a importância da região não apenas como um ambiente natural rico, mas também como um espaço onde a interação entre comunidades locais e recursos naturais desempenha um papel importante.

Esse ecossistema favoreceu os ciclos produtivos desde tempos coloniais – *“que as ilhas que lhe pertencem não servem senão para se colher nelas muito bom cacão, a razão de muitos cacoeiros que por ellas se dão por natureza”* (Bettendorff, 1990, p.10), vivenciados por seus moradores, sendo um dos mais intensos ligados à extração da borracha, nas décadas finais do século XIX, reincidindo no contexto da II Guerra Mundial (1942-1945), alternado com a extração, em menor escala, de outros produtos, como a madeira – virola, sementes oleaginosas, cacau, peles de animais. A virola é uma árvore nativa da região amazônica e compõe o cenário da vegetação no rio Moju. Sua semente, conhecida como ucuúba, é altamente comercializada no mercado para fins farmacêuticos e de cosméticos.

Na história recente do rio Moju, aqui remetida aos ciclos econômicos da borracha, na qual evidencia a prática do aviamento, as estradas de seringueiras riscadas ditavam as dívidas do posseiro, ou seja, a produção quinzenal da borracha precisava equivaler às dívidas realizadas no barracão, mas quase sempre o freguês era ludibriado e seu débito perpetuado com o patrão (Meira, 2018); a coleta da semente de ucuúba era realizada, na maioria das vezes, pelas mulheres e crianças, uma vez que aos homens coube o trabalho nos seringais (figura 6), extraíndo o látex para produção da borracha e o sarnambi para aviar na quinzena prevista. Nesta não necessariamente eram contados quinze dias, por vezes era equivalente a uma semana, e para as embarcações, Rouxinol, Sobralense, Uivira, Cruzeiro, das Firms Barros & Cordeiro e

³¹ Waldemar da Silva Gomes, 60 anos, produtor rural, morador do rio Mararu e membro da Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande de Gurupá (APAIGG).

J. Fonseca, era mensal (comunicação pessoal)³².



Figura 6: À esquerda seringal no rio Moju e à direita, uma seringueira riscada para extração do leite.

Fonte: Natalino Santos, 2022.

Diante disso, coube às mulheres auxiliarem na quinzena com a coleta de sementes, dentre elas da ucuúba (figura 7). Essas sementes, essenciais para o uso doméstico na confecção de sabão e velas e na produção de biocombustível para lamparinas, evidenciam a diversidade das atividades realizadas. Além disso, as mulheres desempenham um papel importante no avio de tecidos e outras mercadorias. As mulheres coletavam as sementes embarcadas em canoas nos rios. O trabalho iniciava cedo da manhã, permitindo tempo suficiente para o beneficiamento, um processo também conduzido por mulheres³³.

³² Manoel Mago, 88 anos, morador do rio Japiim, afluente do rio Moju, em 24 de abril de 2022. A fala dele se refere aos produtos naturais extraídos da floresta que ficavam acumulados em depósitos nos barracões prontos para o embarque, uma dinâmica que acarretava muito esforço da parte dos extratores para a manutenção dos produtos.

³³ Manoel Mago diz que a pobreza era tamanha, sua rede quando criança fora um mangará de palmeira, passou a riscar seringueira com o pai aos dez anos



Figura 7: Semente de ucuúba coletada no rio Moju.

Fonte: Cássia Benathar, 2022.

Em cada quinzena das embarcações era calculada quatro a cinco toneladas de sementes de ucuúba aviadas para comercialização no porto do barracão dos patrões José Lourenço e Francisco Lima. Esse volume considerável de sementes ressalta a importância econômica dessa prática e da produtividade das atividades comerciais na região.

No período da Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945 ocorreu um novo aumento na extração do látex em Gurupá, conhecido como "mini boom" (Pace; Oliveira Jr., S/D, p. 95), impulsionado pelos investimentos dos Estados Unidos na Amazônia. Durante esse período, os herdeiros dos pioneiros retomaram a exploração dos seringais do rio Moju, enquanto novos patrões emergiram, mantendo a prática do aviamento, característica da condição de coronel de barranco.

Guimarães (2017), por meio do testemunho de Manoel do Carmo, proporciona uma visão sobre a reconfiguração dessas estruturas ao longo do tempo. A experiência de Manoel, como ribeirinho que vivenciou o sistema desde a infância, oferece uma narrativa única sobre as mudanças e adaptações que ocorreram na região.

[...] migrantes com alto poder aquisitivo, chegavam na região do Marajó com o objetivo de adquirir terras. Assim, tornaram-se patrões na região, o qual “se apossava ou comprava várias colocações, 20, 30 colocações. Como patrão, tinha que ter em torno de 20, 30, 40 colocações que era exatamente para ele ter 20, 30, 40, 50, 100 fregueses”. Uma colocação correspondia a uma área composta com estradas cuja vegetação era formada de seringueiras. (Guimarães, 2017, p. 58)

A dinâmica das colocações revela um sistema complexo, onde os patrões concediam o

uso da terra em troca da lealdade na freguesia, impulsionando o aviamento. Contudo, essa relação era delicada, pois qualquer desagrado ou interesse do patrão poderia resultar na expulsão dos posseiros das terras.

A perda da posse ou o endividamento muitas vezes ocorria por valores aparentemente insignificantes, como a compra de vestimentas, remédios ou o custo de uma canoa. A partir desse momento, o freguês se via em dívida com o patrão, o dono da colocação, certificado em *“o conceito de aviamento incorpora o processo de dominação do freguês pelo patrão, a partir do estabelecimento do compromisso de pagar uma dívida”* (Meira, 2018, p. 106). Mesmo com esforços diários riscando seringueiras, era impossível quitar essa dívida, especialmente porque a quinzena era direcionada para suprir necessidades básicas e os valores das mercadorias superfaturados.

A figura imponente de José Lourenço no rio Moju durante esse período é impressionante. De origem portuguesa, ele ocupou extensas áreas estratégicas ao longo do rio e manteve sob seu regime patronal cerca de 20 famílias. Sua área de domínio compreendia a região do rio Bahia. O tratamento dispensado por José Lourenço a todos, parentes ou não, era uniforme, sem exceções. Um detalhe curioso é o caso do pai de Manoel do Carmo, que, mesmo sendo genro, também era freguês de José Lourenço, nunca teve a oportunidade de ser libertado dessa sujeição (Guimarães, 2017).

A narrativa sobre Francisco Lima destaca sua influência como outro coronel de barranco que moldou a história do Rio Moju. Sua origem no Rio Baquiá e a aquisição de terras nas margens dos rios Mararu, Mariony e Moju destacam sua presença marcante na região. Seus descendentes ainda preservam a antiga casa residencial e comercial, mesmo em ruínas, às margens do rio Mariony. É um testemunho do legado deixado pelos filhos que continuaram a tradição comercial.

Em Gurupá, mesmo com o declínio comercial da borracha, os coronéis de barranco perseveravam em suas colocações, intensificando a comercialização de outros produtos provenientes da floresta, como madeira e palmito, se diferenciando do aviamento, com a introdução do dinheiro, que na fase da extração da borracha não era possível. Esse período de transição se estendeu até a década de 1990, com as CEBs já estabelecidas e fortalecidas pelos movimentos sociais, especificamente o STTR/Gurupá (Lopes, 2013). Tenho recordações das frequentes viagens do meu avô Wilson ao rio Ipixuna, onde ele se envolvia no corte e na comercialização de madeira para a Firma Foad Dib Tachy, além das inúmeras toras de madeiras jogadas na ribanceira em frente à cidade, e outras tantas organizadas em marombas à margem

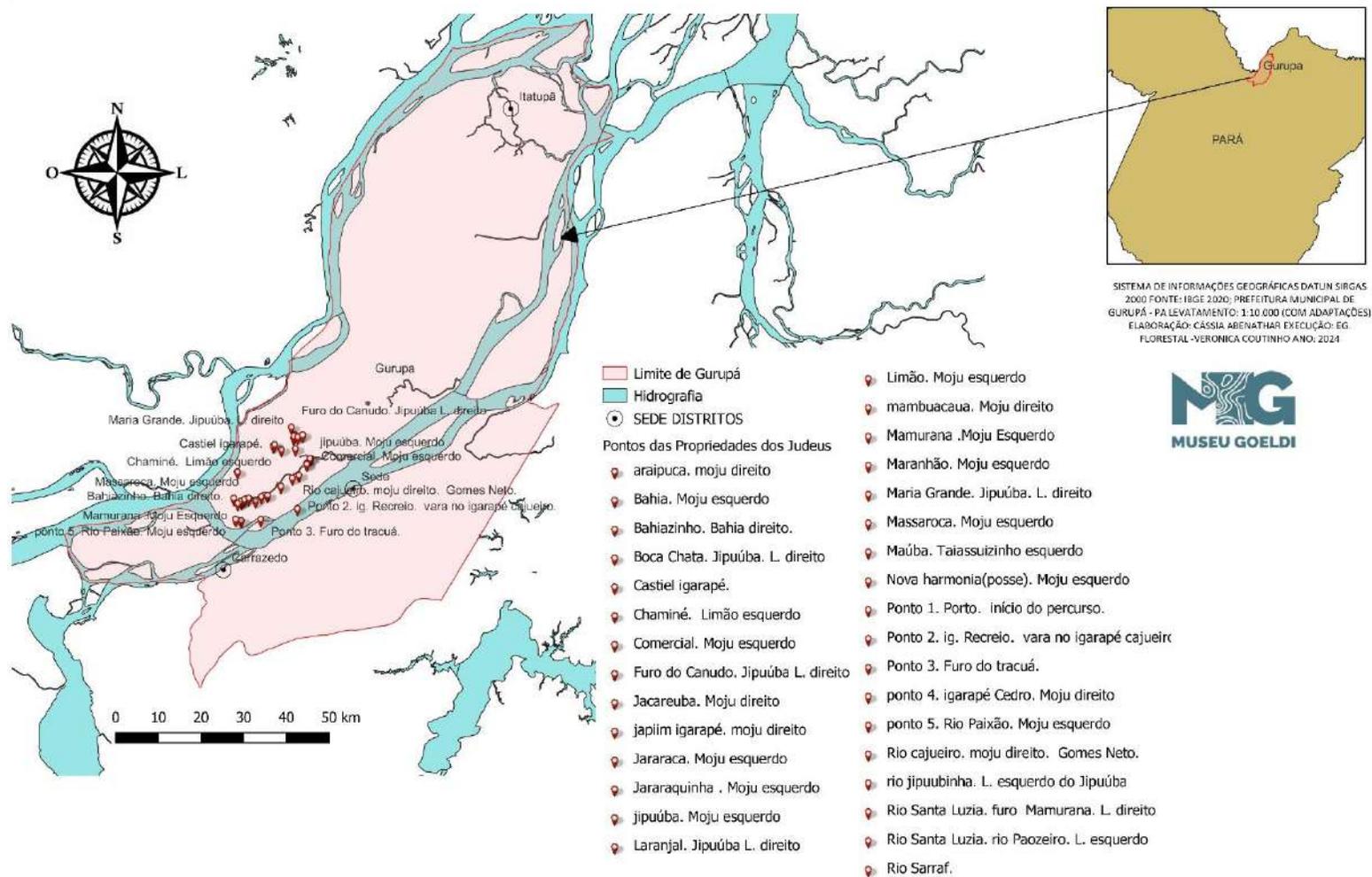
do rio, demonstrando a adaptabilidade e resiliência dessas práticas comerciais ao longo do tempo.

Dentro desta perspectiva, a documentação revela claramente como os imigrantes marroquinos se destacaram na intensa exploração dos recursos naturais, com o rio Moju desempenhando um papel central em suas atividades comerciais. A conexão entre a documentação e a importância do rio Moju é fundamental para compreender essa trajetória dos judeus em Gurupá.

A representação geográfica (mapa 2) foi elaborado utilizando as coordenadas geográficas coletadas por mim e Ezequiel Barbosa durante a viagem ao rio Moju, com o propósito de mapear os locais onde os judeus estavam estabelecidos. Essas informações foram embasadas na documentação cartorial e nos registros do Convênio ITERPA - FASE Gurupá.

O mapa exhibe a Ilha Grande de Gurupá com uma complexa rede hidrográfica composta pelos rios Baquiá, Murupucu, Mariony, Moju e outros; externo à ilha, nota-se o Carrazedo. Esses locais testemunharam a ocupação por imigrantes marroquinos, notadamente no final do século XIX. Os pontos dentro da Ilha Grande de Gurupá estão relacionados ao rio Moju, indicam propriedades de terra dos judeus que se estabeleceram na região. Nestas áreas foram observadas estradas de seringais, diversas plantações e barracões, evidenciando as atividades na região, assunto que será explorada com maior detalhe no próximo capítulo.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES DOS JUDEUS NO RIO MOJU SÉCULO XIX GURUPÁ/PA



Mapa 2: Localização das propriedades dos judeus no Rio Moju (século XIX)

Fonte: Verônica Coutinho, 2024

2. CAPÍTULO 2: REDES DE CONTATOS, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DOS JUDEUS NA AMAZÔNIA HEBRAICA

A chegada dos judeus em Gurupá está envolta em indagações pela predileção do lugar e a permanência, assim como o registro temporal. Como observamos no decorrer do texto, a historiografia judaica na Amazônia apresenta esta lacuna quando se trata da imigração judaica para Gurupá, sendo uma região de relevância histórica não só para o Pará, mas para o Brasil.

As primeiras informações acerca dos judeus em Gurupá estão em Benathar (2015). Nele faço uma abordagem da migração para Gurupá a partir de minha família, sinalizando-a como partícipe no comércio de mercadorias avulsas, nos seringais e na política do município.

Neste trabalho apresento a existência de um cemitério judaico com 29 túmulos identificados até aquele momento, em sua maioria nominalmente, localizado nas proximidades da cidade, fato que provocou uma intervenção científica no aspecto etnoarqueológico, suscitando a publicação de um artigo com o título “*Matzevtot Kevurah Esquecidas – Resgate Etnoarqueológico do Cemitério Judaico de Gurupá, Pará, Brasil*” na Revista Antropologia Portuguesa³⁴, além do estudo ser destaque nos noticiários, na comunidade científica e sobretudo na comunidade judaica do Pará e Amazonas.

Tomo como o ponto de partida para certificar a temporalidade desta chegada e permanência na região os resultados deste estudo, contextualizado nas décadas finais do século XIX. Ao revisitar as fontes que levaram a relatar a trajetória desses judeus na Amazônia gurupaense, somar a estas as análises de outros documentos do mesmo arquivo cartorial e percorrer outros caminhos metodológicos, observou-se que a presença e a profusão de atividades dos judeus na região amazônica, especialmente em Gurupá, antecede as décadas finais do século XIX.

³⁴ O artigo sobre o cemitério judaico de Gurupá foi resultado de um estudo integrado ao Projeto OCA do MPEG, os trabalhos no espaço foram coordenados pela bioarqueóloga Dra. Cláudia Cunha, e teve a colaboração de estudantes pesquisadores, professores e alunos da comunidade gurupaense.

2.1. *Kol*³⁵ Amazônia - os *hebraicos* em Gurupá

No capítulo anterior, as notícias que atentam para a presença dos imigrantes circulam nos periódicos no século XIX, aqui já mencionada pelo jornal *A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)* de maio de 1883. A nota datada de março de 1883 menciona não apenas a presença de judeus em Gurupá há mais de sessenta anos, mas enfatiza que são numerosos “*E elles residem aqui em grande numero e ha muito tempo*”³⁶. Do mesmo modo, aponta para a constituição de um grupo integrado naquela cidade, com influência e prestígio em outras esferas da sociedade paraense.

Vale ressaltar que a nota é assinada por judeus e outros moradores de Gurupá ditos *seus protectores*. Logo ao final há uma observação informando (*Estava uma estampilha.*) que deve corresponder a uma gravura ou um selo. No mesmo jornal, em maio de 1883, circula uma notícia de agradecimento³⁷ ao presidente da província, general Barão de Maracajú, encaminhado pelos judeus moradores de Gurupá pela intervenção feita ao plano de expulsão e morte aos *hebraicos* residentes na cidade.

Os sobrenomes dos judeus noticiados conferem com os encontrados nos arquivos cartoriais, além de identificados pela sua descendência, como Aben-Athar, Azulay, Serfaty, Sicsu e Levy. A nota de agradecimento contém uma informação importante ao destacar os judeus como os sujeitos que controlam o comércio na *villa de Gurupá*.

Nessa perspectiva, os jornais que circulavam nesse período e os documentos³⁸ levantados no Cartório Gurupá localizado no município de mesmo nome e no Cartório Alberto Mocbel na cidade de Cameté, dão conta de demonstrar as relações comerciais desses judeus marroquinos em toda região e além dos seus limites.

É importante considerar que esses registros cartoriais que remontam ao final do século XIX, e que comprovam a presença dos judeus marroquinos em Gurupá, são documentos que

³⁵ *Kol* em hebraico significa “voz”, um enunciado referente a chamada dos judeus para a Amazônia gurupaense.

³⁶ *A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)* de maio de 1883, edição 0015.

³⁷ *A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)* de maio de 1883, edição 00113.

³⁸ Foram realizadas duas missões de estudo em arquivos cartoriais diferentes, Gurupá e Cameté, com a finalidade de levantar informações acerca da presença judaica na região. A primeira missão de estudo ocorreu em 2020, no Cartório Gurupá, Chamada Interna 01/2020 - financiada pela PROAP/CAPES; a segunda missão de estudo ocorreu no Cartório Alberto Mocbel, em 2022, Edital de Chamada Interna 02/2021 - financiada pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Amazônia Legal/CAPES.

carregam um valor histórico. São manuscritos da história que permitem ao pesquisador a compreensão e a comprovação do acontecimento, além de promoverem o encantamento pela história que vai se revelando (Bacellar, 2005).

Embora tenham caráter público, os arquivos cartoriais nem sempre estão disponíveis à pesquisa, dado aos impasses burocráticos que dificultam o acesso. Casos como esses implicam em resultados limitados, fragmentados. Para o sucesso desta pesquisa, esses documentos históricos foram essenciais no sentido de municiar com informações que assegurassem a presença judaica em Gurupá: “*Os livros de notas dos tabeliães são preciosos para a análise da sociedade e da economia do passado*” registra Bacellar (2005) e continua: “*A multiplicidade de atos é notável, a riqueza de informação também*”.

Inicialmente, os responsáveis pelos cartórios de Gurupá e Cametá apresentaram resistências, porém, após dúvidas serem esclarecidas, o acesso fora permitido com algumas restrições. Entretanto, no acesso ao Cartório Cohén, assim grafado, o seu titular alegando autorização judicial não concedeu licença para averiguar os documentos que retém sob sua guarda, afetando parcialmente as conclusões previstas para esta missão.

Ocorrência como esta pode estar relacionada à falta de conhecimento de sua importância, desdobrando ao abandono, a má conservação dos documentos, muitas vezes encontrados em maços amarrados e jogados em cantos. Cenas como estas foram percebidas nos arquivos dos dois cartórios dos municípios e seus titulares alertados para as possíveis perdas documentais e históricas, conseqüentemente.

Bacellar (2005) sustenta essa afirmação ao dizer,

Quando o Arquivo Nacional desenvolveu o projeto de mapeamento da documentação referente à escravidão, ao negro e à África, em 1988, pretendeu-se abranger esses acervos com vista a também chamar a atenção dos titulares dos cartórios para a importância dos papéis que guardavam. De modo bastante significativo, e preocupante, muitos responderam à abordagem inicial sobre a existência de tais documentos em suas estantes, com rápida e confiante negativa, quase sempre por total desconhecimento. Diante dessa realidade, as equipes que levantavam informações por todo o Brasil tinham instruções precisas para insistir no exame dos volumes arquivados, quase sempre comprovando que os mais antigos estavam abandonados, esquecidos mesmo na memória dos mais antigos funcionários. O panorama era, muitas vezes, profundamente desanimador: maços e volumes embolorados, corroídos por insetos, jogados no chão em total desordem era uma visão bastante comum. Cabe ao historiador, ao acessar tais documentos, o papel fundamental de alertar para sua importância, pressionando por melhores atenções para com os registros do passado. (Bacellar, 2005, p. 38)

Contudo, a análise documental foi realizada e os resultados conferidos e confrontados com outras fontes documentais e bibliográficas. Eles revelaram a trajetória dos judeus nesse pedaço da Amazônia.

A literatura que trata dessa temática certifica que os judeus chegavam de sua terra natal e permaneciam na capital o tempo necessário para saberem seu futuro paradeiro. Logo seguiam para as pequenas vilas e cidades ao longo dos rios para trabalhar com o respaldo e apoio dos seus conterrâneos já estabelecidos financeiramente. Isso acontecia pelas notícias de prosperidade que a Amazônia possibilitara. Dessa forma, muitos judeus que atendiam ao chamado eram jovens rapazes que sonhavam com um futuro melhor, aceitando o desafio de comercializar rio adentro (Benchimol, 2013).

Os jornais comumente registravam o desembarque de grupos de judeus, entre homens e mulheres e algumas vezes aparentados no porto de Belém, e logo seguiam para as cidades pequenas no interior do estado. Em notas da seção “*Movimento do porto.*” dos jornais “*Treze de Maio (PA)*”³⁹ de 6 de setembro de 1856 e o “*Gazeta Oficial (PA)*”⁴⁰ de julho de 1859 notificam a entrada em Cametá, de pelo menos, cinco membros de família Sabat, e outros marroquinos, respectivamente.

Assim como outros ambientes na Amazônia, Gurupá também oferecera aos judeus um universo adverso ao seu. Benchimol (2009) disserta que “*Quase toda a população nativa paraense era muito pobre e isolada. Pobreza e solidão que vinham desde os tempos coloniais*”.

A vinda dos marroquinos para a Amazônia é retratada por Bemerguy (1998) em:

O contato firmado anterior à partida de Marrocos, com conhecidos da região, era um marco importante em garantia ao trabalho imediato e proporcionava uma certa assistência aos recém imigrados. Os comerciantes que encarregavam-se em trazer jovens marroquinos judeus foram propulsores na realização na imigração judaica para a Amazônia, pois além de proporcionar a primeira oportunidade de emprego, muitas vezes custeavam os gastos com a viagem. Estes comerciantes são reconhecidos até hoje na memória dos entrevistados com muito respeito. (Bemerguy, 1998, p. 83)

Nos estudos iniciais sobre os judeus em Gurupá, dinâmicas como esta não foram registradas, entretanto há relatos sobre judeus singrando os rios, comercializando mercadorias de toda sorte, de agulhas de costuras aos tecidos, do tabaco ao querosene, folha para fumo, terçados e produtos alimentícios. A história do judeu Amadeu Aben-Athar, conhecido nos rios

³⁹ Treze de Maio (PA) de setembro de 1856, edição 00835, p.3.

⁴⁰ Gazeta Oficial (PA) de julho de 1859, edição 00165, p.4.

da região como “Jabá” por ser uma das mercadorias que mais vendia aos moradores, possui uma narrativa sustentada pelo filho Max Aben-Athar, já falecido, que na época da pesquisa tinha 81 anos.

Decerto que outros jovens marroquinos vieram através da “carta de chamada” e atuaram como pequenos comerciantes, regateando nos rios na região na ânsia da prosperidade.

Benchimol (2013) em sua obra clássica “Eretz Amazônia – os judeus na Amazônia” discorre como se dá a chegada desses jovens na região, em:

Se tudo desse certo nas primeiras viagens era mais prático se localizar numa pequena cidade perto de Belém, onde já houvesse seus patrícios, como Gurupá, Breves, Macapá, Cametá, Baião e lá se instalavam com comércio próprio de barracão, flutuante e casas comerciais modestas onde a sala da frente era a loja, o balcão para o atendimento dos fregueses, e a parte do fundo ficavam os cômodos da família, pois logo mandavam buscar a esposa que ficara em Belém [...]. (Benchimol, 2013)

O flutuante faz referência às diferentes embarcações usadas pelos locais. Isso variava de acordo com a necessidade. Neste caso para o judeu comerciante, o flutuante servira para regatear rios adentro.

Para Benchimol (2013), os judeus foram os primeiros regatões na região amazônica. Entretanto, nota-se a prática dessas atividades por judeus marroquinos após a instauração da república, embora a legislação imperial proibisse a presença de estrangeiros desempenhando a função, o que não impedira a atuação de outros estrangeiros, como os peruanos e bolivianos, e estrangeiros europeus, mas sendo os portugueses os maiores dominadores do ofício da regatão no período da colônia (Henrique; Morais, 2014).

O regatão é uma figura emblemática neste cenário da exploração e comercialização dos produtos florestais e aquáticos, e soma-se aos personagens que sustentam o sistema de aviação, um sujeito capaz de transitar nos vários níveis de negociação da estrutura econômica (Meira, 2018).

Kelly (1984) menciona que as atividades dos regatões foram permitidas pelo presidente Sá e Albuquerque como artifício civilizatório para os nativos, entretanto, o presidente assume que suas práticas lhes foram prejudiciais pelo modo de levá-los ao engano.

[...] the most pernicious agents of civilized society in contact with the Amerindians were the people running the floating trading posts (regatões), whose operations were scandalous if not criminal. He claimed that the trade items offered by the regatões consisted of aguardente or cheap items for which they

received valuable commodities collected or produced by the Amerindians. Since the regatões procured their customers at their homes or near them, the Amerindians had no incentive to seek the villages or towns, where they would experience the civilizing effects of contact with the settled inhabitants. These traders became rich in a short time, alledged the president, who added that, in order to maintain their monopoly, they encouraged antipathy among the Amerindians toward the public authorities and private citizens residing in the settlements (Kelly, 1984, pg. 319).

A presença dos regatões nos rios da Amazônia fora fortalecida pela explosão econômica da borracha e com o apoio das casas aviadoras que os abasteciam. Eram o elo entre os seringais e as capitais, Belém e Manaus, porém sob o jugo dos comerciantes do interior que controlavam as atividades econômicas locais (Mcgrath, 1999).

A ameaça ao monopólio se deu pela desestruturação do sistema comercial vigente entre patrões (comerciantes) e fregueses (extratores), quando o varejista chega aos seringais para comercializar mercadorias diretamente com os seringueiros, embora o custo fosse maior, mas ofereciam variedade e tinha liberdade de escolha do produto.

O regatão, entretanto, não desapareceu com o crescimento do poder monopolista dos comerciantes locais, ele simplesmente mudou de estratégia. Onde no passado ele operava de forma relativamente aberta, agora suas atividades eram mais escondidas. [...] Aproveita do a resistência dos seringueiros às medidas cada vez mais coercitivas empregadas pelos seringalistas, os regatões penetraram nos seringais, comprando as “sobras da safra” direto dos seringueiros. Dessa forma, os seringueiros e regatões montaram uma resistência formidável à monopolização da atividade econômica pela elite local e regional. Ganhando o ódio dos comerciantes e proprietários locais, os regatões freqüentemente foram chamados de “piratas fluviais” na imprensa internacional da época e castigados por causa dos problemas que causavam aos seringalistas e comerciantes do interior. (Mcgrath, 1999, p. 63-64)

Weinstein (1993) certifica que essa atitude do seringueiro era considerada grave desobediência ao patrão, uma vez que já havia desde sua chegada uma dívida entre eles, pelo fornecimento das ferramentas de trabalhos e alimentação, além de estarem em terras arrendadas. Por outro lado, era uma forma de resistência aos abusos recorrentes dos senhores e ao domínio do próprio negócio da borracha.

2.1.1. De regatão a “coronel de barranco”

Sabe-se que em Gurupá os judeus dinamizaram o comércio quando vila e cidade, e nos rios que correm para o Amazonas. As casas comerciais existentes na cidade, em maior parte, pertenciam a eles (Wagley, 1977). Costurou-se uma rede de influência com outras regiões próximas e outras mais distantes, como Porto de Moz, Breves, Cametá e estas com as capitais, compreendendo este artifício como domínio sobre a comercialização de mercadorias, sendo asseverado no ápice da exploração da borracha. Esta conduta astuta, habilidosa e criativa dos sefarditas tem relação com sua formação na Aliança Israelita Universal, o que caracteriza a imigração qualificada, além de familiar, fato já mencionado antes.

Anterior a esta realidade de domínio comercial, os marroquinos estabelecidos em Gurupá praticavam o comércio flutuante, regateavam nos rios tributários ao Amazonas, dentro e fora dos limites do município. Assim acontecia com aqueles externos à região, a exemplo disso o judeu Amadeu, o “Jabá” citado acima.

Casos como esse se conta sobre o judeu Abraham Roffé, estabelecido no rio Ituquara, município de Breves, que margeava os rios gurupaenses. Era comum os moradores do rio Marajoí vê-lo com seu batelão abarrotado de mercadorias. Do mesmo modo, o judeu Izaak Bentes Tobelem comumente singrava os rios levando artigos de toda sorte aos moradores do rio Pucuruí, ambos rios situados à margem direita do Amazonas e pertencentes à bacia gurupaense.

Sobre esses dois judeus, conta-se que em suas viagens como regatões, envolveram-se com as jovens da região. Em Gurupá, a família Andrade, oriunda do rio Marajoí, alega descender de Abraham Roffé. Em uma de suas viagens ao rio, uma jovem da região reivindicou a paternidade de seu filho do judeu regatão, que chegou a conviver com a criança, um menino de nome Francisco. Diz-se de uma tentativa de Abraham levar a criança para morar com a família na capital, mas não obteve sucesso. Depois deste fato, o regatão não retornou mais ao rio (comunicação pessoal)⁴¹.

Fato semelhante aconteceu com Izaak Bentes Tobelem. O regatão se envolveu com Ana, jovem moradora de um vilarejo no rio Pucuruí. Desse romance nasceu um menino chamado

⁴¹ Informação dada por Helena Andrade que se diz bisneta de Abraham Roffé. Em 10 de julho de 2022.

Francisco, que foi reconhecido oficialmente pelo judeu⁴². Não conviveu com o filho, porém não deixou mãe e filho desamparados, legando bens em seu nome (comunicação pessoal)⁴³.

Casos como esses não estavam fora do percurso dos regatões, isto é, nos portos onde ancoravam para comercializar mercadorias, muitas vezes ocorria do regatão se engraçar com as jovens da freguesia. Como informa Morais (1936) em:

Não se limitava o engazupador á traficancia de generos, traficava em corações tam-bem. Uma vez por outra, nas margens do baixo Amazonas e seus tributarios, zona em que exercia o officio nesses idos o mercador ambulante a cata do peixe-boi, da gordura de tartaruga, da mixira, da castanha, do cravo, da baunilha - o desavisado habitante acordava sacudido pela noticia de que a mulher, a filha, ou a sobrinha havia fugido com o pirata rumo de Óbidos, Alenquer, Santarem (Morais, 1936, pg. 68).

Barbosa (2016) afirma que a atividade praticada pelos marroquinos em Gurupá fora o comércio; inicialmente, se ocuparam em vender mercadorias com preços mais baratos nos distantes seringais da região, e depois complementa dizendo que os judeus “estabeleciam suas casas comerciais nas cidades, outros se deslocavam para muitos lugares da região amazônica, sendo que os mesmos foram os primeiros regatões” (Barbosa, 2016, pg. 24).

A comercialização da borracha não somente favoreceu as atividades dos regatões, mas atraiu para a floresta moradores de vilas e cidades, deixando esses lugares desabitados. Casas foram esvaziadas, serviços formais paralisados, para obterem lucros nos seringais. Veja o que diz Kelly (1984): “*Apparent profits from the rubber trade must have been enough to attract even those with regular salaries, such as the schoolteachers*”, segue complementando “*Teachers could expect to receive their entire salarie, but these were often paid months or years late; the rubber business offered quicker rewards.*” (Kelly, 1984, pg. 321)

Nos registros de Kelly (1984), cenas como essas foram contempladas em Gurupá e Porto de Moz por Sá e Albuquerque em sua passagem pelo interior. Poucas foram as pessoas que permaneceram na cidade para manter um comércio já existente, um porto de escoamento para algum padrão do aviamento. Em contrapartida, em Gurupá, por exemplo, os seringais eram ocupados pelos moradores da cidade que abriam comércio ao longo dos rios, e com o tempo, adquirindo posses.

⁴² Registro - nº 6.037, fl 95 v., livro15-A, referência da certidão de nascimento de Pedro de Almeida Coutinho, neto de Izaac Bentes Tobelem.

⁴³ Informações de Pedro Coutinho, 77 anos, 05 de dezembro de 2021.

É neste contexto que os registros cartoriais mostram os marroquinos em atividades comerciais, sendo que na cidade mantiveram casas comerciais e adquiriram terras com extensos seringais.

As figuras a seguir tratam de notas registradas em cartório em nome dos judeus marroquinos Marcos Jayme Aben-Athar e Eliezer Moyses Levy, respectivamente. Nelas está documentada a compra de mercadorias variadas, além de registrar débitos de compras passadas.

A nota referente a Marcos Jayme Aben-Athar (figura 8), de 22 de julho de 1894, com valor de 834,080 (*oitocentos e trinta e quatro mil e oitenta reis*), consta uma importância de uma compra anterior, sendo esta o maior valor da nota, além dos secos e molhados, como: pirarucu, cadernos, terçado, querosene e uma peça de 30 metros de tecido cretone preto *para d^a Cotta*.

	Valor
1º da conta passada anterior	736,00
1º de compra	2,18
2º de compra	5,00
3º de compra	1,00
4º de compra	1,00
5º de compra	1,00
6º de compra	1,00
7º de compra	1,00
8º de compra	1,00
9º de compra	1,00
10º de compra	1,00
11º de compra	1,00
12º de compra	1,00
13º de compra	1,00
14º de compra	1,00
15º de compra	1,00
16º de compra	1,00
17º de compra	1,00
18º de compra	1,00
19º de compra	1,00
20º de compra	1,00
21º de compra	1,00
22º de compra	1,00
23º de compra	1,00
24º de compra	1,00
25º de compra	1,00
26º de compra	1,00
27º de compra	1,00
28º de compra	1,00
29º de compra	1,00
30º de compra	1,00
31º de compra	1,00
32º de compra	1,00
33º de compra	1,00
34º de compra	1,00
35º de compra	1,00
36º de compra	1,00
37º de compra	1,00
38º de compra	1,00
39º de compra	1,00
40º de compra	1,00
41º de compra	1,00
42º de compra	1,00
43º de compra	1,00
44º de compra	1,00
45º de compra	1,00
46º de compra	1,00
47º de compra	1,00
48º de compra	1,00
49º de compra	1,00
50º de compra	1,00
51º de compra	1,00
52º de compra	1,00
53º de compra	1,00
54º de compra	1,00
55º de compra	1,00
56º de compra	1,00
57º de compra	1,00
58º de compra	1,00
59º de compra	1,00
60º de compra	1,00
61º de compra	1,00
62º de compra	1,00
63º de compra	1,00
64º de compra	1,00
65º de compra	1,00
66º de compra	1,00
67º de compra	1,00
68º de compra	1,00
69º de compra	1,00
70º de compra	1,00
71º de compra	1,00
72º de compra	1,00
73º de compra	1,00
74º de compra	1,00
75º de compra	1,00
76º de compra	1,00
77º de compra	1,00
78º de compra	1,00
79º de compra	1,00
80º de compra	1,00
81º de compra	1,00
82º de compra	1,00
83º de compra	1,00
84º de compra	1,00
85º de compra	1,00
86º de compra	1,00
87º de compra	1,00
88º de compra	1,00
89º de compra	1,00
90º de compra	1,00
91º de compra	1,00
92º de compra	1,00
93º de compra	1,00
94º de compra	1,00
95º de compra	1,00
96º de compra	1,00
97º de compra	1,00
98º de compra	1,00
99º de compra	1,00
100º de compra	1,00

Figura 8: Nota de compras em nome de Marcos Jayme aben-athar, 1894.

Fonte: Cartório Lobato, 2014.

	Valor
1º da conta passada anterior	257,00
2º de compra	1,00
3º de compra	1,00
4º de compra	1,00
5º de compra	1,00
6º de compra	1,00
7º de compra	1,00
8º de compra	1,00
9º de compra	1,00
10º de compra	1,00
11º de compra	1,00
12º de compra	1,00
13º de compra	1,00
14º de compra	1,00
15º de compra	1,00
16º de compra	1,00
17º de compra	1,00
18º de compra	1,00
19º de compra	1,00
20º de compra	1,00
21º de compra	1,00
22º de compra	1,00
23º de compra	1,00
24º de compra	1,00
25º de compra	1,00
26º de compra	1,00
27º de compra	1,00
28º de compra	1,00
29º de compra	1,00
30º de compra	1,00
31º de compra	1,00
32º de compra	1,00
33º de compra	1,00
34º de compra	1,00
35º de compra	1,00
36º de compra	1,00
37º de compra	1,00
38º de compra	1,00
39º de compra	1,00
40º de compra	1,00
41º de compra	1,00
42º de compra	1,00
43º de compra	1,00
44º de compra	1,00
45º de compra	1,00
46º de compra	1,00
47º de compra	1,00
48º de compra	1,00
49º de compra	1,00
50º de compra	1,00
51º de compra	1,00
52º de compra	1,00
53º de compra	1,00
54º de compra	1,00
55º de compra	1,00
56º de compra	1,00
57º de compra	1,00
58º de compra	1,00
59º de compra	1,00
60º de compra	1,00
61º de compra	1,00
62º de compra	1,00
63º de compra	1,00
64º de compra	1,00
65º de compra	1,00
66º de compra	1,00
67º de compra	1,00
68º de compra	1,00
69º de compra	1,00
70º de compra	1,00
71º de compra	1,00
72º de compra	1,00
73º de compra	1,00
74º de compra	1,00
75º de compra	1,00
76º de compra	1,00
77º de compra	1,00
78º de compra	1,00
79º de compra	1,00
80º de compra	1,00
81º de compra	1,00
82º de compra	1,00
83º de compra	1,00
84º de compra	1,00
85º de compra	1,00
86º de compra	1,00
87º de compra	1,00
88º de compra	1,00
89º de compra	1,00
90º de compra	1,00
91º de compra	1,00
92º de compra	1,00
93º de compra	1,00
94º de compra	1,00
95º de compra	1,00
96º de compra	1,00
97º de compra	1,00
98º de compra	1,00
99º de compra	1,00
100º de compra	1,00

Figura 9: Nota de compras em nome de Eliezer Moyses Levy, 1894.

Fonte: Cartório Lobato, 2014.

A nota da loja “A Formosa Gurupaense” (figura 9), de Eliezer Moyses Levy, de 18 de agosto de 1894, não pormenoriza os produtos, mas especifica débitos e valores, como a passagem do vaqueiro, contas de pães pagas e mercadorias para o mês de agosto e setembro, finalizando com um débito robusto.

Sobre as duas notas, dão a entender que são encargos feitos por outros aos judeus credores e reconhecidas em cartório para a segurança financeira dos comerciantes, sugerindo que o não cumprimento da dívida acarretaria em apropriação dos bens dos envolvidos, não havendo perdas nas negociações.

Embora a prática de regatear pelos rios tenha sido a gênese da efervescência econômica dinamizada pelos marroquinos em Gurupá por décadas que seguem o final do século XIX e início do século XX, esta atividade volta após o enfraquecimento econômico atribuído à queda dos preços da borracha (Weinstein, 1993), e desta vez quem assume os flutuantes são outros personagens, alguns deles filhos de judeus.

A trajetória de Wilson Benathar, filho do judeu Jacob Marcos Benathar, nascido em 1922, época de ruína econômica em Gurupá, educado sob os princípios judaicos pelo pai, que em sua tenra idade teve que assumir os barracões nos seringais no rio Limão⁴⁴, situado no Moju Grande, é escrita com esse apêndice, o regatão.

Ao se estabelecer em terras do rio Moju, com a condição de comerciante, Wilson passou a regatear os rios, indo até aos seringais e outros portos fregueses. Assim como os regatões de outrora, sua mercadoria era variada, do querosene ao tecido para as vestimentas, do jabá à agulha e linha, o carmim e o açúcar melado. Ao casar-se com uma jovem da localidade, criou-se aí um vínculo maior com a região. O comerciante, ainda jovem, manifestou o gosto pela política e se lançou nesse mundo da diplomacia, sendo eleito prefeito, e, por sucessivas vezes, vereador municipal.

As figuras a seguir revelam dois momentos da trajetória de Wilson Benathar: a figura 10 mostra-o embarcado em dia de viagem. Para a época, a sua condição garantia prestígio com os locais e cria-se um cenário promissor para ascender a outros espaços, neste caso, o político.

⁴⁴ Os seringais com as benfeitorias pertenciam ao judeu José Salomão de Barros, o Zé de Barros.

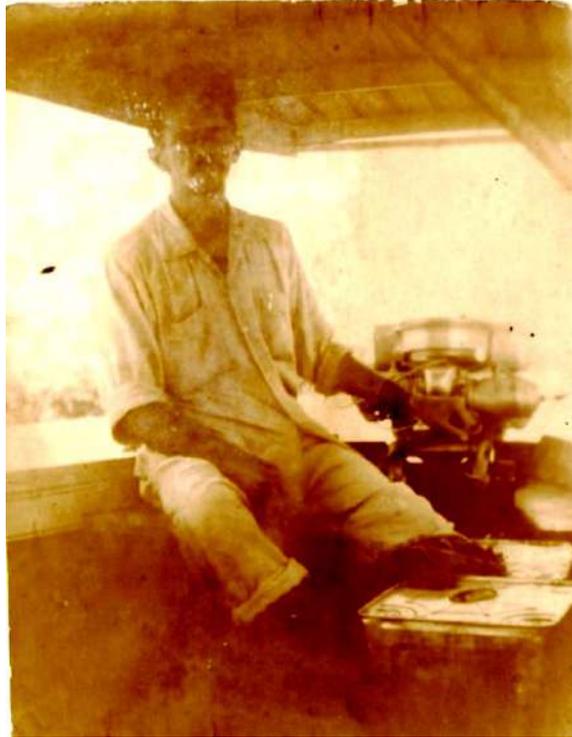


Figura 10: Wilson Benathar (1922-2010).

Fonte: Inventário da família Benathar.



Figura 11: (da esq. para dir.) Débora Benathar (? - 2016), Wilson (1922-2010), Iná (1927-2002) e Hamilton (1946-2018).

Fonte: Arquivo família Benathar.

Na figura 11 vê-se Wilson Benathar investido como político, ladeado de sua meia-irmã Débora, a esposa Iná e seu filho Hamilton. Essa posição político-social foi alcançada graças ao seu repertório de sujeito social e economicamente desenvolvido neste ambiente caracterizado pelo domínio de espaços e poder.

Os exemplos acima, embora em períodos diferentes, são narrativas peculiares do lugar estudado. Os marroquinos foram atraídos pela fecundidade econômica da região gurupaense, farta em produtos da natureza, envolveram-se e dominaram o comércio fluvial como regatões, desafiando, por muitas vezes, o domínio dos seringalistas e aviadores.

Considerando este celeiro fértil na produção da seringa, os judeus já estabelecidos na região de Gurupá passaram a adquirir terras por onde se sinalizava vasto seringal. Weinstein (1993) cita os seringais de região como alguns dos mais produtivos até à década de 1870, capazes de suprir a produção da borracha juntamente com outros municípios paraenses, como Breves, Anajás e Melgaço.

Os assentamentos de terras em nomes dos judeus são registrados entre regiões de terra firme e várzea, esses últimos em maior quantidade, localizados na Ilha Grande de Gurupá, nos rios Baquiá, Murupucu, Macacos e Moju.

Um caso curioso acerca das negociações comerciais envolvendo terras ricas em seringais se deu entre dois judeus, Joseph Salomão Barros e Jacob Marcos Benathar. Zé de Barros, como era conhecido pelos locais, empenhou suas terras localizadas no rio Limão como pagamento de dívida de um empréstimo feito com o Jacob Marcos Benathar.

Diz-se que Zé de Barros esgotou seus ganhos em uma viagem a sua terra natal levando consigo o filho mais velho, Walter, onde passou cerca de quatro anos na tentativa de seus pais aceitarem sua companheira e filhos. Sem sucesso, retornou para Gurupá sem nenhuma economia para recomeçar a vida. Neste momento, buscou amparo com o conterrâneo Jacob Benathar, fazendo então o acordo com prazos largos de pagamento, mas com todo esforço feito não conseguiu reaver as terras. E assim inicia a trajetória de Wilson Benathar como comerciante nos rios e mais tarde, político e como coronel de barranco.

Vê-se que a colônia judaica estava bem estabelecida no município e detinha o controle da produção extraída da floresta e de sua comercialização, em razão de suas casas residenciais e comerciais na cidade, chamadas de tabernas, e os barracões nos seringais, grandes estruturas que funcionavam para armazenar a borracha e as mercadorias para suprir os serigueiros e suas famílias.

A figura 12 mostra o Trapiche Commercial, assim registrado e chamado pelos moradores do rio Moju. É um lugar icônico, uma referência para quem navega pelo rio. O casarão vazio, abandonado e em ruínas, faz parte da paisagem no lugar. Com data de registro de posse no ano de 1892⁴⁵, o Trapiche Comercial pertenceu⁴⁶ ao judeu Tenente⁴⁷ David José Sicsu, morador de Gurupá, e embora em estado decadente, a estrutura resiste ao tempo.

O trapiche de madeira, que atualmente não oferece segurança, em outros tempos da alta circulação da borracha era um dos mais atracados por embarcações das casas aviadoras e pelos seringueiros moradores das colocações dos patrões. Ao lado ficava a casa de moradia. Atualmente vê-se os poucos esteios quando a maré está baixa.



Figura 12: Trapiche Commercial (vista frontal), rio Moju, Gurupá/Pa.

Fonte: Cássia Benathar, 2022

⁴⁵ PARÁ. CONVÊNIO FASE – CPT - ITERPA. Levantamento dos registros, títulos e processos de concessão de terras pelo estado do Pará município de Gurupá. Título de posse registrado no Livro nº 2, folha 10 e v, de 1892, p. 405. Gurupá, 2004.

⁴⁶ PARÁ. CONVÊNIO FASE – CPT - ITERPA. Levantamento dos registros, títulos e processos de concessão de terras pelo estado do Pará município de Gurupá. Título de legitimação registrado no Livro nº 15, folha 79, de 1902, p. 405. Gurupá, 2004.

⁴⁷ Não há informação se a patente de tenente do judeu tem relação com a Guarda Nacional. Os títulos eram comprados conforme o poder aquisitivo da pessoa, era uma forma de impor respeito e mostrar autoridade.

Ao longo de sua existência, o Trapiche Commercial manteve o caráter de casa de aviamento até a ruptura do sistema em Gurupá, ocasionada pelos primeiros sinais da organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, na década de 1980. Após a saída de David José Sicsu de Gurupá, o lugar foi assumido por outros senhores, como Maximiliano Rabello Mendes⁴⁸, nos primeiros anos do século XX, e seguido de Francisco Lima⁴⁹, sendo este o último desta cadeia de “coronéis de barranco”.

O barracão era um elemento fundamental neste cenário de exploração dos produtos naturais. Sua serventia estava para além de armazenar a produção e as mercadorias para comercialização. Era o ambiente central das relações sociais, econômicas e políticas, o lugar de controle de pessoal, dos extratores dos gêneros da floresta, era o símbolo da subserviência pelo sustento, de um processo já estabelecido na Amazônia, e com ele, a agressiva exploração da mão de obra, era o apogeu do aviamento, “*uma ampla e complexa relação hierárquica de comércio que se espalhou em toda a Amazônia*” (Meira, 2018, p. 103), um plano hierárquico baseado no poder e nas diferenças étnicas, sociais e econômicas da região.

Entre o “maior” patrão (situado em Manaus ou Belém) e o “menor” freguês (situado no sertões mais profundos) há uma complexa cadeia hierárquica de poder, de natureza étnica, social e política, que incluiu entre os “aviados” os chamados “caboclos”, mas também nordestinos pobres chamados “caboclos”, mas também nordestinos pobres, indígenas e quilombolas; e entre os “aviadores”, imigrantes portugueses, espanhóis, árabes de origem libanesa e síria, judeus de origem no norte da África e também migrantes nordestinos, incluindo aí funcionários públicos e militares. (Meira, 2018, p. 107)

Um cenário análogo acontece na Amazônia gurupaense, diversificado pelos gêneros aviados e a predominância dos aviadores: os imigrantes judeus. Eram sujeitos que mantinham as famílias em residências na cidade, assim como a taberna abarrotada de mercadorias para suprir a população, e cuidavam dos barracões nos seringais.

É neste contexto que veremos a ascensão do judeu comerciante de mercadorias no varejo e atacado, o regatão, em seringalistas, proprietários de extensos seringais com estradas abundantes, como o afamado David José Sicsu, considerado o maior seringalista da região. Em

⁴⁸ PARÁ. CONVÊNIO FASE – CPT - ITERPA. Levantamento dos registros, títulos e processos de concessão de terras pelo estado do Pará município de Gurupá. O documento assinala vários registros de terras em seu favor, majoritariamente, no rio Moju, incluindo a aquisição do Trapiche Commercial. Rabello Mendes assumiu a intendência municipal de Gurupá por várias vezes, entre os anos finais do século XIX e início do século XX.

⁴⁹ Comerciante e seringalista no rio Baquiá. Adquiriu terras que iam do rio Murucupu, Mariony ao Moju. O Trapiche Commercial foi arrendado no período que a extração da borracha entrou em seu segundo ciclo de exploração, década de 1942.

razão disso, o judeu mais rico do município de Gurupá daquele período⁵⁰.

Abraham Roffé, mencionado anteriormente como um judeu que regateava os rios gurupaenses, ao se fortalecer financeiramente, estabeleceu-se na região do município de Afuá, onde empreendeu negócios variados, mas o seu forte era a comercialização da borracha e a cana de açúcar. Com o tempo, a localidade que morava ficou conhecida como Roffelândia, pela referência comercial de grande comerciante que era. Atualmente, há ruínas da velha vila que outrora atraía pessoas para o trabalho nos seringais e no engenho, inclusive, jovens judeus que o próprio dono “mandava buscar”. Quanto ao judeu Izaak Bentes Tobelem, nada se sabe sobre sua vida a partir da sua saída de Gurupá; seus descendentes mantêm na cidade uma casa, esta já descaracterizada, deixada a seu filho Francisco.

O seringalista era o senhor investido de autoridade pela extensão de suas terras e por determinar as regras nos seus domínios, características atribuída aos coronéis, homens responsáveis por submeter diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terra no período da criação da Guarda Nacional em 1831. O título correspondia à autoridade municipal, geralmente atribuído aos comerciantes, aos fazendeiros e eram comprados conforme o poder aquisitivo da pessoa. Era uma forma de impor respeito e mostrar autoridade (Mendes; Queirós, 2012).

Na Amazônia tornou-se costumeiro chamar de coronel aos senhores de terra, os seringalistas, de “coronéis de barranco”, mesmo não sendo de fato. Como exemplo, as narrativas acerca do Czar do Jari, coronel José Júlio de Andrade, conhecido como o maior seringalista da região amazônica, tendo sob seus domínios extensos lotes de terras a ponto de se configurar o maior latifúndio do mundo. José Júlio de Andrade adquiriu sua patente junto à Guarda Nacional⁵¹.

O poder desses conoréis de barranco foi forjado num cenário das articulações políticas, econômicas e sociais. Pelo sistema de apadrinhamento, muitos deles mantinham um número grande de afilhados por toda região, um artifício criado para manter a família dos apadrinhados sob seus interesses

No trecho do romance Ribanceira (Jurandir, 2020), ambientado na velha Gurupá do

⁵⁰ Informações não oficiais referente a posse Trapiche Commercial era que havia mais de 50 estradas de seringa distribuídas na sua área, sendo uma das terras mais cobiçadas do rio Moju, sua área era de aproximadamente 5,500 ha.

⁵¹ Ver em [Cariri Cangaço: Cel José Júlio, o Czar do Jari Parte I \(cariricangaco.blogspot.com\)](http://cariricangaco.blogspot.com), acessado em 30 de julho de 2023.

início do século XX, é possível perceber na conversa dos personagens Alfredo e o sr. Guerreiro⁵² menção aos seus “protegidos”: “*Fortunata e eu, todo ano, chega dezembro, São Benedito, é aquele batiza-criança que não acaba mais. Temos pelo município uma população de afilhados*” (Jurandir, 2020, p. 233); ainda nessa perspectiva, esses mecaniscos eram capazes de decidir o resultado de eleições persuadindo seus fregueses, os trabalhadores dos seringais.

O caso do judeu Jacob Marcos Benathar, citado anteriormente, como candidato à intendência do município de Gurupá e seu adversário político Liberato Borrvalho, apoiado por um dos maiores aviadores da região, José Júlio de Andrade, um acontecimento que marcou a cidade pela queda dos coroneis de barranco. Foi uma campanha eleitoral marcada por ameaças, manipulações e intimidações à segurança pessoal dos eleitores por parte do coronel Liberato Borrvalho. A condição de ser judeu de Jacob Marcos Benathar, associando-o à morte de Jesus, era constatemente usada para exploração de preconceito e temores da população. Ainda assim, os artifícios não garantiram a vitória do coronel, deixando a população surpresa.

Veja o que diz o trecho desta narrativa no estudo sobre os judeus em Gurupá:

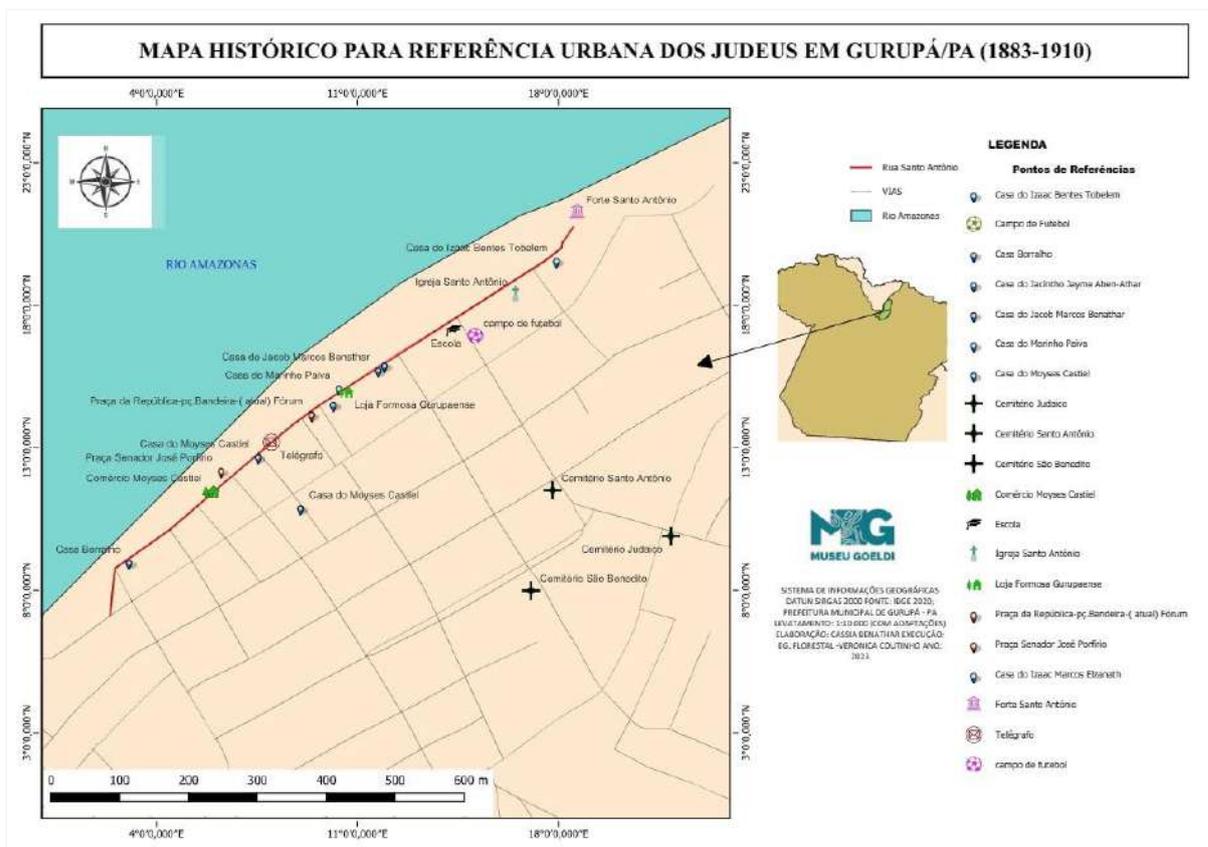
A disputa política entre o judeu e o coronel Liberato Borrvalho foi chamada de “eleição de um milhão para um tostão”, pois o seu oponente era apoiado por José Júlio de Andrade, o qual disponibilizou um de seus barcos para a campanha do coronel, e o judeu não tinha dinheiro suficiente para financiar a sua campanha. (Benathar, 2015, p. 47)

Wagley (1977) descreve um panorama de relações construídas para a ascensão dos judeus em espaços estratégicos e socialmente dominantes.

Entre os vários grupos estrangeiros que foram para o Amazonas no princípio deste século, atraídos pelo comércio da borracha, havia numerosos judeus do Norte da África. Não se sabe ao certo quantos ficaram na Amazônia, mas fundaram uma sinagoga em Belém e abriram casas comerciais em várias cidades amazônicas. Itá tornou-se um centro conhecido entre os imigrantes judeus. O *Almanaque do Pará*, uma publicação oficial, declara que já em 1889, seis das quatorze casas comerciais de Itá eram propriedades de hebreus. Nomes como Aben Athar, Levi, Bensabath e Azulay eram importantes nos negócios da comunidade, no começo do século. Os judeus tinham papel proeminente na vida de Itá. Eram comerciantes “fortes” e dois hebraicos foram prefeitos da cidade. Hoje, um dos mais prósperos filhos de Itá, de quem todos se orgulham, é descendente de uma dessas famílias judaicas. (Wagley, 1977, pp. 64-65)

⁵² O personagem Guerreiro no romance de Dalcídio Jurandir é baseado no coronel de barranco Liberato Borrvalho, casado com Diná Borrvalho (Fortunata), moradores da cidade onde mantinham seu comércio, não tinha apreço pelos judeus que ainda permaneciam na região, quer seja pela conduta religiosa – d. Diná era mulher católica em demasia, ou por questões políticas e comerciais.

As escrituras de compra e venda de terras revelam outros nomes de sefarditas com a dinâmica semelhante, casas comerciais na cidade e na floresta numerosas estradas de seringa. Sobre esses nomes, é interessante perceber que a localização das suas posses eram próximas uma de outra, quando não eram confinantes, um procedimento que se repetia na cidade; diz-se da “rua dos judeus” na velha Gurupá, oficialmente Rua Santo Antônio, uma via onde estavam situadas as casas dos marroquinos, expressa em vermelho no mapa 3.



Mapa 3: Mapa histórico para referência urbana dos judeus em Gurupá/Pará (1883-1910).

Fonte: Verônica Coutinho, 2023.

O mapa proporciona uma perspectiva visual das casas residenciais e comerciais dos judeus na cidade, especialmente concentradas na Rua Santo Antônio, a primeira rua paralela ao rio. A disposição próxima uma da outra evidencia a concentração da comunidade nessa área específica. Considerando as descrições coletadas em documento, as casas eram amplas, com várias dependências, espaços para serviços de panificação e quintais, um ambiente representativo que essas famílias estabeleceram.

Observamos a localização específica da casa deixada por Izaac Bentes Tobelem e a presença da loja de Eliezer Moyses Levy, "Formosa Gurupaense", ambas já mencionadas nesta

pesquisa. A inclusão dos cemitérios no mapa, incluindo o judaico, é uma peça importante na narrativa da presença dos imigrantes na região. Esses locais de descanso final não apenas testemunham a presença duradoura dos imigrantes, mas também refletem a diversidade e a singularidade amazônica. A diferença na distribuição espacial dos cemitérios, com um dedicado especificamente aos judeus e cuidado por eles mesmos, destaca não apenas a preservação da identidade cultural, mas também a autonomia da comunidade judaica na manutenção de seus próprios espaços sagrados, como observado por Wagley (1977).

A menção à casa Borralho como uma referência comercial na cidade, especialmente nas atividades relacionadas ao aviamento, destaca sua importância ao longo do século XX até a organização das CEBs. As narrativas que a cercam transmitem o entusiasmo e a angústia dos que ali experimentaram a autoridade dos patrões da borracha. Atualmente, a casa está descaracterizada pelos interesses dos novos proprietários.

A base para a elaboração do mapa foram as informações coletadas nos assentamentos de escrituras, nascimentos e óbitos datados de 1883 a 1910, cruzando-as com notícias de jornais, sendo que esses documentos cartoriais proporcionam uma base oficial e legal sobre a vida e a dinâmica da sociedade da época.

Interessante perceber a cidade nessas últimas décadas do século XIX. Uma vila e cidade com poucos anos de diferença, mas condicionada às atividades econômicas advinda das florestas, desnuda do imponente paço municipal, mas embelezadas pelas praças, com a agência do telégrafo, muito útil numa sociedade, que outrora, fora ativa economicamente, com uma população diminuta, porém inquietada pelas dinâmicas ocorridas no município.

Neste cenário de intensas relações econômicas e sociais, a cidade vai se construindo conforme os investimentos e os interesses daqueles que detinham o monopólio sobre a extração da borracha, da madeira, cacau, sementes, couros de animais e produtos de grande valor no mercado. Entretanto, é importante perceber que a atuação social desses grupos fora possível pela violenta relação que sustentara o aviamento.

Santos (2019), comenta sobre as notas que circulavam acerca da intensificação da produção da borracha na Amazônia, de como os interesses lucrativos prevaleceram em relação às condições desumanas que os extratores foram submetidos, *“acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abandonam seus lares”*, diz um trecho da nota do presidente da Província do Pará, Sebastião do Rego Barros, em 1854, se referindo à riqueza pretendida pelos seringueiros com a extração da borracha. No ano de 1862, o presidente do Pará, Carlos Araújo

Brusque, faz menção ao que os homens (extratores) se resumem às vistas dos aviadores: “*quantidades inertes ou cifras existentes no fim de uma coluna de somar*”; a nota de Pimenta Bueno menciona a má alimentação, doenças e mortes, de “*privações de toda a natureza*” (Santos, 2019, p. 189).

Não bastasse essa realidade, esses homens eram vigiados pelos homens de confiança dos patrões, donos dos seringais, na garantia de não perder os investimentos feitos na chegada e na permanência dos extratores; além dessa diligência, uma rede de controle e aliança fora feita entre os patrões para que não aceitassem “*uns os empregados dos outros*” (Santos, 2019) em débito com o patrão. Entretanto, ocorria também, dos capangas ou mesmo os coroneis de barranco serem apossados ou presos pela polícia pelas truculências feitas aos desafetos do patrão ou por rivalidades nos negócios.

Um recorte do jornal⁵³ “O Imparcial” de 1925, descreve a hostilidade que o coronel de barranco Liberato Borralho sofreu por parte do prefeito policial Clovis de Moura Serra, filho do intendente e César Carvalho de Moura Serra, seu inimigo político. O coronel telegrafia ao governador mencionando a agressão e pede providências para cessar a violência.

Rosenblatt (1963), em seu romance “Barracão”, expressa recordações da sua vivência e das memórias dos seus antepassados para compor cenas amazônicas, e narra o caso de um capanga de um coronel, que por lealdade foi preso e acabou morrendo na prisão, por ter assassinado um desafeto do seu patrão.

[...] Eulina se apercebeu que parara em frente à cadeia de São José; era um hábito que praticava instintivamente todos os dias. “ ‘Stá aí, j’estamos pela cadeia, cadê que custou...” – Aí padrinho Joviniano acabara seus dias, coitado; entrou moço e saiu velho, carregado pro cemitério. [...] Padrinho Joviniano... Parecia-lhe ainda vê-lo espiando por aquelas grades... À toa o pobre pagara crime que graúdo mandou cometer. Cadê que coronel Lobinho se lembrou dêle quando subiu; só se aproveitou a escada – “capanga que se defenda sozinho – ainda dizia, com voz de trovão pra isso recebe dinheiro” (Rosenblatt, 1963, pg.10).

As marcas deste sistema foram vistas por um longo período na Amazônia gurupaense, quer seja pelas riquezas amealhadas pelos seringalistas, ou pelas condições de vida que os trabalhadores apresentavam, e como consequência, a floresta.

Em Gurupá, no início do século XX, a prosperidade era observada pela abertura de casas

⁵³ Os descendentes do cunhado de Liberato Borralho guardavam consigo recortes de jornais que circulavam notícias de Gurupá, nas primeiras décadas do século XX, colados num caderno costurado à mão, por gentileza foi entregue a mim. A notícia em destaque é do jornal “O Imparcial” de 04 de novembro de 1925.

comerciais com mercadorias que chegavam da capital e do exterior, circulação de um periódico com anúncios sobre diversos assuntos mostrando o interesse dos cidadãos com os acontecimentos sociais, como as registros de aniversários, notas sobre pessoas que chegavam e saíam da cidade. Além disso, na cidade eram ofertadas aulas particulares de idiomas e muitos bailes regados a boa comida e bebida eram oferecidos às pessoas pertencentes a este grupo social (Wagley, 1977).

Esse período de opulência e luxo na cidade é controverso. Para que isso fosse possível, como já foi comentado acima, em meados do século XIX houve o abandono da vida na cidade com a ida dos moradores para os seringais, onde abriram seus comércios, adquiriram lotes de terras com estradas de seringais. Por causa dos altos preços da borracha, sua exploração absorveu a mão de obra disponível para outros produtos.

Esse fato é observado por Kelly (1984) em:

In addition, rubber extraction was absorbing almost all available labor, causing the neglect of other industries which required Amazonian workers. Coffee, sugar, urucu, vanilla, clove, and many other cultivated and collected products were disappearing from the markets. If a dike were not constructed to stem the flood of the means of production to rubber, the other sources of wealth, which were more certain and civilized, would wither and weaken. The president deplored the desertion of a regular and organized farming life to that of a poor and unhappy nomadic one. (Kelly, 1984, p. 317)

Assim corrobora Wagley (1977) ao afirmar que nos finais do século XIX, as referências sobre Gurupá eram de abandono e de um posto comercial sem importância. Vê-se, porém, a recuperação do monopólio sobre a comercialização da borracha na transição do século XIX para o XX, as mudanças acontecendo nas grandes cidades, imitando o modo de vida europeu e com isso a entrada de pessoas no Vale Amazônico.

Nesse contexto de transformações citadinas, além da oferta de aulas de idiomas, das notas de jornais, considerado o progresso para a população gurupaense, mencionado por Wagley (1977), o início das obras do prédio da prefeitura municipal é um marco que figura como um símbolo de riqueza amealhada com a comercialização do látex no Vale Amazônico. Segundo o livro de memórias do gurupaense Benedito Sanches, a obra pública iniciou nos primeiros anos do século XX, entre os anos de 1903 e 1905, porém, em decorrência do declínio da economia do látex os serviços foram suspensos, retornando cerca de quarenta anos depois com o novo florescimento nos seringais.



Figura 13: Prédio da prefeitura. Gurupá, 1942.

Fonte: Pace (1996)



Figura 14: Prédio da prefeitura. Gurupá, 2023.

Fonte: Vasconcelos (2023)

Acima, as duas faces da prefeitura: a figura 13, mostra a obra inacabada, expressa um aspecto de abandono, sem as folhas nos janelões e com a escadaria que dá acesso ao piso superior, observamos que sua estrutura está tomada por ervas; as quatro décadas demandadas para a conclusão também acarretaram críticas severas aos intendentess municipais pelo suposto desvio de recursos designados para a continuação e conclusão da obra.

Para aquele contexto, a prefeitura constituía uma obra dispendiosa e sem utilidade, um “elefante branco” (Wagley, 1977, pg.45). Em 1947, o jornal “*O Liberal*” circula uma nota para a campanha eleitoral do candidato ao governo do estado do Pará, Major Moura Carvalho. Dos trinta e um questionamentos feitos ao eleitor, o décimo nono se referia à obra da prefeitura “19º - *Qual foi o governo que resolveu terminar o majestoso prédio da prefeitura municipal de Gurupá, cuja a construção estava paralisada há cerca de quarenta anos?*”⁵⁴.

A figura 14, mostra a sede da prefeitura municipal como está atualmente, pintada recentemente em tom azul, não correspondendo à cor original da sua conclusão, porém conserva a arquitetura externa, com exceção da escadaria. Um prédio que mantém sua imponência desde tempos pensados como símbolo de poder e riqueza na Amazônia.

Um dos recortes de jornais que estavam sob a posse dos aparentados de Liberato Borralho, noticia a recepção e jantar oferecido ao intendente e senador do Estado José Porphirio de Miranda Junior pela passagem na cidade “*tanto na subida para Sousel, como no regresso*

⁵⁴ O Liberal, 13 de janeiro de 1947, p.2, edição 00048 (1).

para Belém”⁵⁵:

Ao desembarcar em Gurupá o preclaro chefe do município de Souzel foi recebido por numeroso grupo de amigos entre os quaes notavam-se as principaes autoridades locaes.

Na casa de residência do sr. João de Almeida doi oferecido ao ilustre itinerante um copo de cerveja sendo erguidos entusiasticos brindes pelo dono da casa, pela senhorita Antonia Borrvalho, pelo dr. Salvador Rosa, juiz de direito; capitão Manoel Luiz da Cinha e dr. Ferreira, cirurgião dentista.

Na descida foi oferecido um almoço ao distincto homem político, trocando-se a sobremesa affectuosos brindes; nessa occasião elle, auctorizado pelo capitão Philomeno Cesar Borrvalho e sua digna esposa anunciou oficialmente o noivado da senhorita Antonia Augusta Borrvalho com o sr. Raymundo Boavista, fixando o dia 20 de janeiro de 1909 para ser realizado o casamento, por ser este dia o aniversario natalício da menina Mocincha Borrvalho irmã da noiva.

Dias (2019) enfatiza que a receita do Estado alavancou com os aumentos sucessivos de exportação dos produtos, fazendo com que administradores públicos considerassem mudanças nas cidades, principalmente, nas capitas Manaus e Belém. A modernização era símbolo de civilidade, daí a construção dos teatros municipais de estruturas grandiosas, marcando a opulência da época e demarcando classes sociais.

Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente. A política seria a transformação de Manaus, defendendo a dominação do grupo que vai geri-la. Este grupo será constituído pelos extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita conexão com o poder público local. (Dias, 2019, p. 30)

Uma nota que circulou no periódico *Diário de Notícias (PA)*⁵⁶ de 1891 sinaliza essa dinâmica social que o aquecimento econômico provocou. O anúncio era sobre um espetáculo que acontecera no Theatro da Paz em benefício dos pobres e das viúvas, onde o camarote de 1ª Ordem estava destinado à *comissão do commercio*, classe de políticos e barões da borracha, entre eles, Antônio Leite Chermont, Francisco Chermont, Barão de Guajará, comendadores e a firma A. J. Acris de Abrahão Acris. Os assentos desse camarote eram usados exclusivamente por pessoas de 1ª classe.

Coube aos seringueiros, em sua maioria imigrantes de outras regiões, a missão de se embrenhar na floresta para a labuta diária. Em Gurupá, no auge da extração do látex, o cenário

⁵⁵ Não consta a data de circulação deste jornal.

⁵⁶ Diário de Notícias (PA) de domingo, 08 de maio de 1891, edição 00096.

não fora diferente, muitos nordestinos chegaram na região fugindo da seca que assolou vários estados nordestinos, causando doenças e mortes pela sede que asseverava conforme os anos sem chuva.

Lacerda (2007) argumenta que a saída dos imigrantes do nordeste se deu pelo fenômeno da seca, mas também pelo o que a região amazônica proporcionava naquele momento, a valorização da goma elástica como atrativo para os retirantes; ademais, os nordestinos que não seguiram para os seringais e permaneceram na cidade de Belém, contribuíram para a formação de uma categoria de subempregados ou desempregados na capital.

Barbosa (2016) disserta sobre a presença dos nordestinos a partir de análises cartoriais, no ano de 1890, precisamente, se estabelencendo em localidades rurais, em rios que integram a bacia hidrográfica de Gurupá, sendo que as razões pela a escolha do lugar incidem em terras ricas em seringais.

Em Gurupá, alguns desses retirantes nordestinos não se resignaram à extração do látex ou subserviência a algum patrão. A chegada e permanência de Liberato Borralho⁵⁷ se deu através de seu padrinho⁵⁸, capitão Philomeno Cesar Borralho, também nordestino das partes do Maranhão, que logo o colocou como pessoa de sua confiança. Isso lhe rendeu a mão de sua filha Diná Borralho em casamento e todo o seu legado, uma estrutura social, política e econômica construída antes de sua vinda para terras gurupaenses. A imagem de Liberato foi criada com o *status* de patrão, seringalista, coronel de barranco.

Diz-se que, além do seu comércio na cidade, somente outras quatro casas comerciais supriam de mercadorias o município: o “Trapiche Commercial” do Francisco Lima no rio Moju; os comércios do judeu Jacob Benathar no rio Limão e do José Lourenço no rio Bahia, os dois últimos tributários do rio Moju, e o “Paraíso” da Companhia Moura Serra, localizado na foz do rio Pucuruí (Figura 15). Se não tivesse determinada mercadoria em uma dessas casas, não se encontrava em nenhuma outra dessas citadas (comunicação pessoal)⁵⁹.

⁵⁷ Liberato recebeu o sobrenome de seu padrinho. Wagley (1977) diz que “os vínculos entre padrinho e afilhado constituem vínculos tão fortes quanto os de parentes real”.

⁵⁸ Galvão (1955, p. 21) ressalta que a relação de compadresco evidencia a “solidariedade real entre gente não aparentada por laços consanguíneos” e “traduzem a necessidade de cooperação”.

⁵⁹ Sr. Manoel Mago, morador do rio Moju.



Figura 15: Porto e casa comercial Paraíso – Manoel Serra (segundo à esquerda). Gurupá, 1948 .

Fonte: Pace, 1996.

A respeito desses imigrantes nordestinos, Barbosa (2016) faz uma amostragem populacional de Gurupá entre os anos de 1890 a 1900, analisando 264 registros cartoriais, em sua maioria registro de casamento, no total 528 pessoas; observa que desta população de 122 nordestinos, 76 eram homens e 46 eram mulheres, que corresponde a 23,11%, e no que se refere aos casamentos, a preferência era a união com o cônjuge de mesma naturalidade. São nordestinos de diversos estados: Maranhão, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí.

O índice populacional que chega na Amazônia é apresentado por Santos (2019) como expediente à produção de excedente. Se avolumavam imigrantes em diversas áreas do norte do Brasil, entretanto, o estado do Pará fora uma região que recebeu e manteve um número elevado de pessoas. Nas quantificações baseadas nas informações de Samuel Benchimol, o autor mostra um contingente, entre os anos de 1877 a 1900, de 160.125 imigrantes. Contudo, oficialmente o número de nordestinos registrado no Pará, de 1855 a 1916, é de 58.384 (Santos, 2019, p. 121).

O certo é que muitos nordestinos que entraram no estado do Pará seguiram para os seringais espalhados pelo município de Gurupá: Vila do Roberto⁶⁰ e Cruzeiro do Moju (Distrito de Gurupá) (Lacerda, 2007, pg. 198).

⁶⁰ Há nas proximidades do rio Baquiá a Ilha da Roberta.

Essas informações são importantes para verificar como estava constituída a população do município e identificar quem eram os sujeitos que manobravam a sociedade gurupaense em seus diversos aspectos. Considerando o contexto do sertão nordestino e o destino desses migrantes, os seringais, havia uma classe dominante gurupaense, os comerciantes e seringalistas, entre esses, os marroquinos, que embora apareçam em número pequeno, formavam um grupo de “*fortes*” comerciantes (Wagley, 1977, pg. 45) com propriedades de grandes seringais e socialmente influentes. Sabe-se que dois desses judeus assumiram a intendência municipal em Gurupá, Jacob Benathar⁶¹ e Raphael Castiel⁶², um fato que expressa a quebra da hegemonia dos patrões antagonistas.

2.1.2. “*Quien cambia de lugar, cambia de mazál*”⁶³.

O título desta seção foi também da II Missão de Estudo realizada em Cametá, ambicionando informações para sustentar hipóteses relacionadas às conexões sustentadas entre os judeus de Gurupá e Cametá. Contudo, o nome se aplica a estes escritos por observar semelhantes dinâmicas desenvolvidas por estes marroquinos em terras gurupaenses na perspectiva da prosperidade.

Os dados a seguir foram obtidos a partir dos registros cartoriais e do documento cedido pelo ICMBio Gurupá (Convênio FASE – CPT – ITERPA) de compra e venda de terras e outros bens pelos judeus em Gurupá nas décadas que seguem a exploração da borracha na região, onde constatou-se uma grande concentração de posses em mãos dos marroquinos na cidade e na floresta. A ordem dos dados pesquisados segue na cronologia de permanência dos sefarditas do município.

⁶¹ Registro de Procuração em nome de Seraphim Advogados. Procuração para representá-lo na Junta Apuradora das eleições municipais, com sede em Breves, como candidato ao cargo de prefeito municipal de Gurupá – Zona: 13ª, em 30/11/1935, sendo suas testemunhas Raphael Castiel e Manoel Zacarias da Paixão. (Página sem numeração). Ano 1935. Cartório Gurupá.

⁶² Ver pesquisa monográfica, (Benathar, 2015).

⁶³ Expressão em hakitía que significa “Quem muda de lugar, muda de sorte”

Proprietário	Posse/ Localização	Ano	Fonte
Fortunato e Carlota Cohen – <i>sefarditas</i>	Posse denominada Campina – Freguesia de Vilarinho do Monte	1883	Cartorial
Abel Abecassis – morador da vila de Gurupá	Igarapé Japiim – Moju Grande	1883	Cartorial
Jacob Sicsú – morador da vila de Gurupá	Escravo	1883	Cartorial
Guilherme sicsú – morador de Gurupá	Escravo	1886	Cartorial
G. Sicsú & Sobrinho representado por Guilherme Sicsú – domiciliado em Gurupá	Posse no rio Moju com estradas de seringas	1886	Cartorial
Benedicto Duarte Saraff	Posse Castiel no rio Japiim – rio Moju	1892	ICMBio
Jacinto Jayme Aben Athar	Ilha Redonda – rio Amazonas	1892	ICMBio
Marcos Jayme Benathar	Posse no rio Jipuuba – rio Moju	1892	ICMBio
A J Acry & Cia.	Posse Jipuuba na margem esq. do rio Jipuuba – rio Moju	1892	ICMBio
David José Sicsú	Posse Laranjal no Ig. Japiim – rio Moju	1892	ICMBio
	Posse Nova Harmonia – entre o rio Limão e o Moju Grande - rio Moju		
	Posse Puchador no rio Limão – rio Moju		
	Trapiche Commercial - lado esquerdo do rio Moju		
M. J. Nahon - Izaac Serfaty/Gurupá (procurador)	Casa na cidade – rua Santo Antonio	1893	Cartorial
	Garantia: hipoteca de uma casa em Porto de Moz – na rua Guarda Nacional.	1893	
Marcos Jayme Benathar	Posse Capoeirão – Ig. Itapereira	1894	ICMBio
Abraham Moyses Laredo – <i>comerciante e domiciliado na capital do estado (Belém)</i> - Guilherme Raphael Sicsú/Gurupá (procurador)	Garantia: hipoteca de uma casa na na cidade – rua Stº Antonio	1895	Cartorial
Izaac Marcos Elzanath – comerciante e domiciliado em Gurupá.	Casa na cidade – rua Santo Antônio	1895	Cartorial
David José Sicsú	Posse denominada Capinal – rio Moju	1895	Cartorial
Izaac Serfaty – comerciante	Posse no Ig, Bahia – rio Moju	1896	Cartorial
	Posse Santa Rosa – rio Moju	1896	
	Posse Boa Vista – rio Moju	1896	
	Posse Cacoalzinho no Ig. Bahiazinho – rio Moju	1896	
Moyses Castiel e Izaac Serfaty –	Barracão na margem direita do Rio	1896	Cartorial

comerciantes	Murupucu		
Moyses Castiel & Companhia – representado pelo sócio Moyses Castiel.	Posse Japiim no Ig. Japiim – rio Moju	1897	Cartorial
José Levy A. Benayon – representante da Firma A. Benayon.	Arrendamento de um barracão – margem direita do Amazonas	1897	Cartorial
Moyses J. Castiel	Posse no rio Japiim – rio Moju	1900	ICMBio
David José Sicsú	Posse Uraypuca – rio Moju	1900	ICMBio
Moyses J. Castiel – residente em Gurupá	Casa na cidade	1910	Cartorial
	Posse denominada Prainha – rio Jocojó	1910	
	Posse denominada Pombo – rio Murupucu	1910	
Izaac David Cohen – menor, <i>filho do finado Moyses Cohen e Rachel Cohen – residentes nesta cidade</i>	Posse denominada Luciano – margem direita do rio Amazonas	1910	Cartorial
J. Benathar & Cia. (Jacob M. Benathar)	Posse Santa Bárbara no furo do rio Xingu – Gurupá	1915	Cartorial
Joseph Salomão Barros, brasileiro naturalizado, comerciante	Posse denominada Cidade – rio Moju	1936	Cartorial
Joseph Salomão Barros	Posse s/ denominação na foz do rio Japiim – rio Moju	1937	ICMBio

Quadro demonstrativo 1: Compra e venda de terras e outros bens móveis de judeus em Gurupá, 2023.

Fonte: Livro de Escrituras do Cartório Gurupá, Gurupá – (CG - 1893 a 1897); Livros de Escrituras – capa sem identificação; Livro de Escritura 06 – sem data; Livro de Escrituras 04- sem data; Livros de Escrituras – capa sem identificação; Convênio ITERPA - FASE Gurupá: Levantamento Cartorial – (2003, 2004 e 2006)

O demonstrativo informa nominalmente os sefarditas negociantes. Da mesma forma, contém a identificação dos bens, ano e localidade. Entretanto, ressaltamos que muitas das transações comerciais citadas acima, ocorriam entre os membros da comunidade judaica e poucos assentamentos foram encontrados envolvendo sujeitos regionais. A exceção se verifica nos tratos em que o sujeito compra as posses do judeu Moyses Castiel.

Essa concentração de terras, muito mais compra do que a venda, em tempos da alta comercialização do látex, descarta a possibilidade de especulação para fins de outros cultivos florestais, embora se coletasse outros produtos em menor escala e vendas de madeira em período de maré alta.

Destaco o registro de compra de escravos pelos judeus Sicsú. Evidencia-se a compra de uma escrava de nome Rita, de trinta anos, solteira, levando consigo o filho Raimundo, de oito anos, filha de Faustina e dada às prendas domésticas, no valor de 5:000\$000 – 5 contos de reis,

a escrava estava matriculada no município de Turiassú – MA, em 08/04/1872, sob o número 13 da ordem na relação nº 8, e seu filho matriculado em 24/09/1875, sob o nº 852, na capital do Maranhão⁶⁴. O outro caso, é a compra do escravo Simão, de 20 anos de idade (*mais ou menos*), por Guilherme Sicsú. O escravo é solteiro, natural desta cidade, número de ordem 30 na categoria geral, em 11/04/1872 por 500\$000 (500 mil reis), tendo testemunhas os sefarditas Marcos Jayme Benathar e Abel Abecassis⁶⁵.

Em estudo recente sobre os pretos do quilombo de Jocojó, o pesquisador Pablo Silva (2022) analisa os dois casos de compra de escravos, Rita e Simão, pelos judeus, como uma rede interna de tráfico de escravos, dada à proibição do tráfico transatlântico na segunda metade do século XIX. Isso se dava pela alta procura de mão-de-obra para os trabalhos, e neste caso, os marroquinos tinham a garantia da aquisição pelas condições financeiras que gozavam.

Chama a atenção neste demonstrativo que a maioria das posses adquiridas estão localizadas no rio Moju, afluente do rio Amazonas, e do mesmo modo, apresentarem numerosas estradas de seringas. É o que se aplica a Izaak Serfaty, o legado ao seu genro Moyses J. Castiel e os bens da família Sicsú. Sobre esta família não foi apurado se tem relação de parentesco com o tenente, embora tenham sido analisados assentamentos de óbitos e nascimentos, que ainda serão conferidos nesta pesquisa como parte importante na caracterização de sua identidade e origem, além do entendimento das relações sociais.

Igualmente, o demonstrativo possibilita observar o latifúndio do tenente David José Sicsú⁶⁶. Uma ocorrência acerca deste judeu é a venda de sua posse denominada Capinal, localizada no rio Moju a um lavrador de nome Luiz Rodrigues de Moraes, contendo dois barracões, sete estradas de seringa e várias plantações, no valor de 600\$000 – 600 mil reis⁶⁷.

Em 1896, Izaak Serfaty faz negócios com o comerciante João Monteiro Corrêa Sá Junior, morador da cidade de Gurupá. A negociação de compra, venda e hipoteca⁶⁸ no valor de 12:500\$000 – 12 contos e 500 mil reis por três posses de terras já registradas no rio Moju, sendo: uma no igarapé Bahia com 150 braças de ambas as margens, um barracão, e cinco caminhos de seringueiras; a segunda denominada Santa Rosa, margem direita do rio Moju *com mais ou menos meia légua*, contendo uma casa, doze caminhos de seringueiras, quatro mil pés de

⁶⁴ Registro de Escritura de compra e venda. P. 65. Ano 1883. Cartório Gurupá.

⁶⁵ Registro de Escritura de compra e venda. Número de ordem inexistente. P. 83/verso. Ano 1886. Cartório Gurupá.

⁶⁶ As informações sobre os bens do tenente David Sicsú foram encontradas no compilado feito pelo Convênio ITERPA - FASE Gurupá: Levantamento Cartorial – (2003, 2004 e 2006), com exceção de uma ocorrência.

⁶⁷ Registro de Escritura de compra e venda. P. 52. Ano 1895. Cartório Gurupá.

⁶⁸ Registro de Escritura de compra e venda. P. 86. Ano 1896. Cartório Lobato.

cacaueiros e dezenas de árvores frutíferas; e uma terceira posse denominada Boa Vista, na margem esquerda do rio Moju, contendo seis barracas, trinta e oito caminhos de seringueiras, seis mil pés de cacaueiros e outras árvores frutíferas.

Do mesmo modo, Izaac Serfaty vende a posse denominada Cacoalzinho, situada subindo o igarapé Bahiazinho – afluente do rio Moju, a Francisco Cardoso da Silva Teles, contendo dois caminhos de seringueiras e *200 pés outras coisas*; com 150 metros de frente *mais ou menos*, no valor de *300\$000* – 300 mil reis⁶⁹

Em mesma época, juntamente com seu genro Moyses Castiel, Izaac Serfaty faz aquisição de posse na margem direita do rio Murupucu, no valor de *460\$000* – 460 mil reis, contendo um barracão coberto de palha com 50 palmos de frente e fundos, e assoalho de madeira real⁷⁰.

Moyses Castiel segue adquirindo posses na cidade e no interior. No rio Moju, compra uma posse denominada Japihim – situada na cabeceira do Igarapé Japihim, afluente do rio Moju, contendo 12 caminhos de seringueiras, duas barracas cobertas de palha e mais benfeitorias, fazendo *limite central* com a posse de José Sicsú, pelo preço de *2:000\$000* – 2 contos de reis⁷¹. E, na cidade, por conta de uma dívida não paga cometida pelo casal Vicente Pedro de Sant'Ana Loureiro e Luiza Gonzaga de Melo Loureiro, o judeu adquire uma casa no valor de *1:500\$000* – 1 conto e 500 mil reis. São devedores da quantia de *3:250\$000* – 3 contos e 250 mil reis com hipoteca lavrada e assinada em 07/11/1906. A casa está situada à rua São Benedito, no perímetro da Praça Senador José Porfírio, contendo duas janelas, uma porta de frente, sala, alcova, varanda, quarto pequeno, cozinha, forno para padaria e quintal. Limita-se com a *3ª rua*⁷².

Os bens de Moyses Castiel avançam além da área de várzea e a cidade. Observa-se a aquisição de cinco estradas de seringueiras da posse denominada "Prainha", no igarapé Jocojó, por pagamento de hipoteca de dívida com o judeu, lavrada em *21/03/1908*, no valor de *2:260\$000* – 2 Contos e 260 mil reis (*principal e juros*), dado em pagamento pelo casal Tertuliano da Silva Paiva e Amélia Pimentel Paiva, domiciliados no mesmo igarapé⁷³.

Em 1910, Helena Aben-Athar, viúva de Jacintho Jayme Aben-Athar, por meio de procuração negocia parte de sua posse de nome “Pombo” com cinco estradas de seringas,

⁶⁹ Registro de Escritura de compra e venda. P. 106. Ano 1896. Cartório Gurupá.

⁷⁰ Registro de Escritura de compra e venda. P. 95. Ano 1896. Cartório Lobato.

⁷¹ Registro de Escritura de compra e venda. P. 132. Ano 1897. Cartório Lobato.

⁷² Registro de Escritura de compra e venda. P. 73. Ano 1910. Cartório Gurupá.

⁷³ Registro de Escritura de compra e venda. P. 92. Ano 1910. Cartório Gurupá.

situada no rio Murupucu, com Moyses Castiel. A procuração foi lavrada na Fl 18 – Livro nº 29 – 11/06/1910 *neste cartório*⁷⁴.

Ademais, observa-se Moyses Castiel envolvido em outras dinâmicas com seus compatriotas, como por exemplo, quando assume poderes hereditários transferidos pela viúva Rachel Cohen⁷⁵, domiciliada em Gurupá. Referente à viúva marroquina, é certificado a compra de um trecho de terra denominada “Luciano”, situado à margem direita do rio Amazonas entre os igarapés "Thomerzinho" e "Curupira", em nome do seu filho, menor de idade, Isaac David Cohen⁷⁶.

Ainda nesta área de terra firme, vê-se José Levy A. Benayon, representante da Firma A. Benayon, arrendar um barracão pertencente a D. Antônia Francisca, situado na margem direita do rio Amazonas, denominado Gurupá, no prazo de um ano (*início 01/06 do corrente ano*), com pagamento feito a cada final de mês, em *mercado corrente do país*. O valor empregado foi de 30\$000 – 30 mil reis/mês⁷⁷.

Outro judeu de nome Abel Abecassis, morador de Gurupá, adquire uma posse com um barracão e quatro estradas de seringa situada no rio Moju, no Igarapé Japihim – Moju Grande, do valor de 150\$000 – 150 mil reis⁷⁸. Os irmãos Sicsú, também moradores de Gurupá, compram uma barraca situada no rio Moju do lado direito, com benfeitorias e posses de oito caminhos de seringueiras, seis atrás da barraca e dois no lado oposto, no valor de 300\$000 – 300 mil reis⁷⁹.

Em 1910, Moyses Castiel, como procurador de Jacob Benathar, este já estabelecido no Carrazedo, compra umas estradas de seringueiras situada (*encravada*) na posse de terras chamada "Santa Barbara", à margem direita do furo do rio Xingu, Gurupá, avaliado em 200\$000 – 200 mil reis⁸⁰.

Os judeus Raphael J. Castiel e Simão Izaac Elarrat são testemunhas de uma negociação entre Joseph Salomão Barros e Izaura da Silva Telles, a cedente⁸¹. O acordo se dá pela cessão e transferência de direitos hereditários da posse de terra denominada "Cidade", situada à margem esquerda do Igarapé Cidade, no valor de 300\$000 – 300 mil reis, herança deixada por

⁷⁴ Registro de Escritura de compra e venda. P. 138. Ano 1910. Cartório Gurupá.

⁷⁵ Registro de Escritura de compra e venda. P. 83. Ano 1910. Cartório Gurupá.

⁷⁶ Registro de Escritura de compra e venda. P. 84. Ano 1910. Cartório Gurupá.

⁷⁷ Registro de Escritura de compra e venda. P. 135. Ano 1897. Cartório Gurupá.

⁷⁸ Registro de Escritura de compra e venda. P. 62. Ano 1883. Cartório Gurupá.

⁷⁹ Registro de Escritura de compra e venda. P. 86. Ano 1886. Cartório Lobato.

⁸⁰ Registro de Escritura de compra e venda. P. 42. Ano 1915. Cartório Lobato.

⁸¹ Registro de Escritura de compra e venda. P. 82. Ano 1936. Cartório Lobato.

seus pais falecidos Fernando e Angelina da Silva Telles. Por ser analfabeta, o documento é assinado por Alfredo Mendes Gonçalves.

Chamam atenção neste quadro as negociações que Fortunato e Carlota Cohen tratam com a firma A. J. Nahon, neste caso a favorecida, envolvendo casas em Gurupá⁸², à rua Santo Antônio e em Porto de Moz⁸³, Uma casa coberta de palha à rua Guarda Nacional. Os acordos são mediados por seus procuradores também judeus, moradores de Gurupá. Diferentemente de Porto de Moz, a casa em Gurupá é forrada, contém três salas e três alcovas, corredor, varandas e quintal, no valor de 4:079\$996 – 4 contos, 79 mil e 996 reis, sendo que este valor será recebido em moeda corrente e em mercadorias para o comércio, no prazo de dois meses a contar da data da hipoteca.

O mesmo casal adquire posses nas proximidades de Porto de Moz, em Vilarinho do Monte,⁸⁴ com 400 braças de terra firme, com várias plantações, denominada Campina, com meia légua para baixo até a foz do Igarapé Pichuna. Nela tinham duas casas com fornos, um barracão e estradas de extração da goma elástica e mais benfeitorias; um outro barracão no rio Inajá, com várias plantações e estradas de seringa, e mais um outro barracão com posse de extração de borracha e com campo para criação de gado *Vaccum*. Este empreendimento apresenta o valor 1:00\$300,000 – 1 conto e 300 mil reis.

Como mencionado anteriormente, os judeus se concentravam em localidades próximas – considerando o mesmo rio, porém suas habitações eram distantes, e isso era recorrente tanto na cidade como no interior. Um caso semelhante ao casal Cohen, que tinha casa à rua Santo Antônio, é de Izaac José Peres e Esther Elzanath, ambos comerciantes em Gurupá; a ocorrência curiosa é que Izaac Peres hipoteca sua casa com 40 Palmas de frente, com 65 m de fundo, cinco quartos, cozinha, alcova, varanda, corredor e quintal, com fundos para rua São Benedito, em nome de Abraham Moyses Laredo, judeu comerciante na capital do Pará⁸⁵. Como se trata de um penhor, infere-se que houve negociações comerciais envolvendo mercadorias e afins da parte do marroquino domiciliado em Gurupá.

O imóvel localizado à mesma rua referente à compra por Izaac Elzanath, “*próximo a Praça da República 'canto c/ a praça'*), *fundos com a rua São Benedito*”⁸⁶, uma aquisição no

⁸² Registro de Escritura de compra e venda. P. 12. Ano 1883. Cartório Lobato.

⁸³ Registro de Escritura de compra e venda. P. 16. Ano 1883. Cartório Lobato.

⁸⁴ Registro de Escritura de compra e venda. Ano 1883. Cartório Gurupá.

⁸⁵ Registro de Escritura de compra e venda. P. 17. Ano 1893. Cartório Lobato.

⁸⁶ Registro de Escritura de compra e venda. P. 10. Ano 1895. Cartório Lobato.

valor de 3:000\$,000 – 3 contos de reis, tem as mesmas características da casa que Izaak Peres empenhou dois anos antes. Um ano após a aquisição, sem cumprir o pagamento do imóvel, o comerciante Izaak Peres, já domiciliado em Itacoatira, estado do Amazonas, cobra a dívida no valor de 2:000\$,000 – 2 contos de reis, em duas parcelas no mesmo ano, do casal Izaak e Esther Elzanath⁸⁷.

Além dos assentamentos cartoriais, há outros dados presentes no quadro demonstrativo oriundos de outra investigação, razão que impede a descrição documental. Entretanto, observa-se que alguns dados, como localidades, proprietários e ano se cruzam e se confirmam. Outras atividades sobre os judeus coletadas nos livros cartoriais, cuja categoria não se enquadra nas disposições propostas, também não foram lançadas no demonstrativo, como as procurações para todos os fins, testemunhas e registro de ata de eleição.

Para esta amostragem foram analisados somente os livros de Escrituras do Cartório Gurupá, alguns registros já examinados foram revisitados para esclarecer possíveis equívocos, ainda como Cartório Lobato no ano de 2014, sendo que as outras informações foram observadas na execução da missão de estudo realizada em 2020 no atual Cartório Gurupá; somado a estas informações, constam elementos do levantamento feito pelo Convênio FASE – CPT - ITERPA nos anos de 2003, 2004 e 2006, um catálogo baseado nas informações dos assentamentos de terras arquivados no cartório da cidade, obtido através de uma solicitação ao titular do ICMBio Seção Gurupá daquele ano, senhor Pedro Alves. O documento contém uma listagem minuciosa das terras registradas no município.

Dos documentos analisados, nove livros entre procurações e escrituras, somente um foi revisitado, um total de trinta e nove registros de compra e venda de imóveis e procurações, sendo trinta e cinco desses entre os anos de 1883 e 1937 e quatro entre os anos de 1929 e 1967.

Confrontadas essas informações com a lista do ICMBio Gurupá, verificou-se que algumas informações cartoriais não foram lançadas neste documento, questão que pode ser atribuída à desordem e má conservação que esses livros se encontram. É importante ressaltar que os livros arquivados no Cartório Gurupá são oriundos de cartórios desativados que estavam localizados em vilas e distritos do município, sendo o de Gurupá, Cartório do Ofício Único.

Por questões burocráticas, o acesso às informações referentes às atividades financeiras dos marroquinos em terras tocantinas não fora possível, uma tarefa prevista para a II Missão de

⁸⁷ Registro de Escritura de compra e venda. P. 73. Ano 1896. Cartório Lobato.

Estudo no Cartório Cohén, cujo arquivo concentra os assentamentos de compra e venda de bens dos judeus ali estabelecidos. Contudo, os periódicos da época oferecem elementos substanciais para considerar o fluxo de pessoas, de produtos extraídos da floresta e entrada de mercadorias para suprir a população na região.

O jornal *Folha do Norte (PA)*⁸⁸ de 1896, no setor de mercado, sessão nomeada “*Mercadoria importada*” anuncia carregamentos vindos de Cameté em nome de duas firmas de judeus comerciantes conhecidos no mercado. Dentre as cargas da lancha *Intrépida* de Cameté estão a de Bensimon & Coriat com “1528 kilos de borracha, 121 ditos de cacao, 15 ditos de sabão” e de M. J. Nahon, com “50 kilos de borracha, 120 ditos de cacáo”. Na sessão “*Resumo das cargas*” há duas ocorrências: ainda da lancha *Intrépida*, “veio de Cameté 100 kilos de borracha fina, 4905 ditos de sernaby, 58 ditos de cacáo, 738 ditos de sabão e 8 couros de veado” e O *General Fardim*, também de Cameté, com “285 kilos de borracha fina. 4122 ditos de sernamby, 1797 ditos de cacáo, 52 ditos de tabaco, 5 latas de oleo, 90 kilos de sabão e 115 couros de veado”. A *Folha do Norte (PA)*⁸⁹, do dia posterior anuncia carga proveniente, na lancha *Aurora Cametaense*, de Cameté de Benzaquem & Larrat, “borracha 301 kilos e cacáo 400 dts” de M. J. Nahon “borracha 120 kilos”.

A edição do dia 07 de janeiro do mesmo ano da *Folha do Norte (PA)*⁹⁰, informa o valor oficial da borracha entre os dias 06 a 12 de corrente mês, sendo de 6\$400 – 6 mil e 400 reis para a borracha fina e de 3\$847 – 3 mil e 847 reis para o sernamby. Com certa frequência se noticiam nesses periódicos o valor de compra desses produtos, além da comercialização de quantidade demasiada para exportação da borracha e do sernamby, os produtos de maior saída comercial, são apresentados balanços estaduais e municipais do produto – em 1911⁹¹, a imprensa paraense noticia um balancete da produção de borracha em 1910 na ordem decrescente de produção por municípios. A quantidade produzida na região das ilhas impressiona, sendo Breves o maior produtor com 959.293, seguido pelos demais municípios da região, Afuá com 461.411, Gurupá com 408.124, e na região tocantina, o município de Cameté com 610.200, e assim prosseguem os números.

Em decorrência dessa alta comercialização internacional se observa as entradas de mercadorias de todos os gêneros: armações para chapéus de sol, caixas de água mineral,

⁸⁸ *Folha do Norte (PA)*, 08 de janeiro de 1896, edição 00008.

⁸⁹ *Folha do Norte (PA)*, 09 de janeiro de 1896, edição 00009.

⁹⁰ *Folha do Norte (PA)*, 07 de janeiro de 1896, edição 00007.

⁹¹ Estado do Pará: Propriedade e uma Associação Anonyma (PA) de 15 de outubro de 1911. Num. 189.

produtos farmacêuticos, caixas de tecidos (*fazendas*), calçados, porcelanas, artigos de perfumaria, leite condensado, biscoitos, produtos de alfaiataria, caixas de vinho. Assim eram abastecidas as casas comerciais na capital, e por conseguinte as do interior do estado e os barracões nos seringais para sustentação do aviamento. Salienta-se que algumas dessas casas comerciais eram de marroquinos, como as de Jayme Abecassis e de Hass & Levy⁹². Além de mercadorias, as embarcações traziam semanalmente passageiros para a região deixando-os nos portos das pequenas cidades, como já citado aqui, a família Sabat, onde se estabeleceu por muitos anos.

Esses periódicos permitiram evidenciar esse recorte de abundância dos produtos florestais na região, cuja a exploração garantira a fartura da vida luxuosa da família dos patrões em detrimento das condições impostas aos extratores; e, de modo igual, os documentos foram capazes de fundamentar um período histórico de Gurupá pouco evidenciado na história da Amazônia, que passa a se homogeneizar quando percebido como mais um espaço amazônico, negligenciando suas particularidades.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (Sá-Silva; Oliveira; Guidani, 2009, p. 2)

2.2. O fluxo Gurupá – Cametá: laços sociais consolidados

Nas décadas finais do século XIX, Gurupá era o cenário ideal para uma vida próspera. A euforia causada pela exploração e comercialização da seringa e outros produtos permitira as condições essenciais para isto. Assim fora também em Cametá, um município situado às margens do rio Tocantins, com longa história colonial, a “Terra dos Notáveis”, e podemos atribuir também, terra de imigrantes judeus sefarditas, como já mostramos nesses escritos.

A documentação mostra a presença dos judeus em Cametá em períodos semelhantes a Gurupá, ou seja, o ano de 1889 é a referência cartorial de tempo e espaço dos imigrantes por

⁹² Folha do Norte (PA), 25 de janeiro de 1896, edição 00025, p. 3.

terras tocantinas. Porém, notas a respeito da entrada de judeus no município entre os anos de 1856 e 1859 já são comuns nos periódicos.

Dizem as notas:

[...] Dia 8: Entrou em Cameté o Vapor do mesmo nome, Capitão Bazilio José Soares, com 25 horas e 30 minutos de viagem, trazendo os passageiros seguintes: Thereza Maria de Jesus, Antonio Lopes Machado, Constantino Pedro Chaves da Motta, D. Carlota Sabat, Anna, Iria, Sebastião Gomes de souza, e Joanna escrava, Brasileiros: Fortunato Bendelak, marroquino: Abraham Amzalak, Jacob Sabat, D. Alegria, e D. Maria Sabat, Francezes: Francisco José Soares, Fulgêncio José da Motta, José Antonio Ferreira da Silva, e Antonio Francisco da Silva, Portuguezes. (Treze de Maio (PA) de setembro de 1856, edição 00835, p.3).

Para Cameté o Vapor, commandate Manoel Pereira de Figueiredo, trip. 17, tons. 76, carga varios generos, consignado a C.N. e C. Do Amazonas, com os seguintes passageiros:

[...] portuguezes – antonio José da Silva, Francisco Joaquim Pereira.

Marroquinos – Moysés Pinto, Fortunato Cohen.

Inglez – Salomão Israel. (Gazeta Oficial (PA) de julho de 1859, edição 00165, p.4.)

Ambos os trechos são da seção “*Movimento do Porto*” de 1856 e 1859, respectivamente e, embora de jornais diferentes, divulgavam a chegada dos judeus em Cameté. A nota do jornal *Treze de Maio* identifica membros da família Sabat, juntamente os Amzalak e Bendelak. Embora a nota informe diferentes nacionalidades, o que se sabe sobre as famílias Sabat e Amzalak é de serem de origem marroquina, com exceção de Carlota, judia nascida em Cameté, assim afirmam os documentos cartoriais e seus aparentados (comunicação pessoal)⁹³.

Um arquivo de natureza familiar, cedido por Anne Benchimol, consta informações básicas, mas consistentes sobre Jacob Sabat (Sabbá) – as duas versões de escritas são encontradas nos registros cartoriais de Cameté. O judeu tem origem marroquina, negociante, solicitou naturalização brasileira em 1872, estava no Brasil desde 1854, dois anos depois casou-se com Carlota, filha de judeus moradores de Cameté, teve seis filhos: Fortunata, Alisse, Benedicto, Mimon e Maria. Os outros judeus identificados na viagem são Fortunato Bendelak e Abraham

⁹³ Anne Benchimol, 57 anos, vice-presidente do Comitê Israelita do Amazonas (CIAM) – nora do professor Samuel Benchimol e pesquisadora da imigração judaica na Amazônia.

Amzalak, naturais de Marrocos, sendo que o primeiro se tornou sogro de Alisse Sabat⁹⁴. Embora nada tenha encontrado sobre os judeus identificados na nota da *Gazeta Oficial*, é uma informação importante para legitimar a presença na região.

A documentação levantada no Cartório Alberto Mocbel, em Cametá, vinte e dois assentamentos, entre nascimentos e óbitos, revelam uma colônia judaica consolidada e promienente nos negócios. O cruzamento das fontes possibilitou inferir a malha de sociabilidade mantida pelos marroquinos para o fortalecimento das suas práticas religiosas e para a comercialização da borracha e outras mercadorias. Não se tem dado sobre suas estratégias para ascensão financeira, como donos de seringais, dissertado na sessão anterior a respeito dos judeus marroquinos em Gurupá. Contudo, os métodos praticados para obtenção de lucros neste contexto na região amazônica se dera por meio do aviamento (Meira, 2018).

De acordo com os documentos, os judeus estabelecidos em Cametá residiam na cidade e outros no interior do município. Eram famílias numerosas, comerciantes e negociantes dos produtos naturais. Bem se viu nos periódicos da época, as embarcações trafegavam os rios com mercadorias diversas para abastecimento das casas comerciais da região, além de carga para exportação. Diz a nota sobre a embarcação Felicidade com saída marcada para Portugal:

A barca Portuguesa Felicidade, Capitão José Miguem Ribeiro, pertende seguir viagem para Lisboa até ao dia 25 de Junho, a cuja se acha já em meia carga e para o resto da carga, os preços são o seguinte: Arroz a 140 rs. por arroba, Cacáo 160 rs., Salça 320 rs., Urucú 300 rs., Paneiro de goma e tapioca 320 rs., Algodão 280 rs., Assucar 16 rs., Couros secos e verdes 120 rs., Cravo 300 rs., e quem pertender carregar ou hir de paddagem em a dita Barca dirija-se ao mesmo Capitão. (Treze de Maio (PA) de setembro de 1846, edição 00602, p.2).

Uma constatação quanto ao envolvimento dos judeus marroquinos em negociações se dá a partir da análise temporal. Nos jornais da década de 1854, 1856 e 1859, verificamos que há pouca ocorrência nas negociações com entrada e saída de mercadorias. A frequência está na chegada e permanência em cidades do interior do Pará, principiando nos negócios, ao passo que, nas décadas finais do século XIX, com o aquecimento econômico, a atuação desses imigrantes tem mais regularidade, sobretudo no que se refere à comercialização da borracha. Esta observação faz referência aos municípios de Gurupá e Cametá, bases dessa pesquisa.

⁹⁴ Registro de Livro de nascimento. P. 120 (verso). Termo: 141. Ano 1894. Cartório Alberto Mocbel.

A ausência dos dados cartoriais – escrituras de compra e venda, livro de notas, implica, em parte, em resultados clarificados sobre as dinâmicas laborais dos marroquinos em Cameté. No entanto, a permanência fora concreta e ativa, como mostram os assentamentos de nascimentos e óbitos do cartório Alberto Mocbel. Cameté já fora chamada de “cidade dos Cohen”, pela população judaica presente no município.

A elaboração do quadro abaixo auxilia nas identificações de famílias judaicas estabelecidas no município, sua origem e as relações de parentescos existentes entre os imigrantes.

Conjugê	Naturalidade	Ano – Ocorrência
David e Belizia (Levy) Benoiel	Marrocos (ambos)	1889 – Nascimento de Graça (04h) 1891 – Óbito de Graça
Leão e Ana Clara Aguiar	Não informada	1889 – Nascimento Iete (06h) 1897 – Nascimento Isaac 1899 – Nascimento de Sarah (02h)
Leão e Esther Benchimol	Gibraltar (ele) – Brasil (Pará/ela)	1889 – Nascimento (nome não identificado – 07h)
Abraham Menahen e Alice Bendelak	Brasil (Pará)	1894 – Nascimento de Samuel
Abraham L. e Rachel L. Benoiel	Espanha – brasileiro naturalizado (ele) Gibraltar (ela)	1894 - Nascimento (nome não identificado – 07h)
Isaac Marcos e Esther Elarrat	Marrocos (Mogador), naturalizado brasileiro (ele)	1897 – Assentamento de nascimento (Não identificado - noite)
Abraham e Rachel Larrat Benoiel	Não informado	1897 – Nascimento do filho José (8h)
Larrat e Luna Cohen	Não informado	1898 – Nascimento de José (17h)
Elias E. e Raquel Bemmuyal	Marrocos (Tanger/ele) Espanha (ela)	1898 – Nascimento de Salomão (04:30)
Isaac Benassuly e Mery Pinto	Não informado	1898 – Nascimento de Abraham
Isaac P. e Mery Bensimon Mellul	Marrocos (Tanger)	1899 – Nascimento de Zara 1900 – Nascimento de Esthar (16h) 1902 – Nascimento de Pinchas
José e Zara Athias	Marrocos	1899 – (Não identificado)
Abraham e Simy Mellul Benzaquém	Marrocos (ambos)	1899 – Nascimento de Moyses Abraham 1900 – Nascimento de Isaac (17h)

Elias E. e Raquel Elias Bemmuyal	Marrocos (Tanger/ele)	1900 – Nascimento de Orovida (23h)
Abraham M. Serruya e Esther Aicha ou Sicha	Marrocos (ambos)	1901 – Nascimento de José (06:30)
Isaac M. e Esther Obadia Elarrat	Marrocos (Larat/ele) Marrocos (ela)	1902 – Nascimento de Pérola (22h)
Salomão Jaime e Esther Bemmuyal	Brasil (ambos)	1939 – Nascimento de Abraham Salomão (cor branca – 05h)
-----	-----	1889 – Óbito de Saul Benrros – 48 anos
Isaac Larrat e Sime Larrat Benoliel	Marrocos (Tanger/ele) Brasil (Cametá/ela)	1891- Óbito de recém-nascida – 8 meses Em Bacury - distrito de Baião/Pará
Isaac Benjó e Preciada	Não informado	1892 – Óbito de José Isaac – 19 anos (11h)

Quadro demonstrativo 2: Assentamentos de nascimentos e óbitos, 2023.

Fonte: Livro de Nascimento do Cartório Alberto Mocbell, Cametá (A1 – 1891 a 1897); Livro de Nascimento – Livro 16; Livro de Nascimento – Livro 02 (1897 a 1902); Livro de Óbito – Livro 01 (1889); Livro de Óbito – Livro 02 (1892).

Podemos listar nomes de judeus e judias que têm raízes em Cametá, cujo papel social é de conhecimento na comunidade judaica nacional e internacional, no universo político e na literatura.

Sultana Levy Rosenblatt, citada nesta dissertação, faz um resumo da história de seus antepassados na crônica “Como viemos parar na Amazônia”, cuja trajetória dramática de sua avó materna Belízia Levy⁹⁵ é evidenciada em Muaná até os dias mais venturosos em Cametá, já casada com um jovem judeu Daniel Benoliel; dessa união nasce Esther, sua mãe. Considerada uma das jovens mais belas da sociedade paraense, casando-se em Cametá, com Eliezer Moyses Levy, conhecido judeu de Gurupá, então nasce Sultana, prestigiosa escritora das vivências amazônicas. Neste registro biográfico, a autora cita os judeus identificados nos livros cartoriais, Maximiano Bensimon⁹⁶ e Abraham Larrat⁹⁷, cunhado e primo de seu avô Daniel, respectivamente. O casal de judeus Jacob e Carlota Sabat e duas de suas filhas, Alice/Alisse⁹⁸ e Sime⁹⁹ também são identificadas, assim como Abraham Amzalak¹⁰⁰, nesta ocorrência de 1939, do nascimento de seu neto Abraham Salomão. O judeu já é falecido.

⁹⁵Duas ocorrências são registradas, de nascimento e morte de sua filha Graça. Registro de nascimento. P. 7. Termo 70. Ano: 1889. Registro de óbito. P. 46 e verso. Ano: 1891. Cartório Alberto Mocbell.

⁹⁶Declarante de óbito de Saul Benrros. Registro de óbito. P. 34. Termo. 78. Ano: 1889. Cartório Alberto Mocbell.

⁹⁷Registro de nascimento. P. 5. Termo. 20. Ano: 1897. Cartório Alberto Mocbell.

⁹⁸Registro de nascimento. P.120 e verso. Termo. 182. Ano: 1894. Cartório Alberto Mocbell.

⁹⁹Registro de óbito. P. 56 e verso. Termo. 93. Ano: 1891. Cartório Alberto Mocbell.

¹⁰⁰Registro de nascimento. P.99. Termo. 3835. Ano: 1939. Cartório Alberto Mocbell.

Essas informações são fundamentais para constatar que a colônia judaica estabelecida no município de Cametá estava consolidada nos negócios, por conseguinte buscava manter suas práticas religiosas. Dois exemplos da constância no judaísmo são elencados nesta coleta cartorial: no assentamento de Orovida Bemmuyal¹⁰¹, filha de Elias E. e Raquel Bemmuyal consta que a criança será batizada conforme a religião dos pais, a judaica; caso semelhante acontece com Pinchas Mellul, filho de Isaac P. Mellul e Mery Bensimon Mellul. Há uma extensão neste documento registrado em 06/11/1929¹⁰², dizendo que Isaac P. Mellul batizou o filho como Elias Isaac, e não como Pinchas, como registra o documento, tendo como testemunhas Isaac Aarão Cohen e Salomão Aguiar. Em Gurupá, foi percebido o lançamento de uma nota posterior ao assentamento de Mair Castiel, filho de Moyses Castiel, registrado como Miguel¹⁰³. O fato incide nas crenças judaicas que não o reconhece com tal nome.

As condutas religiosas por parte desses imigrantes eram comumente notadas pela população, tanto em Gurupá como em Cametá, uma dessas convenções era conservar o *Shabat*, ou seja, as sextas-feiras até ao fim da tarde dos sábados. Eram reservadas para as orações e nenhuma atividade era realizada e permitida em casas judaicas, até mesmo as tabernas eram fechadas.

Essa postura religiosa implicou na convivência com os moradores locais não judeus, não somente em Gurupá e Cametá, mas em cidades que estavam estabelecidos. Os casos mais notórios aconteceram em Parintins, município do Amazonas, onde famílias sefarditas inteiras precisaram fugir da cidade na madrugada, às escondidas, na intenção de evitar maiores consequências, até mesmo mortes. Suas casas e lojas foram saqueadas e destruídas pelo incêndio causado pelos moradores cheios de ódio. Episódios como esses se repetiram nas localidades rurais por onde os judeus mantinham seus comércios, o chamada “mata judeu” (Rosenblatt, 2000).

Jornais da década noticiavam acontecimentos dessa natureza em Parintins¹⁰⁴ e Cametá¹⁰⁵. As análises sobre esses casos incidem no antissemitismo presente nessas localidades, que trazem consigo uma tradição religiosa cristã católica, herança da ocupação portuguesa em tempos coloniais, e acusava os judeus de deicidas, profanadores (Heller, 2010). Por outro lado,

¹⁰¹ Registro de nascimento. P. 61 e verso. Termo. 131. Ano: 1900. Cartório Alberto Mocbell.

¹⁰² Registro de nascimento. P. 100. Termo. 177. Ano: 1902. Cartório Alberto Mocbell.

¹⁰³ Registro de nascimento. Termo. 363. Ano: 1903. Cartório Lobato.

¹⁰⁴ Diário de Notícias (PA), p 2. Ano: 1988, edição 00215.

¹⁰⁵ Diário de Notícias (PA), p. 2. Ano: 1888, edição 00229.

vê-se os eventos como retaliação ao modo como os judeus lidam com os negócios, implicando no monopólio comercial da região.

Casos como esses aconteceram em Gurupá e foram noticiados pelos jornais paraenses. Um grupo de judeus denunciando às autoridades do estado as constantes ameaças e atos de violências, como no trecho da notícia:

Este funcionario chefe da revolta no anno passado, contra os hebraicos, continua agora no mesmo proceder, já mancando espancar a Abel Abecaxis, por seus capangas Feliciano Ferro e filhos, resultando ferimentos graves, conforme o corpo de delicto, (mas não denunciados!!) accrescendo achar-se elle presente na occasião do espancamento, e tambem ordenando no 1º do corrente ao seu capanga Antonio do Nascimento, armado de faca, que matasse á Isaac Sicsú, subdito hespanhol, Marcos Aben Athar subdito inglez e Moyses Levy tambem subdito inglez, logrando todos escaparem correndo e sendo apupados pelo dito promotor e seus comparsas! (A Constituição: O do Partido Conservador (PA) de março de 1884, edição 0067)

Contudo, os marroquinos permaneceram na região resistindo às sedições dos locais, quer sejam pela aversão as suas crenças ou práticas comerciais. Decerto, estavam atados às raízes do Judaísmo.

Embora o custo de manter este padrão religioso por parte das famílias fosse perigoso, ainda assim era previsto por eles o *mynian*. Em Gurupá, por exemplo, a dificuldade estava nas distâncias entre as casas dos judeus que moravam no interior do município, pois na cidade não havia número necessário. Porém, concentrando esforços, os judeus realizavam a leitura – Simão Benayon, Isaac Serfaty, Jacob Serfaty, Jacob Benathar, Moyses Castiel, na falta do *mynian*, aconteceu de muitos viajarem até à capital do estado para outras diligências. Contudo, nada mais evidente das práticas judaicas nesses municípios como os cemitérios e seus padrões de enterramento.

2.2.1 – Cemitérios judaicos: as amarras à Lei de Moisés.

As produções científicas ou estudos que versam sobre os imigrantes judeus na Amazônia, certificam esta diáspora a partir das identificações de lápides judaicas – *matzeiva* nas

inúmeras cidades ao longo da região, se tornando as únicas testemunhas deste fenômeno ocorrida no século XIX. Um dos estudos mais generosos sobre cemitérios judaicos no Brasil é atribuído a Egon e Frieda Wolff, um levantamento com mais de mil sepulturas realizado entre os anos de 1973 e 1982 (Benchimol, 2013) nas cidades por onde a imigração se fez presente, incluindo cidades da Amazônia.

Desta forma, as lápides nos cemitérios podem ser vistas como documentos e elementos de expressão coletiva, um espaço de aprendizagem para os judeus, uma vez que ali são socialmente reproduzidas as suas próprias visões do mundo.

Há nas comunidades judaicas do Amazonas e Pará pessoas que trazem para si o compromisso de cuidar dessas campas, para eles chamados de “casa da eternidade”. A preocupação de conservar as lápides está relacionada ao respeito e honra à memória dos seus ancestrais, que em vida foram cumpridores da Lei mosaica, preceptores que legaram o conhecimento e a tradição que mantém coesa à comunidade, mas, sobretudo, o cuidado está pelo risco de apagamento histórico (Cunha et al. 2019).

Com frequência se encontram lápides em cemitérios não-judaicos, em espaços reservados, específicas aos judeus, em diversas cidades e pequenas vilas da Amazônia. Em alguns casos, perdidas em lugares distantes, isolados na floresta, entendendo que ali fora espaços ocupados pelos imigrantes. Ocorrências dessa natureza vieram a público recentemente através do Projeto Marajó de Serfadi¹⁰⁶, coordenado pela professora brevese Iria Chocron, historiadora e pesquisadora da imigração judaica para Amazônia, em especial, a região da Amazônia marajoara. As ações do projeto foram fundamentais para dar visibilidade à trajetória dos judeus na região, tornando-se referência na comunidade judaica pelo valor documental que ela agrega.

As lápides que se encontram incrustadas na floresta da região do Marajó são de conhecimento da população dos vilarejos localizados às margens dos rios no município de Breves. Somente nos dias atuais que a comunidade judaica e pesquisadores da temática tomaram ciência.

Foram encontradas cerca de doze sepulturas, somando as dos rios Jacarezinho e Matuni. Na Vila Bom Jardim, localizada no rio Jacarezinho, estão as lápides de Mercedes Bentolila Sarraf, falecida em 03 de abril de 1900, de Samuel Bentolila¹⁰⁷, falecido em 28 de janeiro de

¹⁰⁶ Ver em [Marajó Sefardi - YouTube](#).

¹⁰⁷ Ver no canal do Marajó Sefardi [Os Judeus Marroquinos em Marajó e Xingú com Ronaldo Gomlevsky - YouTube](#) Acessado em dezembro de 2022.

1906, uma criança que viveu poucos meses; as sepulturas estão ladeadas por campos de judeus e de não-judeus, aparentemente em bom estado de conservação.



Figura 16: lápides judaicas na Vila Bom Jardim, rio Jacarezinho, Breves, Pará.

Fonte: Gomlevsky, 2021.

Karine Sarraf faz um relato sobre seus ancestrais marroquinos no livro “Histórias da beira do rio: os judeus da Ilha do Marajó”¹⁰⁸. As informações sobre os judeus que moravam na localidade é que se tratava de Samuel Sarraf, sua esposa Mercedes Bentolila Sarraf e infere-se que chegaram na região no mesmo período que as levas do final do século XIX.

O modo de vida amazônico seguiu vigilante para assimilação dos judeus, que embora resistentes, tiveram dificuldades em manter e fazer a cerimônia de morte aos modos do judaísmo, ocorrendo de muitos judeus serem sepultados como cristãos, ou em covas nas florestas, até mesmo jogados no rio. A determinação de morar em rios distantes, embrenhados na floresta, carecido dos seus, improvisou enterramentos não-judaicos.

Neste sentido, não é descartada a hipótese de algum marroquino morador do rio Moju, em Gurupá, ter sido sepultado em algum cemitério ao longo do rio; daí a importância de manter uma rede de sociabilidade com as colônias espalhadas em cidades ou em rios pois isso era fundamental para que judeus e judias tivessem dignidade no momento da morte. Fábio (2019) narra o ocorrido com uma família judaica em trânsito de Manaus para Belém:

¹⁰⁸ Um apanhado de breves histórias sobre os judeus que se estabeleceram nas cidades e vilas da Ilha do Marajó, lançado recentemente. CHOCRON, Iria. Histórias da beira do rio: os judeus da Ilha do Marajó. Juiz de Fora-MG: Garcia, 2023.

A comunidade judaica em Óbidos, na década de 1934, era fortalecida e atuante. Não obstante, precisaram saber o que fazer com a notícia de que um judeu estava morto a bordo de uma embarcação no porto da cidade. “Disseram que iam jogar o corpo na água, porque passageiro que morria a bordo jogavam dentro da água. O dono do barco não queria infecção a bordo.”. (Fábio, 2019, p. 94)

Dois casos semelhantes aconteceram em Gurupá. Em 1887, a senhora Alegria Azancoth vem a Gurupá solicitar a certidão de óbito de seu esposo Marcos Azancoth, que morreu a bordo do navio a vapor "Conde D'Eu" – da Cia. do Amazonas, no ano de 1886, vítima de beriberi. Ele era viajante de 1ª classe. Está sepultado no cemitério de Gurupá. O documento informa que a judia estava hospedada na residência de Jacintho Jayme Aben-Athar, que foi testemunha da ocorrência juntamente com Jacob Sicsú, ambos comerciantes na cidade¹⁰⁹. A família Azancoth era presente na comunidade judaica de Cametá, as lápides de Abraham Azancot (falecido em abril de 1985), Jacob Azancoth (falecido em setembro de 1931) e Samuel Jacob Azancoth (falecido em 23 de setembro de 1991)¹¹⁰ estão no cemitério da cidade.

O segundo episódio nesta perspectiva é narrado por Gimol Levy Benchimol em sua autobiografia. O fato ocorreu com Clara Alcaim Levy, esposa do judeu Salomão Levy. A jovem judia contraiu tifo numa visita aos parentes na cidade de Manaus e na ânsia de salvá-la, o marido fez a tentativa de chegar até Belém à procura de assistência, mas a esposa de Salomão faleceu em viagem, obrigando-os a descerem em Gurupá, onde está sepultada. A lápide de Clara chama atenção pela mensagem de carinho e devoção deixada pelo marido e filhos, escrita em hebraico e português. Gimol Benchimol conta com entusiasmo sobre o amor que seu pai nutria por sua mãe, primos em primeiro grau. Entretanto, disse ela: “*Mas as coisas, quando têm que ser, simplesmente o são*” (Benchimol, 2011, p.18).

Embora os esforços feitos por judeus para o digno sepultamento dos seus, quantos outros não tiveram o mesmo destino? Para os judeus os ritos fúnebres são fundamentais para o momento de encontro com o criador – *D'us*, as lápides são previstas para serem eternizados na história, sendo de forma individual, não admitindo valas comuns¹¹¹.

Do contrário, em cemitérios não-judaicos são encontradas lápides em espaços definidos. Pelo tamanho da área tem-se a dimensão da presença desses imigrantes nas localidades, não

¹⁰⁹ Registro de óbito. P. 34. Ano: 1887. Cartório Lobato.

¹¹⁰ Inventariado por Inácio Obadia (BENCHIMOL, 2013).

¹¹¹ O holocausto – Shoá fora para os judeus extremamente perturbador pela forma como se deu as mortes em campos de concentração, sendo que centenas de corpos de judeus foram enterrados em valas coletivas. Daí os diversos monumentos espalhados pelo mundo em homenagem aos judeus mortos neste contexto.

que se coloque como regra populacional, mas como um indicador. Em Porto de Moz, município situado às margens do rio Xingu, as dez lápides judaicas estão numa área dentro do Cemitério Municipal, localizado à rua Professora Nazaré Félix, na maioria crianças, e outras quatro totalmente destruídas.



Figura 17: Área do cemitério judaico de Porto de Moz.

Fonte: Gomlevsky, 2021.



Figura 18: Lápide de Mimon Cohen.

Fonte: Gomlevsky, 2021.

Identificamos nesta área a lápide de Jacob Abenathar, falecido em 10 de março de 2010. Era irmão gêmeo de Moyses Benathar, filhos de Jacob Benathar, o judeu morador de Gurupá. Nenhum dos seus filhos e filhas seguiram o judaísmo, todavia, a representação do espaço despertou o sentimento de pertencimento às raízes judaicas.

O Cemitério Municipal de Cametá guarda os restos mortais de pessoas que marcaram a história do Pará. Repousam ali a família Siqueira Mendes, Ângelo Custódio Corrêa, Padre Prudêncio. O município ilustra na história como a terra dos “Notáveis”, as personalidades ligadas aos acontecimentos cruciais do Pará e do Brasil.

Junto aos jazigos dos filhos ilustres cametaenses e centenas de outras sepulturas, estão as lápides judaicas, de modo semelhante ao de Porto de Moz, num espaço limitado por uma mureta de 0,50cm de altura, aproximadamente, e crescendo no sentido dos fundos.

Diferentemente, nesta área estão dispostos setenta e nove (79) lápides, algumas totalmente deterioradas, apresentando somente pedaços de tijolos e cimentos, outras sem identificação. Devido ao desgaste pelo tempo algumas estão ilegíveis, umas com escritas somente em hebraico e outras traduzidas para o português, obedecendo um padrão de

organização de enterramento, com exceção de uma (01) que está transversa, logo na entrada do campo santo.



Figura 19: Área do cemitério judaico de Cametá.

Fonte: Cássia Benathar, 2022.

Os nomes observados nos registros de nascimentos e óbitos, ainda que sejam poucos, também foram identificados em túmulos, especialmente naqueles que têm tradução para o português. Nomes como Jacob e Carlota Sabat, Isaac Marcos Elarrat, Abraham Amzalak, Isaac Benassuly, Mery Benassuly e Abraham M. Serruya. A pequena Clara também está sepultada neste cemitério¹¹²

Como a tradição judaica é baseada nos conhecimentos talmúdicos, as inscrições contidas nas lápides são para identificar o morto com a data de nascimento e morte, além de expressar uma mensagem de paz e de lamento dos familiares. O padrão é que o túmulo seja simples e sem ornamentos, não monumentais, pois é o momento em que ricos e pobres são todos iguais, e somente o que vale são as boas ações (Benchimol, 2013).

Nesse modo de expressar os sentimentos aos seus pares encontramos frases como “a sempre chorada”, “recordações eternas”, “temente a Deus”, “a discreta”, “o correto” e assim

¹¹² Anne Benchimol assegura que sepulturas de crianças não tem a obrigatoriedade de terem nomes e a pedra tumular.

vão qualificando seus mortos. Porém, uma frase na lápide de Moyses S. Nahmiash, localizada no cemitério de Cametá, além dos escritos básicos, menciona a forma trágica como morreu: *“Aqui dormem os restos mortais do infortunado mancebo [...] tragado pelas ondas do rio Tocantins”*.

Entende-se que os judeus sepultados ali eram moradores da cidade e dos distritos situados nos arredores de Cametá, nos rios que compõem a bacia do município, além de municípios vizinhos como Baião, Mocajuba, onde também têm indícios de imigração judaica. O caso acima indica claramente morte por afogamento. Ocorrências como essas têm frequência considerável ligadas ao modo de vida amazônico. Abaixo fotografias de lápides judaicas com inscrições traduzidas para o português (figura 20) e inscrições em hebraico (figura 21).



Figura 20: lápide de Pepe A. Larrat.
Cemitério judaico de Cametá.

Fonte: Cássia Benathar, 2022.



Figura 21: lápide com inscrições em hebraico. Cemitério judaico de Cametá.

Fonte: Cássia Benathar, 2022.

2.2.1.1. O cemitério judaico de Gurupá

“Os cemitérios. Todos os caminhos e descaminhos da ribanceira levam aos cemitérios.” (Jurandir, 2020, p. 162)

O cemitério judaico de Gurupá é a maior referência da imigração de judeus para o município. Em 2018, foi realizada uma pesquisa de viés etnoarquelógico conduzida pela bioarqueóloga Claudia Cunha e pelo professor Dr. Fernando Marques, auxiliados por alunos pesquisadores integrados ao OCA/MPEG, além de professores e alunos da educação básica, moradores dos arredores do cemitério. Um estudo fundamental para traçar uma cronologia da permanência e saída desses imigrantes, além de identificar nomeadamente os sujeitos enredados à história de Gurupá deste período.

Entretanto, a pesquisa só foi possível mediante aos primeiros indícios de presença judaica na região revelado em TCC sobre os imigrantes judeus em Gurupá, já mencionado anteriormente, e a visibilidade dada ao estudo por pesquisadores do OCA/MEPG. De modo particular, ressalto a importância da pesquisa por uma questão de largo conhecimento histórico para os estudos sobre diversidade Amazônica; igualmente, por revelar parte de minha história ancestral por tempos silenciada, contada de jeito acanhado por meu avô Wilson Benathar, mas sustentada por um sobrenome singular.

O cemitério fica localizado à Rodovia dos Trabalhadores, antiga Gurupá-Pucuruí, de esquina com a travessa Tiradentes, antiga Rua Nova I. Para o contexto dos primeiros enterramentos, o campo santo estava distante da área urbana. Atualmente, ruas foram abertas para os assentamentos dos migrantes oriundos da área rural do município, asseverado a partir da década de 1980.

Para o início dos trabalhos fora realizada a limpeza da área do cemitério para a retirada da folhagem que encobria o solo e as sepulturas, além da lavagem das 29 lápides organizadas de modo diferente das sepulturas do cemitério de Cametá.

Logo, as lápides foram registradas, individualmente, para futuras traduções, do mesmo modo, a equipe lançou mão de tecnologias de sensoriamento remoto para a localização das campas e elaboração da planta (figura 22). O resultado primoroso desta pesquisa suscitou em uma publicação na Revista Antropologia Portuguesa, e sobretudo, em ricas informações dos

imigrantes judeus em Gurupá, sendo considerada a maior necrópole judaica do ciclo da borracha¹¹³.



Figura 22: Planta do cemitério judaico de Gurupá.

Fonte: Cunha et al, 2019.

As cores determinam a cronologia de enterramento, numa escala que varia do marrom para o mais antigo ao branco, sem datação; nesta perspectiva, confrontada com as traduções das lápides, obteve-se os nomes dos inumados já mencionados nesta pesquisa, coletados em registros cartoriais, como de Moshê Levy (8)¹¹⁴, Sol Serfaty (14), esposa de Isaac Serfaty, Jacob Marcos Benathar (25) e sua mãe Sol Benathar (17), Clara Alcaim Levy – túmulo 28 (29) a

¹¹³ Ver em [Estudos na maior necrópole judaica do Ciclo da Borracha em Gurupá \(PA\) gov.br/museugoeldi](http://Estudos na maior necrópole judaica do Ciclo da Borracha em Gurupá (PA) gov.br/museugoeldi) Museu Paraense Emílio Goeldi (museu-goeldi.br), acessado em 2019.

¹¹⁴ Para o uso das informações da planta, serão usadas as referências padrão elaborada por Cunha et al. (2019).

jovem esposa de Salomão Levy. Os túmulos (8) e (28) e de Sultana Castiel (21) foram reconhecidos pelos descendentes dos respectivos falecidos, notícia que os deixou surpresos, pelo tempo que passaram silenciados, porém satisfeitos por entenderem que receberam as assistências dignas de um ritual de morte que preconiza a tradição judaica.

As traduções informam que em todas as lápides submetidas à tradução aparecem no início o termo *Matzvat Kvurat* (lápide de túmulo) e ao final expressões com acróstico de letras hebraicas, como: N”LBO – *Nishmatô Le”beit Olamô*” traduzido para o português: “que sua alma esteja no mundo das almas”; T”NTZBH – “*Taf*”, *Nun, Tzadik, Beit, e Hey*”, em português: “que sua alma será amarrada a Luz da vida” (Cunha et al., 2019), e assim nas demais traduzidas. Assim como o cemitério de Cameté, há lápides com escritas somente em hebraicos e outras com as traduções para o português logo abaixo.

Abaixo um registro das sepulturas Clara Alcaim Levy, Messod Cohen, Itzrak e Clara Serfaty, da esquerda para a direita, identificadas pela pesquisa.



Figura 23: Da esquerda para direita, lápides (28), (27), (23) e (22). Cemitério judaico de Gurupá.

Fonte: Gomlevsky, 2021.

Há outros cemitérios antigos e desativados na cidade, Santo Antônio e São Benedito, mas não se tem informação de enterramentos judaicos. Pela população de marroquinos presentes na região, considerando o último sepultamento – (25), é possível que judeus tenham sido sepultados em cemitérios não judaicos nas localidades que estavam estabelecidos. No rio Moju,

onde eram numerosos, por exemplo, há três cemitérios antigos, sendo um dos “anjos”, pois assim fizeram os judeus que moravam na região de Carrazedo.

Os judeus marroquinos ao chegarem na região se estabeleceram na cidade e em outros localidades. Nas mediações da vila Carrazedo estavam as famílias de Simão Benayon, na localidade de nome Curuperu, mas tarde mudou-se para o rio Inajá, acima da vila, atualmente terras onde moram seus netos; a família Cohen, à margem do rio Xingu, nas proximidades de Vilariño do Monte, e a família de Jayme Marcos Benathar, filho de Jacob Benathar, no rio Ipixuna.

A vila de Carrazedo está situada na confluência dos rios Xingu e Amazonas, no município de Gurupá. A antiga vila estava localizada no alto da margem do rio, atualmente é possível ver as ruínas do vilarejo, e seguindo o caminho floresta adentro está o cemitério público. Ali encontram-se as sepulturas dos moradores da antiga vila e de locais como Cojuba, Pitiú, Ipixuna, Sarapói, Curica – pertencente a Porto de Moz – (Comunicação pessoal)¹¹⁵, e alguns judeus, assim conferidos em registros de óbito, no início do século XX.

Nos estudos iniciais sobre judeus na região, foi localizado a sepultura do filho de Simão Benayon, e sobre ela estampados uma cruz e uma estrela de Davi, símbolos relacionados ao catolicismo e ao judaísmo, nenhuma a mais que possa fazer alusão aos judeus. Entretanto, nos assentamentos de óbitos foram localizadas cinco declarações de sepultamento no cemitério da vila, sendo quatro crianças e um adulto: Maria Cohen faleceu aos três meses de idade¹¹⁶, Maria Alves Cohen¹¹⁷, aos sete anos e Perciliana Cohen¹¹⁸, aos trinta anos; José¹¹⁹, filho de Jayme Benathar, faleceu aos três anos e Fortunato Benayon¹²⁰, quatro meses.

A limpeza do cemitério (figura 24) era feita somente às vésperas do dia de Finados. Com isso a vegetação invadia o espaço e encobria as sepulturas. Isso passou a ser uma preocupação dos moradores da vila, que passaram a reivindicar do poder público a devida atenção para a limpeza do espaço¹²¹, não acarretando perdas¹²², uma vez que a vila é antiga e porto de imigrantes. Chegam ali pessoas de outras localidades do rio Amazonas e do Amapá.

¹¹⁵ Benedita Martins é professora da rede municipal de ensino, morou na vila de Carrazedo, por motivos pessoais mudou-se para a cidade de Gurupá.

¹¹⁶ Registro de óbito. P. 25. Termo: 195. Ano: 1907. Cartório Lobato.

¹¹⁷ Registro de óbito. P. X. Termo: 331. Ano: 1913. Cartório Lobato.

¹¹⁸ Perciliana era esposa de Juvenal Cohen, mãe das duas crianças citadas. Causa da morte: picada de cobra surucucu. Registro de óbito. P. 165. Termo: 460. Ano: 1916. Cartório Lobato.

¹¹⁹ Registro de óbito. P. 66-V. Termo: 274. Ano: 1911. Cartório Lobato.

¹²⁰ Ano de morte: Registro de óbito. P. 103-V. Termo: 345. Ano: 1913. Cartório Lobato.

¹²¹ Atualmente há um zelador, servidor municipal, morador da vila, que mantém a limpeza do cemitério.

¹²² Benedita Martins infere que o espaço do cemitério é bem maior do que se ver, alegando que a saída de várias



Figura 24: cemitério da vila Carrazedo, Gurupá (PA).

Fonte: Benedita Martins, 2023.

O inventário feito pelo casal Wolff é importante como referência das imigrações na Amazônia, mas ainda há muito a se fazer para a preservação destes cemitérios. Embora haja esforços por parte da comunidade judaica do Pará e Amazonas, no sentido de localização, identificação para possíveis tombamentos, como aconteceu com o cemitério judaico de Parintins¹²³, ainda são escassos os incentivos para os estudos desses espaços.

O cemitério judaico de Gurupá, quando os sefarditas ainda estavam na região, fora cuidado por Alegria Castiel (Wagley, 1977), esposa amofinada e resiliente do velho judeu Bensabá de Dalcídio Jurandir (2020) por tantos sacrifícios passados em terras gurupaenses. Atualmente, quando provocados, a gestão municipal retira a vegetação do cemitério, no entanto, o engajamento para esses serviços e os empenhos para a preservação e conservação da história e memória da trajetória judaica no município são realizados por mim, um traçado de força e resistência inegável desses imigrantes, elementos que evidenciam as amarras à árvore da vida.

peças da vila levou as sepulturas de seus falecidos ao esquecimento, sendo encobertas pela vegetação ou perdidas pela falta de alguma estrutura que a demarcasse.

¹²³ Ver em [Cemitério judaico de Parintins, no Amazonas, é tombado \(conib.org.br\)](http://conib.org.br), acesso em maio de 2022.

3. CAPÍTULO 3: *TODOS SEMOS HIJJOZ DED DIO*¹²⁴

3.1. O desafio de ser e viver judeu na Amazônia

A experiência de ser e viver como judeu na região amazônica do século XIX apresentou desafios únicos. As diferenças culturais, climáticas e geográficas da região, combinadas com a pequena presença judaica, provavelmente tornaram essa experiência singular e, por vezes, desafiadora.

Ser judeu implicou não apenas a prática da religião judaica, com a observância dos mandamentos da Torá e a participação em celebrações, mas também a preservação da identidade através de práticas específicas, como a alimentação *kosher*¹²⁵, o estudo da Torá e a participação em serviços religiosos.

Viver como judeu na Amazônia também envolveu a participação ativa em comunidades judaicas, independentemente de seu tamanho, e o esforço dedicado à preservação e transmissão da cultura judaica para as gerações futuras¹²⁶.

A exploração da borracha trouxe oportunidades educacionais e profissionais para alguns jovens judeus categorizados na segunda geração (Benchimol, 2013), exemplificados aqui pelo dr. Jayme Jacintho Aben-Athar e Eliezer Moyses Levy, objetos deste capítulo, destacando a influência da riqueza gerada por essa atividade. Igualmente a participação em centros comunitários, escolas judaicas e até pensionatos, como o mantido pela senhora Sol Israel em Belém, demonstra o comprometimento em proporcionar educação e preservar a identidade

¹²⁴ É uma expressão em *hakitía* que significa “Todos nós somos filhos de Deus”.

¹²⁵ Alegria Castiel, em entrevista à Wagley quando de sua passagem por Gurupá, diz lamentar a dificuldade de manter a alimentação segundo sua conduta judaica (Benathar, 2015). Em Ribanceira, o judeu Bensabá tem seus próprios instrumentos para abater o gado em seu talho (Jurandir, 2020). Essa atitude do judeu, não diz respeito somente a posse dos instrumentos, mas faz referência a sua conduta judaica quanto à alimentação, isso incide na forma como o animal é abatido. Muitos judeus seguem as leis dietéticas *kosher*, que incluem regras sobre como os alimentos são preparados e consumidos.

¹²⁶ Abraham e Esther Serruya, moradores do rio Moju, afirmam em documento de nascimento que sua filha Piedade Serruya fora batizada conforme sua seita israelita na capital do estado. Registro de Livro de nascimento. P. 3. Termo: 4. Ano 1889. Cartório Lobato.

judaica, mesmo em meio às adversidades. A resistência dos filhos de famílias judias em Gurupá, frequentando a escola mista da cidade, apesar das dificuldades de integração, ressalta a perseverança e determinação em manter a identidade cultural em contextos desafiadores.

É essencial reconhecer a diversidade dessas experiências, pois a vivência de ser e viver como judeu na Amazônia variou de acordo com a comunidade específica, a localização e as circunstâncias individuais.

Cada narrativa contribui para a riqueza e complexidade da história judaica na região.

Neste capítulo, a técnica da prosopografia é empregada para narrar a história de judeus nascidos e residentes em Gurupá nas décadas finais do século XIX. Destacam-se suas trajetórias de vida, que deixaram marcas em diversos âmbitos, abrangendo desde o cenário social e político até aspectos distintos relacionados à experiência singular de ser e viver como judeu.

A prosopografia, uma técnica valiosa na pesquisa histórica, transcende seu papel convencional ao ser incorporada nas Ciências Sociais como um método de pesquisa alinhado a construtos teóricos para compreender o mundo social (Monteiro, 2014). Este método concentra-se na análise sistemática de grupos de pessoas em um contexto ou período específico, mas também pode ser aplicado para narrar a vida individual de uma pessoa real. A prosopografia explora características comuns compartilhadas por um grupo específico, como classe social, ocupação e afiliação religiosa, oferecendo uma visão aprofundada das dinâmicas sociais e culturais.

Essa abordagem busca aprofundar a compreensão das estruturas sociais e das dinâmicas de grupos dentro de uma sociedade em um momento específico. Pinto (2013), em seu ensaio "Só para iniciados ... o jogo político na antiga capital federal", emprega a técnica prosopográfica para examinar um grupo político composto por prefeitos, deputados federais e senadores que representaram a capital federal nos anos de 1909 a 1922, denominado pela autora como "elite política". O estudo se dedica a explorar as particularidades de cada indivíduo envolvido, independentemente de serem naturais ou não do Rio de Janeiro.

No contexto da história local de Gurupá, por exemplo, a prosopografia pode ser aplicada para analisar grupos específicos, como os coroneis de barranco mencionados anteriormente. Isso permitiria uma compreensão mais aprofundada de suas características comuns, relações sociais e papel na economia local.

A técnica da prosopografia pode envolver a coleta e análise de dados biográficos, como ocupação, status social, relações familiares, religião, entre outros elementos que ajudam a

identificar padrões e tendências em grupos de pessoas. Essa abordagem é valiosa para traçar um retrato mais abrangente e contextualizado de uma comunidade ao longo do tempo.

É importante destacar que não se busca realizar biografias exaustivas dos indivíduos selecionados para compor este capítulo da dissertação. O objetivo não é esgotar todas as informações disponíveis sobre eles, mas sim traçar suas trajetórias e contextualizá-los dentro do conjunto de suas relações, conforme destaca Albernaz (2011).

A adoção do método prosopográfico não é questão de preferência, senão de efetividade. O que resulta é a identificação do indivíduo e as formas como se articula com o tecido social. (Albernaz, 2011, p.13)

Apesar da técnica inicialmente focar em descrições coletivas, a proposta atual se concentra na análise individual de membros de um mesmo grupo étnico, contemporâneos e unidos por circunstâncias e escolhas de vida comuns: os judeus. Especificamente, são abordadas as trajetórias do Major Eliézer Levy, do dr. Jayme Aben-Athar e da família Castiel. Os impactos resultantes dos caminhos percorridos por esses indivíduos, em diferentes aspectos da vida, exerceram influência direta nas mudanças significativas ao longo do século XX, abrangendo os âmbitos político, social, tecnológico e cultural.

3.1.1. Eliézer Moyses Levy: o sionista da Amazônia

As informações sobre o major Eliezer Levy, assim conhecido, foram inicialmente obtidas por meio dos relatos de seus descendentes, incluindo os escritos de sua filha Sultana Levy Rosenblatt, e pelas narrativas daqueles que compartilharam o cenário político ao seu redor.

Eliezer Moyses Levy nasceu em 29 de novembro de 1877, sendo filho único de Moses (Moyse)¹²⁷ Isaac Levy e Halia Dabella, naturais das cidades marroquinas de Rabat e Saleh, respectivamente. O casal chegou a Gurupá no início da década de 1870. Quanto à naturalidade do major, os relatos familiares divergem, alguns afirmam que nasceu em Marrocos e chegou ao

¹²⁷ Sepultado no cemitério judaico de Gurupá, túmulo (8).

Brasil com apenas quatro anos, enquanto outros sugerem que nasceu em Gurupá, cidade amazônica onde seus pais se estabeleceram. A declaração documental sobre a naturalidade do major, possivelmente se deu motivado por seu interesse na vida política.

Em Gurupá, Eliezer Levy esteve envolvido em negociações comerciais, movimentando o comércio local com a loja "Formosa Gurupaense", previamente mencionada nesta dissertação. O cabeçalho da nota comercial encontrada no cartório de Gurupá detalha a variedade de produtos disponíveis na loja, que incluíam *"sortimento de fazendas, variedades perfumaria e artigos de luxo, roupas, calçados nacionais e estrangeiros. Compras somente à vista."*, além de *"estivas, vinhos finos, conservas em latas, louça, forragens e tudo quanto se desejar do bom e barato. A única sem rival"*.

Halia, a mãe de Eliezer, era considerada de linhagem nobre devido à sua descendência da linhagem rabínica Dabella, que incluía o rabino Eliezer Dabella, conhecido por realizar milagres, uma característica também atribuída a ela. Halia era reconhecida por oferecer auxílio aos desesperados em momentos de enfermidade, inclusive durante o nascimento de Jayme Aben-Athar.

Moyses/Moses, pai de Eliezer, era um negociante da borracha em Gurupá e proprietário de terras no rio Moju. Sua posição como comerciante e seringalista proporcionou-lhe recursos financeiros substanciais, permitindo que Eliezer Levy frequentasse os estudos primários na capital do estado. Logo ingressou na Guarda Nacional, chegando ao posto de coronel; a Guarda Nacional foi um instrumento paramilitar criado no período regencial para garantir a segurança da elite imperial, perdendo forças com a instauração da República, sendo extinta em 1922.

Em março de 1900, aos 23 anos, Eliezer casou-se com Esther Levy Benoliel, que tinha 13 anos na época. A cerimônia ocorreu em Cametá, onde viviam os pais da noiva, David e Belízia Benoliel, que já foram mencionados nesta pesquisa.

O casal Eliezer e Esther Levy teve treze filhos: Halia, Hanna, Preciada, Graça, Sultana, Rachel, Jayme Eliezer, Moysés Eliezer, Samuel Eliezer, Isaac Levy, Abrão Eliezer e Judah Eliezer, conforme informações da família. Diz-se que Eliezer era considerado o solteiro mais cobiçado da região, assim como Esther era uma das mulheres mais bonitas da cidade. A atenção especial à sua beleza era notável, tornando-a uma figura destacada não apenas por sua aparência, mas também por sua personalidade marcante. Os cuidados excepcionais que a cercavam eram quase cerimoniais, e para visitá-la, era necessário conhecer sua disponibilidade, uma prática adotada para preservar sua integridade. Sua residência estava localizada na avenida Nazaré,

entre a rua Joaquim Nabuco e avenida Generalíssimo Deodoro, na cidade de Belém. Seus filhos “a cercaram de conforto e carinho” (comunicação pessoal)¹²⁸

Na primeira década do século XX, já estabelecido em Belém, Eliezer Levy constituiu firma E. Levy e Cia, Comissões e Consignações voltada para o comércio nacional e internacional de bens. Anos depois foi nomeado diretor da Maju Rubber Company, uma firma inglesa, uma corporação especializada na comercialização dos produtos naturais, especialmente a borracha.

O jornal *Estado do Pará*, de abril de 1912, noticia o processo de inquérito aberto para averiguar a explosão da lancha “Kun-On”, com valor estimado em 12:000\$ (doze contos de réis), de propriedade do major Eliezer Levy. A nota relata que o barco foi construído em Nova Iorque, era abastecido com gasolina e realizava viagens rápidas ao município de Moju. A lancha não tinha cobertura de seguro, e o acidente resultou na perda total da embarcação e ferimentos graves em um de seus funcionários, o mestre da embarcação Raymundo Casemiro da Cruz, que recebeu toda a assistência médica sob a responsabilidade do major, no hospital de Caridade.

A atuação do major no meio corporativo o aproximou de outros círculos, incluindo o político. No período de enfraquecimento do mercado pela queda da borracha, o levou a atuar como advogado no escritório de advocacia de Francisco Jucá Filho, Procurador Geral do estado, e Álvaro Adolfo da Silveira, político ativo no Partido Conservador e futuro senador da República. Falbel (2008), assegura que foi neste período que Eliezer Levy tonifica os debates para a criação do primeiro jornal judaico no Brasil, o “*Kol Israel*” – *Voz de Israel*, em 1918.

Segundo sua filha, a escritora Sultana Levy Rosenblatt, o jornal sionista que Levy fundou em 1918, o “*Kol Israel*” (A Voz de Israel), assim como os serviços de datilografia das instituições da comunidade judaica, eram realizados sempre naquele movimentado escritório de advocacia, colocando, portanto, os problemas do nacionalismo judaico e do movimento sionista na pauta das discussões daqueles advogados. (Falbel, 2008, p. 554)

Ou seja, anos mais tarde, as análises, argumentações e questionamentos realizados pelo major e os advogados daquele escritório tornaram-se elementos consistentes em defesa da criação do Estado de Israel, articulado pelo então senador da República Álvaro Adolfo, assessor político de Oswaldo Aranha na conferência da Organização das Nações Unidas – ONU em 1947.

O jornal *Voz de Israel* foi criado em 1918, e fora o meio que o major utilizou para

¹²⁸ Jacob Aben-Athar, neto de Jacintho Jayme Aben-Athar, servidor estadual aposentado, residente em Belém.

divulgar suas ideias sobre a unidade do povo judeu, sustentadas pelas proposições de Theodor Herzl¹²⁹ e pela movimentação dos primeiros pensadores sionistas, e, sobretudo, levar notícias de como estava se configurando o mundo judaico aos judeus imigrantes estabelecidos na região amazônica.

O major era amigo próximo do judeu David José Perez, um grande defensor da criação do Estado de Israel e criador o jornal *A Columna* em 1916, com divulgação mensal, chegando a lançar 24 exemplares, sendo o último em 1917. Neste periódico, David J. Perez defendia os interesses judaicos no Brasil. Há quem diga que o encerramento do jornal motivou o major a criar o seu periódico.



Figura 25: Primeiro número do jornal *Voz de Israel*. Anúncio sobre a inauguração da Universidade Hebraica de Jerusalém.

Fonte: Sérgio Simon, 2023.

A figura 25 exibe um trecho do primeiro exemplar do semanário *Voz de Israel*, em 18 de dezembro de 1918. A nota inicial expressa com intensos ânimos, os interesses reais do major em inaugurar o jornal, sobretudo, levar até aos imigrantes estabelecidos na Amazônia, notícias acerca do mundo judaico, fomentando o sentimento de pertencimento.

Abaixo (figura 26) páginas 2 e 3 do jornal *Voz de Israel*, com destaque para o recorte

¹²⁹ Jornalista judeu austro-húngaro que se tornou o fundador da política moderna Sionismo. Herzl defendia que a questão do antissemitismo só poderia ser resolvida se os judeus espalhados pelo mundo se unissem e estabelecessem um estado-nação independente.

que trata de sua finalidade e seu redator, neste caso, o major Eliezer Levy. Não consta data de publicação no jornal, porém uma pequena nota na seção de *Notas Sociaes*, subseção *Viajantes*, há uma manifestação felicitando o jornal pelo primeiro ano de publicação, assim dizendo que o ano em evidência poderá ser 1919. Diz a nota: “*De Lisboa, onde se acha actualmente, nos enviou felicitações a proposito do nosso 1º anniversario o nosso dedicado amigo sr, Abraham Bensimon*”.

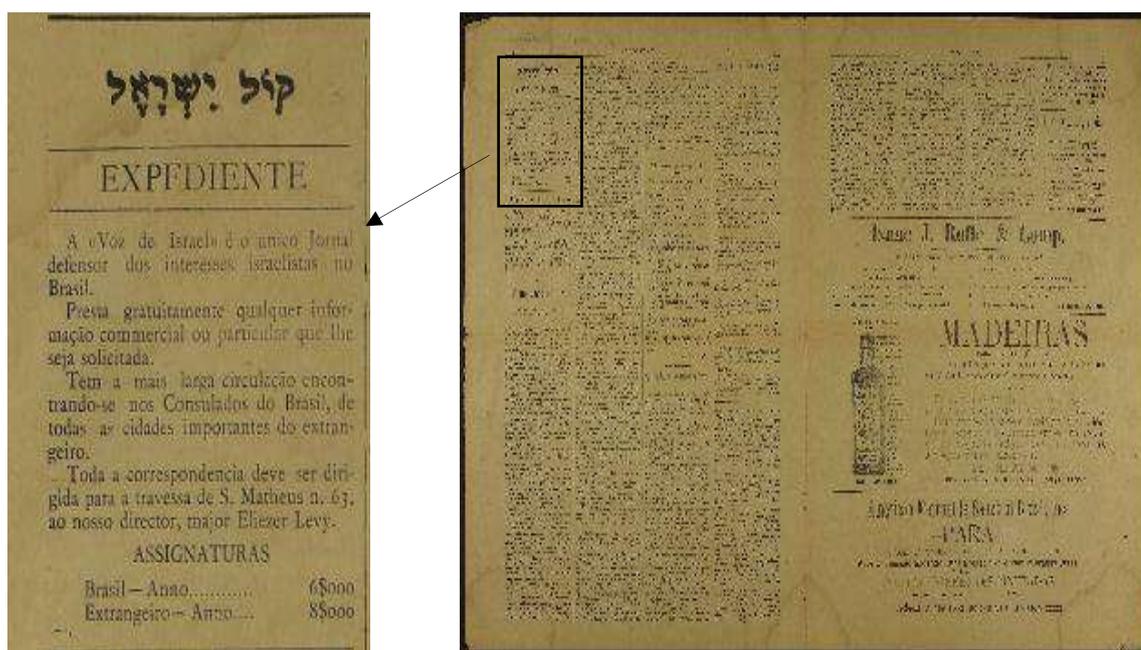


Figura 26: Jornal Voz de Israel, p. 2 e 3.

Fonte: Sérgio Simon, 2023.

O ideário sionista do judeu Eliezer Levy o levou a fundar o Comitê *Ahabat Sion* (Amor a Sião) em 1918, instituição legal responsável pela divulgação do jornal *Voz de Israel* que era claramente de propaganda sionista, e isso se observava pelo seu conteúdo voltado para a comunidade judaica. O jornal chegava às vilas e cidades onde os judeus estavam estabelecidos por meio das embarcações, e nele continham informações sobre cerimônias judaicas *bar-mitzvá*, casamentos, noivados, aniversários, anúncios comerciais das casas comerciais de seus correligionários judeus (Figura 27).

1918. 15. 1890. 1

Grandes Armazens de Fazendas

A. MONTEIRO DA SILVA
 Importação directa das principais Fabricas do Sul
 e do estrangeiro

Variado sortimento de miudezas e artigos de armarinho

Com a vantagem de ser de primeira qualidade, de primeira mão, e de primeira escolha. Autêntico e
 a qualquer preço, para que não haja prejuizo na compra. E para que não haja prejuizo na compra, não se esqueça
 de pedir os preços e informações.

Cidade postal 248 **Rua de Santo Antonio, 16-18** PARA

Dr. Oscar de Carvalho
 Realiza as operações jurídicas do País
 e do estrangeiro. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.
 Consultas e perícias. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.
 Consultas e perícias. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.

Dr. Elias Roffe
 Realiza as operações jurídicas do País
 e do estrangeiro. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.
 Consultas e perícias. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.

ADVOGADOS

Dr. J. J. Aben-Athar
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Dr. Abraham Obadia
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Dr. Yehuda Bichovskoy, 55
SOLICITADOR
Moyses Sabbá
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Menasse Bensimon
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Bensimon & Coriat
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Samuel Boternik
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

SEGUIR a VIDA
A EQUITATIVA

a primeira e melhor forma de previdência para todos.
 A ÚNICA COLLECTIVA de NEGÓ-
 CIOS que dá **SEMPRE** a **SEGURANÇA**
 para o **DEBILITADO** e **VISTA** a **VELHA**
 e a **NOVA** idade.

Representante: **Candido Rocha**
 Telephone 1280 Para-Belém.

M. E. Serfaty
CASA EXPORTADORA
 Companhia para a exportação de produtos do País
 e do estrangeiro. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.
 Consultas e perícias. Rua de Santo Antonio, 16-18.
 De 10h às 12h e de 2h às 5h.

COMERCIAIS E VAREJONES
Plano de Górges e Marques
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Abitbol & Aguiar
REPRESENTAÇÃO E FARMACIA
 Rua 15 de Novembro, 7.

CASA JAIR
 Rua de Santo Antonio, 16-18.

Figura 27: Jornal Voz de Israel, p.4

Fonte: Sérgio Simon, 2023.

Todos os exemplares do jornal *Voz de Israel* estão disponíveis no Arquivo Central do Povo Judeu Jerusalém em Israel, e a cópia do arquivo com o sr. Sérgio Simon, neto de Eliezer Levy, pessoa que gentilmente me cedeu as imagens do jornal exibidas neste texto¹³⁰.

Era de interesse divulgar no periódico todos os acontecimentos voltados para a comunidade judaica, e assim foi veiculado um dos acontecimentos mais notáveis ligados ao major e marcante para a comunidade, ocorrido em Belém, ainda no ano de 1918, por ocasião das comemorações pelo fim da Primeira Guerra Mundial. Um dos carros alegóricos desse evento era intitulado "Palestina". Nele, Halia, filha do major, estava sentada em um trono, segurando uma flâmula azul e branca com a estrela de Davi ao centro, e de seus braços pendiam

¹³⁰ Por se tratar de um arquivo digital de grande volume, não foi possível ter acesso ao acervo como previsto.

algemas rompidas.

Essa representação visual impressionante simbolizava a libertação da Palestina. A combinação do trono e das algemas rompidas transmitia uma mensagem de emancipação e libertação. Nessa apresentação, estavam também membros do Comitê *Ahavat Sion* e da Sociedade Beneficente Israelita, da qual o major era secretário.

Assim também sucedeu com a criação da escola mista dr. Weizmann em 1919, um espaço de auxílio e aprendizagem para jovens judeus, com ensino primário completo, aulas de práticas de prendas domésticas e língua hebraica. O major Eliezer Levy, ainda quanto presidente da Sociedade Beneficente Israelita, instituiu o Grêmio Literário e Recreativo Theodor Herzl e a Biblioteca Nordau, em 1919 e 1923, respectivamente.

Segundo Falbel (2008), para o major, esses ambientes desempenhavam um papel significativo ao proporcionarem encontros entre os jovens em torno de valores espirituais e o fortalecimento dos laços comunitários, e, do mesmo modo, ofereciam oportunidades para que descobrissem mais sobre suas origens e cultivassem com orgulho a pertença a uma comunidade tão resiliente e determinada.

A abordagem abrangente do jornal, cobrindo desde os eventos locais e discursos pela inauguração do Grêmio e da biblioteca, até aulas para moças e encontros de senhoras judias, demonstra sua função vital como um registro multifacetado da vida da comunidade. A inclusão de notícias internacionais adiciona uma dimensão global, conectando a comunidade judaica local aos acontecimentos ao redor do mundo. Essa diversidade de conteúdo destaca a importância do jornal como uma fonte informativa completa, abordando tanto questões locais quanto globais.

Certamente, o jornal *Voz de Israel* emerge como uma fonte valiosa para pesquisadores e entusiastas da literatura sobre a imigração e permanência dos judeus na Amazônia. O semanário oferece um contexto abrangente que engloba não apenas as atividades, mas também questões políticas, econômicas, sociais e religiosas. Ao explorar suas páginas, é possível enriquecer a compreensão da história diversificada que se desenrolou na região amazônica.

Em artigo recente, a imigração das comunidades judaicas do norte da África para a Amazônia foi fundamentada em fontes bibliográficas e análises do jornal *A Voz de Israel*. A pesquisa destaca a perseguição religiosa e as restrições enfrentadas pelos judeus marroquinos em sua terra natal como fatores cruciais para essa migração, de modo que muitos buscaram novas oportunidades na Amazônia e em outras regiões (Sá, Reis, Noronha, 2023).

Os autores reconhecem a importância do jornal como fonte de pesquisa, ressaltando a necessidade de uma abordagem crítica para avaliar sua confiabilidade, objetividade e relevância. Essa postura reflexiva é fundamental para garantir a integridade e a robustez das conclusões decorridas do material analisado. Contudo, vê-se a importância de incorporar diversas outras fontes para enriquecer a qualidade do estudo, proporcionando uma visão mais abrangente e contextualizada do objeto estudado. Dessa forma, a pesquisa se beneficia de uma abordagem plural, promovendo uma compreensão mais completa e equilibrada dos eventos históricos e sociais relacionados à imigração judaica na Amazônia.

Falbel (2008) considera que o jornal circulou até a década de 1924, quando ainda se viu um exemplar circulando com a proposta original de uma comunicação sumariamente judaica.

Pelos tantos caminhos trilhados, Eliezer Levy se apoiou no círculo político da capital, como uma pessoa que não apenas possuía uma visão clara e inovadora para o futuro, mas também com habilidades eficazes em se conectar com os outros, construir relacionamentos e comunicar suas ideias de maneira carismática e sedutora. O major foi indicado pelo então interventor do Pará, Magalhães Barata para assumir a intendência de Macapá, este ainda território do estado do Pará, permanecendo até o ano de 1936. Uma segunda condução administrativa acontece pelo modo constitucional: Eliezer Levy assume a prefeitura de Macapá, de 1942 a 1945.

Como intendente de Macapá, o major se destacou por suas articulações e interação com a sociedade local, inclusive com a comunidade cristã católica. Sua influência e contribuições para a história da região foram consideradas significativas, pois hoje seu nome é imortalizado em importantes estruturas locais, como o "Trapiche Eliezer Moyses Levy" na orla de Macapá e a via denominada "Rua Eliezer Levy". Essas homenagens não apenas celebram suas realizações, mas também conectam as gerações futuras à sua história e legado na comunidade local.

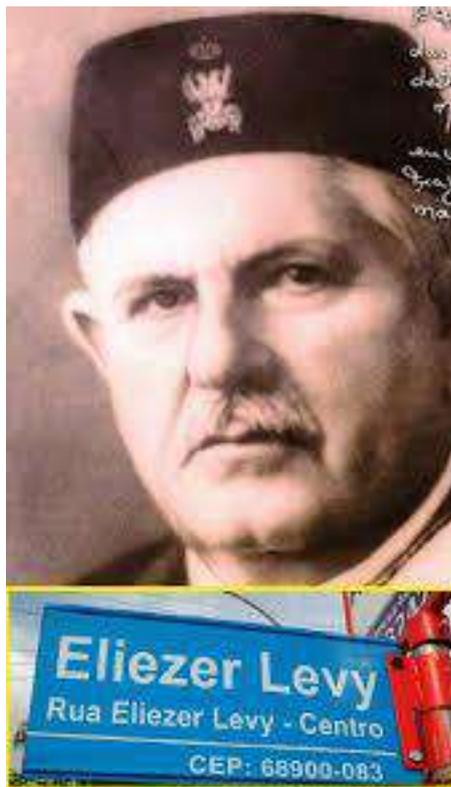


Figura 28: Eliezer Moyses Levy e placa sinalizando a rua com seu nome em Macapá (AP)

Fonte: Edgar Rodrigues, 2023.

No livro “Histórias da beira do rio: os judeus da Ilha do Marajó” (2023), seu neto Sérgio Simon faz uma analogia da trajetória de Moyses Eliezer Levy, tal qual Moisés, que não chegou à Terra Santa após guiar os judeus pelo deserto por 40 anos. O major também não viu a concretização da independência do Estado de Israel.

A comparação entre o Major Eliezer Levy e Moisés, ambos líderes que não testemunharam a concretização de seus esforços, adiciona uma dimensão simbólica à narrativa. Assim como Moisés não alcançou a Terra Santa após guiar os judeus no deserto, o Major Levy não viu a independência do Estado de Israel, um objetivo ao qual dedicou sua vida, como o sionista da Amazônia.

Moyses Eliezer Levy faleceu meses antes da votação na ONU na qual criou o Estado de Israel, em janeiro de 1947, aos 70 anos, e está sepultado em um cemitério em Belém. Sua morte em vésperas do acontecimento da Partilha da Palestina intensifica a poesia trágica de sua jornada.

3.1.2. O bom doutor Jayme Aben-Athar

Assim como o major Eliezer Levy, os feitos do dr. Jayme Aben-Athar deixaram marcas nos espaços por onde transitou, quer seja como cientista, professor ou médico especialista em doenças tropicais.

Jayme Jacyntho Aben-Athar nasceu em 02 de junho de 1883 no município de Gurupá, filho primogênito dos nove filhos de Jacintho Jayme e Helena Aben-Athar¹³¹. Sua vinda ao mundo está cercada de mistérios e encantamento. No momento de seu nascimento, Jayme exibiu sinais de anorexia neonatal, sendo inicialmente considerado sem vida. Envolto em mortalhas, deixado sob a cama pela parteira que acompanhou seu nascimento, quando Halia Dabella, uma judia marroquina residente na cidade, esposa de Moyses Levy e mãe de Eliezer Moyses Levy, percebeu a situação e realizou os esforços necessários para reanimá-lo, salvando-o.

No jornal *O Liberal*, de 12 de junho de 1983, no caderno de Artigos deste jornal, Aberlado Santos publica a primeira de quatro seções da conferência pronunciada no Conselho de Cultura em homenagem ao centenário do professor dr. Jayme Aben-Athar¹³². Nesta primeira seção intitulada “Aben-Athar – o sábio de Gurupá (I)”, Aberlado Santos discorre sobre a sua trajetória como aluno de Jayme Aben-Athar na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. E é nesta nota que Aberlado Santos faz menção à crônica “O cientista e a iluminada”, de Sultana Levy Rosenblatt, escritora paraense, filha de Eliezer Levy, publicada neste no ano de 1981, na qual ela descreve as circunstâncias que Jayme vem ao mundo com o auxílio de sua avó Halia e suas ações milagrosas.

Jayme foi beneficiado pelos recursos que seu pai amealhou em Gurupá como comerciante e seringalista. Logo no início do século XX, seguiu para a capital do país para cursar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na turma de 1907, com seu trabalho na área da saúde. E com o passar do tempo, seu nome foi marcado na história da medicina brasileira como um incansável cientista das doenças tropicais.

¹³¹ Nos estudos iniciais sobre os imigrantes judeus em Gurupá apresento nominalmente os filhos do casal Jayme e Helena Aben-Athar, até aquele momento encontrados por meio de documentação cartorial.

¹³² Apenas uma página do jornal que consta o artigo estava sob os cuidados de meu avô Wilson Benathar. Não tive acesso às outras seções que complementam a primeira.

Aberlado Santos, como seu aluno, o descreve como uma "figura invulgar e impressionante", uma personalidade repleta de bondade, embora muitas vezes contida pela sobriedade e seriedade profissional. Ele era um professor de comunicação desafiadora, mas imediatamente inspirava admiração e respeito devido ao seu vasto conhecimento e integridade. Em alguns momentos, seu temperamento arredo e explosivo também se fazia presente.

Neste artigo do jornal, Aberlado Santos fala da atuação do dr. Jayme Aben-Athar quanto membro da instituição de medicina, ainda com status de escola particular, porém reconhecida pelo Ministério da Educação, criada em 1919, por um grupo de médicos associados a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará fora estabelecida em 1914 e inicialmente presidida pelo dr. Antonino Emiliano de Souza Castro, o Barão de Anajás, sendo posteriormente liderada pelo dr. Camilo Salgado. O jornal *Estado do Pará*, em 13 de julho de 1914, noticia a fundação da sociedade durante um grande evento realizado no salão Gaspar Viana, do Instituto de Assistência e Proteção à Infância do Pará, onde a classe médica do estado se reuniu.

Durante esse evento, o presidente mencionado recordou uma associação anterior em Belém com um nome semelhante e propôs que os presentes deliberassem sobre a reorganização da antiga sociedade ou a criação de uma nova, sendo decidido a fundação de um novo grêmio sem vínculos com o anterior. Estavam presentes neste evento profissionais renomados, como: Ophyr de Loyola, Penna de Carvalho, Renato Chaves, Pedro Miranda, Oswaldo Barbosa, Francisco Pondé, Jayme Aben-Athar, J. A. de Magalhães, Amanajás Filho, Cruz Moreira e muitos outros.

Entre os debates realizados na recém fundada sociedade médica, estava a criação da escola de medicina, justificada pela formação de outros profissionais da área de saúde – dentistas, veterinários, farmacêuticos, e a real dificuldade de recursos para a formação dos jovens em faculdades na capital do país; ademais, a localização da capital do Pará em zona tropical propiciava os estudos especializado em doenças tropicais, segundo os estudos de Miranda e Abreu Junior (2014) sobre a história da fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

Dentre esses melhoramentos destacava um "serviço moderno de assistência publica"; um serviço "amplo, rápido e eficaz serviço de assistência", principalmente naquele momento em que "os horrores de crise que nos aflige cahindo com todo o peso sobre a pobreza, [e] vão diariamente por essas ruas e arrabaldes provocando dramas pungentes, tragedias horripilantes", tornando a situação favorável à criação do Serviço. Outro tema abordado, "de menor

urgência talvez, mas de não menos importância é criação entre nós de uma Faculdade Livre de Medicina e Cirurgia, onde se formassem pharmaceuticos, dentistas, médicos e cirurgiões", com a justificativa de que uma Faculdade de Medicina em Belém "facilitaria os estudos da mocidade do Extremo Norte e do Meio Norte até Pernambuco", uma vez que "muitas vocações neste vasto trecho do nosso paiz ficam impossibilitados de fazer seus estudos scientificos por não poderem se transportar para a Bahia ou Rio e ali se manter. A importância da criação de uma Faculdade de Medicina no Pará é reforçada com o argumento que, pelo fato da cidade estar em plena zona tropical, em pouco tempo, por força das circunstâncias, a escola seria "um verdadeiro instituto de medicina tropical", especialidade importante "por causa das tendencias colonizadoras das grandes potencias". Um instituto desta especialidade, funcionando em local apropriado, operando in loco, teria mais possibilidade de êxito que os que estavam mais distantes do foco das doenças que estudam, "como o Instituto de Medicina Tropical de Liverpool"; com a convicção de que, dentro de alguns anos, "depois de repetidas comunicações levadas ao conhecimento dos grandes centros scientificos", a Faculdade de Medicina "gosaria de grande autoridade em materia de medicina tropical", e que juntamente com o Instituto de Manguinhos, "iria levar a bôa fama da sciencia brasileira, ao mundo inteiro". (Miranda e Abreu Junior, 2014, p. 15)

Diante de várias argumentações e defesas pela solidez do ofício da medicina e a necessidade de saneamento e da saúde pública, foi aprovada a fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

Para os debates foram criadas comissões de acordo com a especialidade médica, sendo que Jayme Aben-Athar, Antônio Figueiredo e Ferreira Bastos assumiram a comissão de Anatomia Patológica. Além disso, houve apresentações de estudos clínicos realizados com pacientes que padeciam de alguma moléstia atribuída ao clima tropical.

Os trabalhos do dr. Jayme consistiam em duas observações realizadas com seus pacientes de diferentes lugares, Amazonas e Pará. Ambos apresentavam moléstias diferentes, porém com similaridades quanto à propensão climática e contágio.

Os jornais da época veiculavam em seções intituladas *Indicações úteis*¹³³, serviços de toda sorte: advogados, hotelaria, modistas, e os atendimentos realizados para todas as especialidades médicas, os mesmos associados à Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, como: Ápio Medrado, Ophyr de Loiola, Camilo Salgado e outros; o dr. Jayme, especialista em doenças da pele e do sangue, e da sífilis, mantinha uma sala para consultas particulares localizada à rua Conselheiro João Alfredo, com atendimento pela manhã e tarde em dias úteis, reservando os sábados para atendimento "aos pobres", diz o anúncio.

¹³³ Estado do Pará: Propriedade e uma Associação Anonyma de 07 de abril de 1920. p. 7.

Como cientista de renomado saber, Jayme Aben-Athar integrou diversas comissões e assumiu missões em tempos de insalubridade que a região amazônica passara causada pela febre amarela, paludismo, lepra e outras moléstias que acarretaram um número alto de mortandade. Foram criados grupos para os serviços de profilaxia na capital e nas cidades do interior paraense, e o dr. Jayme foi chamado para assumir o serviço da comissão de profilaxia da febre amarela em Belém, substituindo o dr. Maurício de Abreu¹³⁴, assim noticia o periódico *Estado do Pará* de 1913.

A missão era combater e erradicar a moléstia, como havia iniciado o chefe da comissão, dr. Oswaldo Cruz em 1910, sendo que na capital da república e cidade de Santos, em São Paulo, a doença estava eliminada. O desafio do dr. Jayme como chefe da missão era tornar Belém uma cidade salubre para os moradores e visitantes, considerando a capital do estado uma porta aberta para imigrantes. Na mesma nota do jornal citado anteriormente, comunica-se a entrada de “nunca menos de 9.620 estrangeiros europeus. O elevadíssimo coeficiente de elementos novos, ainda mal adaptados às condições climáticas do nosso meio”. Daí o empenho em aparelhar e desdobrar os esforços da comissão para conter a contaminação.

Os esforços realizados para a higiene e saneamento público neste período renderam um livro escrito pelo médico Heraclides Cesar de Souza Araújo, que foi chefe desse serviço de saneamento, intitulado *Prophylaxia Rural no Estado do Pará*¹³⁵, publicado no ano de 1922 (figura 29).

A obra apresenta dezenove capítulos relatando os serviços profiláticos empenhados por sua equipe nos hospitais da capital, como Santa Casa de Misericórdia, Hospital D. Luiz I, Hospital Domingos Freire, Hospício dos Alienados e Ordem Terceira, além nas cidades do interior. O livro faz parte do acervo digital de Obras Raras da Biblioteca pública Arthur Vianna.

¹³⁴ Estado do Pará: Propriedade e uma Associação Anonyma de 28 de agosto de 1913. p. 869.

¹³⁵ Ver em, [Saneamento e Medicina no Pará na década de 1920 – Obras Raras Acervo Digital \(fcp.pa.gov.br\)](http://www.fcp.pa.gov.br).

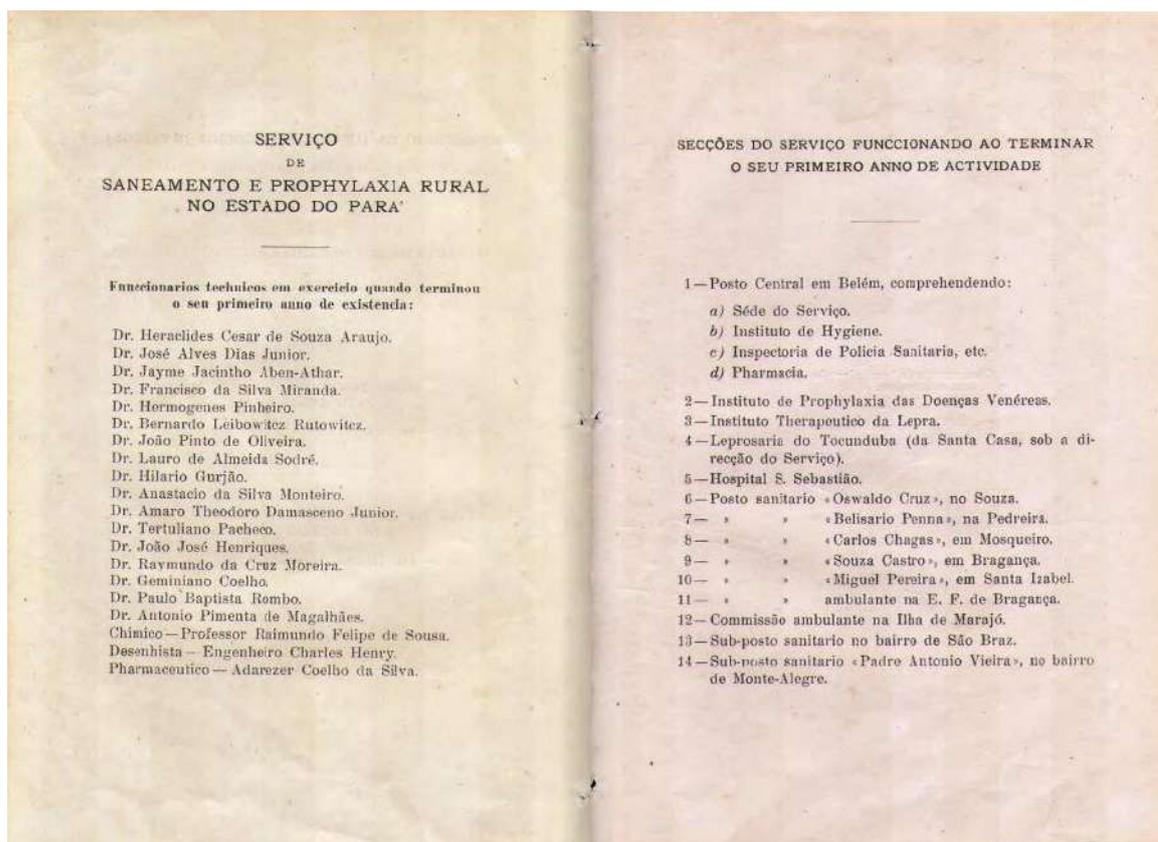


Figura 29: Relação de médicos integrantes da comissão para profilaxia defensiva e seção de atuação. Páginas do livro *Profilaxia Rural no Estado do Pará*.

Fonte: Acervo Digital de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Dr. Jayme permaneceu como chefe da comissão de *Prophylaxia Rural* atendendo as cidades interioranas – Bragança, Quatipuru, Castanhal, Mosqueiro, Benfica, Santa Isabel, Igarapé Açu, Pinheiro e Benevides, uma tarefa para a realização de combate ao impaludismo, a lepra, a tuberculose, seguindo as orientações do dr. João Ausier Bentes, anteriormente diretor desta comissão.

Em 1918, o Dr. Jayme ocupava a presidência da Sociedade Médica e a direção do Instituto Pasteur, reconhecido por seus méritos como um dos “*mais proficientes bacteriologistas desta capital*”¹³⁶. Durante esse mesmo ano, Belém enfrentava condições insalubres devido à epidemia de Influenza. O cientista, em colaboração com o Dr. Amanajás Filho, assumiu a responsabilidade pelo “*hospital provisório Benjamim Constant*”¹³⁷, destinado

¹³⁶ Estado do Pará: Propriedade e uma Associação Anonyma, de 02 de junho de 1918. p. 2.

¹³⁷ Estado do Pará: Propriedade e uma Associação Anonyma, de 10 de novembro de 1918. Número 2.738.

a acolher indigentes e pessoas pobres afetadas pelo vírus.

Em 1936, com respaldo do governo do Pará, estabeleceu-se o Instituto de Patologia Experimental do Norte – IPEN, agora conhecido como Instituto Evandro Chagas. O Dr. Evandro Chagas assumiu como diretor científico, e o Dr. Jayme Aben-Athar como vice-diretor, alinhando-se às diretrizes do Instituto Oswaldo Cruz. A missão do IPEN consistia em investigar questões médico-sanitárias da região, orientando medidas de profilaxia e assistência.

Dentre inúmeras pesquisas e cuidados, o Dr. Jayme Aben-Athar destacou-se nacionalmente por seus estudos sobre a hanseníase no estado do Pará. Sua conclusão de que a transmissão da doença ocorria principalmente na infância fundamentou a proposta de isolamento de crianças saudáveis em instituições (Pacheco, 2018).

Esse feito lhe rendeu homenagens. Em 13 de setembro de 1954, coincidindo com o aniversário da criação do Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia, foi inaugurado um leprosário popularmente conhecido como "Colônia de leprosos Jayme Aben-Athar", hoje Hospital Santa Marcelina de Rondônia, uma homenagem ao sanitarista paraense que dedicou sua vida ao estudo da hanseníase e aos indivíduos afetados por essa doença.

Outras honrarias foram concedidas a ele, como o laboratório da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que dirigiu na década de 1930 e recebeu seu nome e retrato. Em Gurupá, o atual Hospital Municipal também leva seu nome, embora a homenagem teria sido a criação de uma enfermaria com seu nome, um anexo à unidade hospitalar, na gestão do seu primo Wilson Benathar, em 1959.

O Dr. Jayme Aben-Athar emergiu como uma figura proeminente em meio à crise de saúde, ocupando posições-chave nas instituições médicas, o que demonstra comprometimento em enfrentar desafios de saúde pública urgentes. Seu envolvimento ativo na direção do IPEN destaca seu compromisso com a compreensão e solução de problemas médico-sanitários, um percurso que ressalta sua contribuição significativa para a saúde pública, combinando liderança, pesquisa e ação prática em momentos cruciais da história da saúde na região.

A dedicação do Dr. Jayme Aben-Athar à sua carreira médica transcendeu o exercício profissional, estendendo-se a mais de quatro décadas como educador. Seu compromisso como professor abrangeu diversas disciplinas, indo além da Faculdade de Medicina, onde lecionou Histologia, Embriologia, Anatomia e Fisiologia Patológica. Seu legado educacional também deixou marcas nas Escolas de Odontologia, Farmácia e Medicina Veterinária, evidenciando seu papel fundamental na formação de profissionais em diversas áreas da saúde.

No seu artigo, Aberlado Santos comenta “*Jayme Aben-Athar foi para mim, como para muitos estudantes do meu tempo, um desses mestres que a gente guarda na memória para sempre*”, e ainda guardara uma frase do mestre sobre os problemas de ensino no país. Assim disse Jayme Aben-Athar:

O Nosso Abatimento Econômico, A Nossa Imperfeição Política Promanam Da Deficiência Do Ensino, Precário, Incompleto, Mal Dotado, Mal Servido, Mal Retribuído. Difundi-Lo, Obrigar O Ensino Primário, Aparelhar, O Ensino Científico, Multiplicando Os Laboratórios, Instituído O Ensino Técnico, Será Despertar As Aptidões E Dignificar O Trabalho, Será Investir Os Homens Dessas Coragem, Dessa Força Moral, Que É Privilégio Da Proficiência. (Apud Santos, 1983)

Essa concepção destaca a importância do investimento na educação como um meio de superar desafios econômicos e políticos. A crítica do dr. Jayme pesa sobre a deficiência do ensino e ressalta a necessidade de aprimorar e ampliar as oportunidades educacionais, desde o ensino primário até o científico e técnico. A visão é de que o fortalecimento da educação despertará habilidades, dignificará o trabalho e nutrirá a coragem e a força moral necessárias para enfrentar os desafios da sociedade.

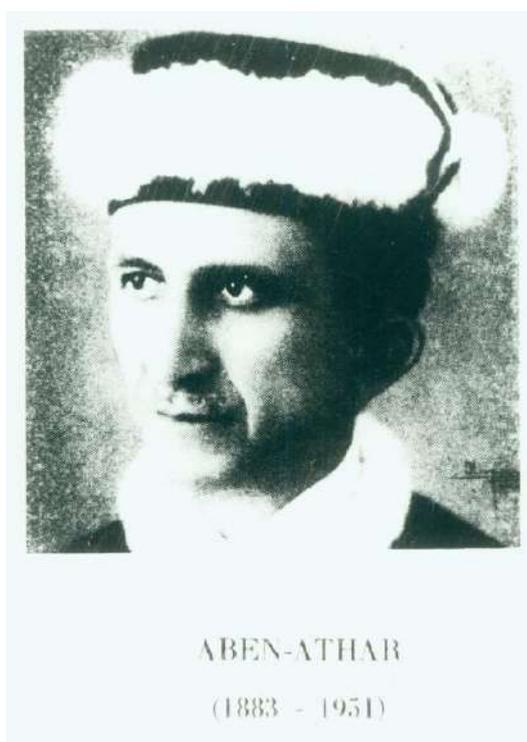


Figura 30: Dr. Jayme Aben-Athar

Fonte: Casa de Oswaldo Cruz

Esse estudo pretendeu traçar o percurso do judeu Jayme Aben-Athar (figura 30) como profissional da medicina, destacando sua notável contribuição na batalha pelo saneamento em períodos desafiadores vivenciados pela região amazônica. Ao lado de outros cientistas e pesquisadores, empenharam-se na investigação de diversas doenças associadas ao clima tropical.

Uma trajetória que destaca a importância dos profissionais da saúde coletiva compreenderem a história completa de qualquer desafio ou ameaça à saúde humana, desde suas origens até o presente. Isso inclui a análise de todos os processos sociais e políticos que influenciaram as estratégias de prevenção, eliminação ou controle relacionadas a esse problema específico, ou seja, uma abordagem abrangente e contextualizada é fundamental para lidar eficazmente com questões de saúde pública.

Uma experiência semelhante foi vivenciada pelo antropólogo americano Charles Wagley em 1939, quando chega ao Brasil para estudar por quinze meses os Tapirapé, no Mato Grosso. E em 1948, Wagley inicia a pesquisa de campo em Gurupá, e *“foi em seus cursos, braços e furos que ele navegou por longos meses, incansavelmente, com o objetivo de compreender o modo de vida do homem amazônico”* (Leitão et al., 2016).

Assim destaca Pinto (2015) ao se referir às observações do dr. Jayme Aben-Athar em descobrir e compartilhar com Carlos Chagas suas descobertas sobre a presença do protozoário causador da doença de Chagas em macacos-pregos no Pará.

Em qualquer agravo à saúde humana, os bons profissionais da saúde coletiva, entre executores, gestores e pesquisadores, devem entender sua história desde o início até o momento atual, incluindo todos os processos sociais e políticos que emolduraram as estratégias de prevenção, eliminação ou controle a ela relacionados. (Pinto, 2015, p. 9)

Pouco se comentou da vida particular de dr. Jayme Aben-Athar. Sabe-se que fora casado com Aída Teixeira Aben-Athar, de origem portuguesa, com quem teve cinco filhos, Maria de Lourdes, Jacintho, Emília, Jaime e Cordélia, sua filha caçula. O professor faleceu no dia 28 de julho de 1951, aos 68 anos de idade, em sua casa no Rio de Janeiro. A causa da morte acusada em seu atestado de óbito é de assistolia aguda. Até sua morte, morava com esposa e sua filha caçula.

3.1.3. As muitas histórias da família Castiel

“Sendo que vocês, filhos de Israel, sentem mais a fundo as adversidades”
(Jurandir, 2020, p. 212)

A afirmação destaca a percepção de que os judeus têm uma sensibilidade mais profunda em relação às adversidades. Isso pode estar relacionado à história do povo judeu, marcada por desafios e superações (Benchimol, 2013), o que contribui para uma ligação mais intensa com as dificuldades enfrentadas.

A família Castiel, constituída pelo casamento de Moyses Jacob Castiel e Alegria Serfaty (nome de solteira), ambos moradores de Gurupá. Ele, judeu marroquino, naturalizado brasileiro¹³⁸, primo de Alegria, comerciante, veio “*rapazinho de Marrocos*” (Jurandir, 2020, p. 213); ela, filha de Isaac e Sol Serfaty, marroquinos, comerciantes em Gurupá.

O casal teve doze filhos¹³⁹. Somente Syme, Rafael e Samuel são apresentados em pesquisa anterior, estes moradores de Gurupá; Moyses e Mimon são citados em pesquisa inicial por um morador de Gurupá; Sultana, esta identificada a partir da lápide (21) no cemitério judaico da cidade; contudo, Jacob, Raquel, Miguel/Mair, Syme, Jacob (novamente) e Jayme foram identificados em registros cartoriais¹⁴⁰, em ordem de nascimento. Sobre os outros três filhos de Alegria Castiel não foi encontrado nenhum vestígio documental.

Os relatos de Alegria Castiel são de exaltação e angústia pelo que vivenciou em Gurupá. Ela foi representante da última família de origem marroquina e tradicionalmente judaica no

¹³⁸ A condição de naturalizado como brasileiro surge nos registros de nascimento de seus filhos Jacob e Jayme. Livro nº 04, p. 43. Termo: 100. Ano 1911 e Livro nº 04, p. 54/V. Termo: 125. Ano 1913. Cartório Gurupá.

¹³⁹ Alegria Castiel afirma que teve doze filhos, mas naquele momento somente três estavam vivos, Rafael, Samuel e Syme, uns morreram quando criança e outros já criados. Judeus (Cl. Cad. 2. p. 72) D. Alegria. Este arquivo corresponde à entrevista realizada com Alegria Castiel por Charles Wagley em decorrência de sua passagem por Gurupá entre os anos de 1942 e 1948. Wagley foi recrutado para se juntar ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) organização de saúde pública brasileira recém-criada para auxiliar nos esforços em melhoria da saúde para os habitantes do Vale Amazônico. Não há datação nesses arquivos e são identificados pelo assunto, seguido por (Cl.) e o nome do(a) interlocutor(a).

¹⁴⁰ Registro de nascimento, p. 95. Termo: 283. Ano 1899. Cartório Lobato; Registro de nascimento, p. 128. Termo: 339. Ano 1902. Cartório Lobato; Registro de nascimento, p. X. Termo: 363. Ano 1903. Cartório Lobato; Registro de nascimento, Livro nº 04, p. 20. Termo: 46. Ano 1909. Cartório Gurupá; Registro de nascimento, Livro nº 04, p. 43. Termo: 100. Ano 1911. Cartório Gurupá; Registro de nascimento, Livro nº 54/V, p. 43. Termo: 125. Ano 1913. Cartório Gurupá;

município; a judia comenta que nos tempos da alta comercialização da borracha, havia 22 casas comerciais de judeus na cidade. Seu pai, Isaac Serfaty, conhecido pelos moradores como Jabuti, era um desses comerciantes. E com o advento da borracha adquiriu terras no município, sendo um dos negociantes mais promissores do lugar; o judeu Isaac Serfaty chegou em Gurupá na segunda metade do século XIX, juntamente com seus irmãos Salomão e Jacob, onde abriram a firma Serfaty & Irmãos.

De acordo com Alegria Castiel, após o falecimento de sua mãe, Sol Serfaty, cujo sepultamento ocorreu no cemitério judaico, lápide (14), seu pai decidiu retornar a Tangerang com os filhos. Após sete anos, seu pai, Isaac Serfaty se casou novamente e optou por regressar ao Brasil. Nessas circunstâncias, Alegria se uniu em matrimônio a Moyses Castiel, já comerciante estabelecido em Gurupá. Vale destacar que, na ausência de um rabino e uma sinagoga na cidade, as cerimônias judaicas, incluindo casamentos e outros rituais, eram realizadas nas residências dos membros mais antigos da comunidade judaica.

Como judeus praticantes, a família passou a enfrentar hostilidades por parte daqueles que não aceitavam a sua conduta religiosa. Segundo Alegria Castiel, enfrentaram diversas adversidades devido à sua identidade judaica, sendo alvo de acontecimentos negativos que, segundo ela, eram instigados por aqueles que não se contentavam com a prosperidade da família.

O relato da Alegria Castiel destaca a experiência desafiadora da sua família em Gurupá. A preservação da identidade judaica em um ambiente onde eram uma minoria, enfrentando adversidades, demonstra a resiliência e a persistência em manter suas tradições.

Jurandir (2020) narra um episódio em que o judeu Bensabá manifesta descontentamento ao se referir à morte de um bezerro ocasionada pela queda da parede de sua casa. O judeu atribui o incidente à animosidade das pessoas pelo modo de vida que tem. Diz ele: *“Malquerença enxota a boa notícia. Um se aborrece com o outro, nesta cidade, faz cair casa, mata mais vaca, derruba o Trapiche, acaba nos tirado o Telégrafo”* (JURANDIR, p. 213, 2020). Alegria Castiel compartilha uma situação semelhante com Wagley, mencionando um evento em que a parede de sua casa cedeu. Ao solicitar reparos aos pedreiros, a reforma foi realizada de forma inadequada, levando ao desabamento da casa. A judia sugere a possibilidade de o incidente ter sido causado por intenções maliciosas.

Durante o período de declínio econômico da borracha, Moyses Castiel decidiu abandonar seus negócios nos seringais e se dedicar ao comércio na cidade de Gurupá. Ele estabeleceu laços com a elite política local, o que lhe conferiu certa influência e prestígio na

região. No entanto, essa ascensão social também gerou desavenças com outros seringalistas, como Liberato Borralho, que tinham uma atuação predominante na região. Esses "coroneis de barranco" eram conhecidos por controlarem a economia local e terem muita influência política, como já dissertado anteriormente.

Essas desavenças entre Moyses Castiel e Liberato Borralho tinham diversas origens, desde disputas comerciais até questões pessoais e políticas. No recorte de jornal *Estado do Pará* de 30 de janeiro de 1926, uma nota na seção *Ineditoriaes* com o título de "Gurupá", acusa o judeu Moyses Castiel de deslealdade a sua esposa em detrimento do atual intendente Moura Serra, este inimigo político de Liberato Borralho.

Diz a nota de jornal:

Sr. Redator d'o ESTADO DO PARÁ – Lendo o jornal "Folha do Norte", de 9 do corrente deparei com um Escreve-nos o sr. 'Abraham Obbadia', o qual se diz autorizado em carta a ele dirigida pelo sr. Moysés Castiel para rebater o artigo que foi publicado nas columnas do vosso conceituado jornal de 23 de dezembro de 1925, referente aos insultos que foi victima a esposa desse sr. Castiel, comerciante na cidade de Gurupá.

Ora, sr. Redator, é revoltante e ridículo o papel do sr. Moysés Castiel, querendo encobrir faltas do intendente de Gurupá, deixou impune os insultos de que foi victima sua própria esposa.

Mas vale o interesse do que a dignidade de seu lar na rude imaginação de Castiel. Ninguém poderá saber mais da verdade de que eu, que fui até aquella localidade afim de tomar passagem aqui para Belém e tive, nessa ocasião, o dissabor de assistir o desenrolar da secna que o sr. Liberato Borralho trouxe à imprensa, e que Moysés Castiel, com indignidade, procura encobrir, somente por ser protegido do seu commercio pelo intendente sr. Moura Serra, que o dispensa de pagar impostos, lesando com isso a Fazenda Municipal daquela cidade.

É esta, sr. Redator, a verdade cabal de tudo, umtelegramma passado por um tal Juveniano a uma pessoa de destaque nesta capital.

Belém, 30 de janeiro de 1926. – Antônio Ferreira da Siva.

O autor da nota, aparentemente indignado, critica fortemente Moysés Castiel por tentar encobrir os insultos dirigidos à sua esposa, ocorridos em Gurupá, sugerindo que o judeu, em busca de interesses comerciais e favores do intendente Moura Serra, estaria mais preocupado com seus negócios do que com a dignidade de seu lar. Sobretudo, a nota denuncia a suposta conivência do intendente em permitir que Moyses Castiel evite o pagamento de impostos, prejudicando o patrimônio municipal. O tom é de desaprovação em relação às ações do judeu e questionamento sobre a integridade de suas decisões.

Dalcídio Jurandir, em Ribanceira (2020), destaca um episódio que aponta para possíveis tensões entre o sr. Guerreiro e o judeu Bensabá. A situação envolve a morte de uma vaca, que foi soterrada pela queda de uma velha casa. Bensabá planeja vender a carne no mercado municipal, porém isso implicaria no pagamento de impostos, o que poderia desagradar o sr. Guerreiro.

Acompanhe a narrativa de Jurandir (2020), que revela um conflito potencial entre o coronel e o judeu, uma tensão política ou pessoal, destacando a complexidade das relações existentes em Gurupá.

[...] Guerreiro alega que Bensabá só faz isso por pinima e você bem sabe, um dos motivos do rompimento entre guerreiro e os homens da administração passada foi a questão do talho público. Imposto por imposto, o Guerreiro concorda, paga, sem ser preciso levar carne ou peixe no Mercado. Sugira isso ao Bensabá, Ele faz questão de pagar o imposto? Pois pague, com a carne em casa e pronto. Estive agora mesmo com o Guerreiro. Ele, embrulhando o queijo, verberou a ideia do Bensabá. Abre um precedente, diz, abre um precedente. (Jurandir, 2020, p. 197)

A interpretação que se faz do trecho acima é que sr. Guerreiro desaprova as ações do judeu Bensabá e alerta para as possíveis consequências se a venda da carne no mercado for aceita.

No romance, o autor retrata Bensabá como um homem nostálgico de um passado próspero em Gurupá, agora angustiado pela decadência que assola a cidade. Bensabá vive na expectativa de receber boas notícias sobre a valorização da borracha, enviadas por meio de um telégrafo que já não funciona mais: *"E o Vaique? E o Vaique? O Vincking da Amazon Telegraph, que conserta os cabos"* (Jurandir, 2020, p. 211). Ele anseia encurtar os dias, conta as horas para o amanhecer, e, ao mesmo tempo, dedica-se às suas orações, esperando ver seu comércio agitado novamente com conversas e vendas. E ainda resiste às contendas com outros moradores da cidade devido ao seu estilo de vida centrado em interesses próprios.

Além de tudo, Bensabá enfrenta desafios familiares relacionados à sua filha Sara, *"a menina, de olhos marejados"* (Jurandir, 2020, p. 198) que se embala na cadeira de balanço. Sara expressa tristeza por momentos perdidos da juventude, tolhida pelo irmão e pela observância rigorosa de sua fé.

Alegria Castiel destaca o orgulho de seguir as tradições judaicas, mantendo os preceitos alimentares, como a preferência por peixes de escamas em vez de pele, a abstenção de carne de porco e caças, e uma concessão para a carne de boi, devido às exigências do abate. Ela menciona

o cumprimento do jejum de vinte e cinco horas em outubro, data que corresponde ao *Yom Kippur*¹⁴¹. Durante esse período, os judeus jejuam como parte do arrependimento por seus pecados e busca pelo perdão divino.

No entanto, a judia reconhece que seus filhos, Raphael e Samuel, podem não ser tão obedientes devido à influência de seus casamentos não-judaicos, mas quando estão por perto acompanham os hábitos, assim como deixaram de falar o hebraico, ensinados a eles quando crianças¹⁴².

Esta interlocução acontece entre os anos de 1942 e 1948, período em que Wagley esteve por Gurupá. Portanto, os filhos de Alegria Castiel já estavam casados, sendo que Samuel e sua esposa Lolita e filhos, moravam na casa da mãe; sua filha Syme se casara com o servidor público Anfiloquio Lopes Pereira e fora morar em uma das casas que pertenciam à família, em Belém.

Em meio ao diálogo, Alegria Castiel rememora os tempos de bonança que desfrutou em Gurupá, as amizades cultivadas ao longo dos anos e a abundância que a terra proporcionou. No entanto, ela expressa pesar pelos eventos recentes que abalaram sua família, como a trágica morte do filho Mair, Coletor Estadual, em um naufrágio no estreito de Breves. Além disso, lamenta a perda do marido Moyses Castiel e dos filhos Moyses e Mimon, que faleceram em intervalos próximos, sendo todos sepultados em Belém.

Somado a isto, os aborrecimentos decorrentes das intenções maliciosas dos trabalhadores encarregados do reparo da parede desabada constituíram uma série de eventos que a deixaram insatisfeita em permanecer em Gurupá. Com isso, foi morar em Porto Velho, com o filho Raphael, este já estabelecido com esposa e filhos, mas enfrentou dificuldades para vender os bens herdados do marido, especialmente os seringais, devido à baixa da borracha. Diante do insucesso, optou por permanecer na cidade por mais tempo. Revisitando a pesquisa inicial sobre os imigrantes judeus, deparei-me com o comentário de Sandra Castiel a respeito de sua avó Alegria. Assim ela diz: “minha avó tinha um olhar triste... e, hoje, eu compreendo o

¹⁴¹ Yom Kippur – Dia do Perdão, considerado o mais sagrado e solene do calendário judaico. É observado anualmente no décimo dia do mês de Tishrei, segundo o calendário hebraico. É um dia de reflexão, oração e reconciliação, no qual os judeus buscam purificar suas almas, pedir perdão pelos erros cometidos no ano anterior e renovar seu compromisso com uma vida mais justa e piedosa. Além do jejum, o Yom Kippur é marcado por outras práticas religiosas, como a confissão pública de pecados, o uso de roupas brancas como símbolo de pureza, a prática de caridade e a visita aos túmulos de pessoas queridas. Ao final do dia, os judeus se reúnem para fazer a quebra do jejum com uma refeição festiva.

¹⁴² Alimentação Judeus (C. p. 123) – D. Alegria.

porquê”.

A condição emocional mencionada não era exclusiva da sua avó Alegria. Sandra também presenciou os episódios de depressão de sua tia Syme, ou Symita, como era conhecida. Decerto que esse temperamento tinha raízes profundas na experiência do "Gurupá saudoso", uma expressão frequentemente utilizada por seu pai, Raphael Castiel.

No romance de Jurandir (2020), a personagem Sara é apresentada como uma jovem emotiva, melancólica e ansiosa por vivenciar plenamente sua juventude. Entretanto, suas aspirações são cerceadas pelas circunstâncias familiares, pelas restrições impostas pelo judaísmo – “*Sara vai de ombro no relento? Os judeus deixam?*” (Jurandir, p. 124, 2020) e pela influência de seu irmão Jacobito, que a impedia de desfrutar de certos entretenimentos.

Lanterna acesa, o passo miúdo, suando na casimira, Jacobito, Coletor Estadual, agarra o braço da irmã:

- Pra casa!

Sara desvencilha-se:

- Meu braço! Inda mais essa! Me larga!

- Pra casa já.

- Que que tem? Por que não me acompanhas? A tua ilustríssima proíbe?

- Quem te mandou? Quem te mandou?

- Tira a lanterna de cima de mim, me escandeando.

O Coletor apagou, tira o paletó, desata o borboleta:

- Sara! Hora de moça andando na rua? Aqui à toa na rua? Pra casa, Sara! O baile gorou. (Jurandir, 2020, p. 136-137)

Neste diálogo do romance de Jurandir (2020), Jacobito demonstra uma postura autoritária e de controle em relação à sua irmã Sara. Ao ordenar que ela retorne para casa e expressar descontentamento com sua presença na rua, Jacobito revela uma atitude protetora e conservadora. Sara, por sua vez, questiona a razão dessa proibição e mostra resistência à interferência do irmão. Essa atitude projeta as restrições sociais e as expectativas sobre o comportamento feminino na época, além de refletir as responsabilidades assumidas por Jacobito como irmão mais velho.

O filho de Moyses e Alegria Castiel, Coletor Estadual, fora Mair, que faleceu em 1943, em um naufrágio ocorrido no estreito de Breves.

Moyes Castiel faleceu em 03 março de 1934, no Hospital D. Luiz I, em Belém. Em seu

inventário datado em 1946, treze anos após sua morte, consta a procuração que Alegria Castiel e os filhos Raphael, Samuel e Syme e esposo outorgam o advogado Frederico Sampaio Fortuna para inventariar os bens deixados por Moyses Castiel, que são: um imóvel situado à Praça da Bandeira, em Belém, no valor de quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 40.000,00); um imóvel na cidade de Gurupá, sito à 1ª Rua, no valor de seis mil cruzeiros (CR\$ 6.000,00); um seringal no referido município, inclusive estrada, localizado em Murupucu, no valor de oito mil cruzeiros (CR\$ 8.000,00); três estradas no rio Macacos e no mesmo município, no valor de dois mil cruzeiros (CR\$ 2.000,00); três estradas no lugar Jocojó no citado município, no valor de mil cruzeiros (CR\$ 1.000,00) no total de cinquenta e sete mil cruzeiros (CR\$57.000,00). Que desde já hipoteca o imóvel da Praça da Bandeira para pagar os custos advocatícios.

Os registros relacionados ao inventário de Moyses Castiel revelam detalhes sobre os valores e propriedades, oferecendo uma visão do legado financeiro e imobiliário que o judeu deixou para sua família, mesmo em meio ao declínio econômico em Gurupá.



Figura 31: Casa comercial e residencial da família Castiel, em Gurupá.

Fonte: Pace, 1996.

Acima (figura 31), a casa da família Castiel, situada à 1ª Rua, antes rua Santo Antônio, também chamada “Rua dos judeus”, atualmente, denominada Avenida São Benedito. A casa

tinha fins de moradia e comercial. Com o comércio enfraquecido, as prateleiras da casa comercial esvaziaram – *“Na loja escura, corria com os ratos, remexia as prateleiras, borradores, e o estojo, aquele do freguês morto e que não abre nunca”* (Jurandir, 2020, p. 214); contudo, em tempos de fartura, era uma das casas prósperas da cidade, onde se comercializa mercadorias variadas, de tecidos ao tabaco – *“peles trazendo, gêneros levando”* (Jurandir, 2020, p. 214).

Nos primeiros estudos sobre os judeus, há um relato sobre a diversidade de produtos vendidos no comércio dos Castiel durante os últimos anos em Gurupá. Nesse período, a exploração da borracha havia aquecido o comércio local, e as casas estavam repletas de mercadorias diversas, como sementes de andiroba, cacau, ucuúba (virola) e mantas de pirarucu. Sobre estas, o aroma era tão marcante que podia ser sentido a longas distâncias.

O relato destaca a prosperidade e diversidade do comércio dos Castiel em Gurupá, impulsionado pela atividade econômica da exploração da borracha que voltara a ser explorada na região, anos antes da família partir do município, sendo os Castiel a última família tradicionalmente judaica a permanecer no município,

A saída dos judeus de Gurupá coincidiu com o enfraquecimento econômico do mercado de borracha, conforme relatado por Alegria Castiel a Wagley. Os irmãos Aben-Athar, Jacintho Jayme e Marcos Jayme, ambos casados com mulheres judias, tomaram diferentes rumos. Jacintho Jayme, pai do dr. Jayme mencionado nesta seção, enviou seus filhos para a capital acompanhados pela mãe Helena. Após alguns anos em Gurupá, Jacintho adoeceu e seguiu para se reunir com a família, onde veio a falecer.

Marcos, por sua vez, permaneceu na cidade, e sua história inclui o falecimento prematuro de sua primeira esposa, Sol, deixando três filhos: Jaime (11), Fortunato (10) e Jacob Marcos (6)¹⁴³. Marcos posteriormente casou-se com Raquel Benlole, com quem teve um filho chamado Moyses¹⁴⁴. O túmulo de Marcos Jayme está localizado no cemitério dos judeus de Gurupá, sendo que até o momento da pesquisa seu local exato não foi identificado. Outros membros da comunidade judaica que permaneceram no município envelheceram, faleceram e foram sepultados no mesmo cemitério, que era cuidado pela família Castiel. Assim ela diz: *“E foram se extinguindo, uns morreram, outros se mudaram e meu marido sempre foi ficando, só*

¹⁴³ Registro de óbito, p. 38. Termo: 69. Ano 1890. Cartório Gurupá.

¹⁴⁴ Registro de nascimento, p. 99. Termo: 290. Ano 1899. Cartório Gurupá.

*morreu em Belém, estava muito doente foi pra lá.*¹⁴⁵

Abaixo (figura 32) um episódio que representa uma das ocasiões apreciadas por Alegria, a matriarca da família Castiel. Manter a harmonia entre seus entes queridos era fundamental para a unidade familiar, da qual se orgulhavam como judeus, um momento que mostra a dedicação e determinação da judia para a preservação de seus princípios.



Figura 32: Alegria Castiel e família. Adultos: Syme, Lolita, Alegria e Samuel Castiel; crianças: Mimon, Samuel, Auristélio, Haroldo e Ênio Castiel (Moisés ainda não havia nascido).

Fonte: Sandra Castiel.

Na imagem acima, ladeado pela família, está Samuel, o filho caçula dos Castiel. Segundo as falas de Alegria Castiel, ele, sua esposa e filhos foram os que permaneceram com ela em Gurupá, pelo menos até o período da entrevista. Samuel se casou com Lourença, conhecida por todos como Lolita.

Uma narrativa compartilhada por Adelino Pantoja, presente no meu texto monográfico, revela que Lolita era uma jovem humilde, morava com sua madrinha na cidade de Gurupá, D. Inacinha, já mencionada nesta dissertação, uma senhora católica profundamente religiosa. Lolita era cortejada por Samuel Castiel e Wilson Benathar, ambos filhos de judeus. Contudo, a senhora expressava preferência para que ela se casasse com "Benathar", pois este já havia sido batizado na igreja católica, enquanto Castiel seguia as tradições de sua família que praticava o

¹⁴⁵ Judeus (Cl. Cad. 2, p. 72) D. Alegria.

judáismo.

Por insistência de Samuel, casaram-se e tiveram seis filhos, retratados na imagem com a tia Syme e a avó. Segundo Alegria, embora Lolita não fosse judia, sogra e nora eram muito amigas, e assim perdurou até sua morte, em 1965, aos 85 anos, acometida por câncer no fígado, segundo atesta sua certidão de óbito¹⁴⁶.

Alegria relata que Samuel demonstrava grande entusiasmo pelo movimento político em prol da liberdade da Palestina, chegando a questionar Wagley sobre os desdobramentos dos debates sionistas, uma vez que tinha um grande interesse pela relação desses eventos com sua própria origem judaica.

Não há informações precisas sobre a data em que a família deixou Gurupá para se estabelecer em Porto Velho. A única referência é a presença de Raphael Castiel, que já havia iniciado um comércio no território recentemente criado.

Após se estabelecer em um novo ambiente, Samuel seguiu os passos de seu pai e irmão, abrindo seu próprio comércio. No entanto, a morte prematura de seu filho Mimon trouxe uma tristeza que assolou sua esposa, Lolita. Relatos de Sandra, sua sobrinha, é de que Lolita entrou em uma profunda depressão e veio a falecer devido ao peso da perda de seu filho. Morreu de “grande tristeza”.

Samuel formou três famílias distintas, tendo filhos em cada união. Contudo, a quantidade exata de filhos, netos e bisnetos não é especificada devido à natureza numerosa da família. Faleceu em abril de 1978 de insuficiência renal. Está sepultado no cemitério de Porto Velho. Seus filhos e netos, embora não identificados, têm suas vidas ligadas à história da cidade, assim como seus antepassados, oriundos de Gurupá.

A trajetória de Raphael Jayme Castiel inicia em sua terra natal, Gurupá. Nasceu em 12 de fevereiro de 1916, sendo um dos últimos filhos de Moyses e Alegria Castiel. Em terras gurupaenses, ainda jovem se envolveu politicamente com os grupos existentes que apoiavam Magalhães Barata, sendo nomeado intendente do município. Não há nos arquivos da gestão municipal nenhum registro do judeu assumindo a intendência de Gurupá, somente informações no livro de memórias de Benedito Sanches, ratificando a indicação na interventoria de

¹⁴⁶ Informações baseadas em notas produzidas por Artur Reis, trineto de Moyses e Alegria Castiel. Em sua busca por referências sobre a família Castiel, Artur, obteve fotografias das lápides e registros de óbitos de Alegria, Raphael e Samuel, ambos sepultados no cemitério de Porto Velho. Os elementos relacionados a Samuel Castiel, após sua saída de Gurupá, estão baseados nos dados destas notas.

Magalhães Barata, em 1943.

Raphael Castiel casou-se com Marise Magalhães, com quem teve sete filhas: Léa, Ana, Helena, Sônia, Marise, Sandra e Enid, além de Raphael, filho de um relacionamento extraconjugal. Marise fazia parte de uma família influente, tanto social como politicamente, no estado do Pará, sendo parente do interventor do Estado. Sandra, sua filha, mencionou em uma pesquisa anterior, que o casal se conheceu quando Marise visitou Gurupá, cidade onde seu tio era juiz. Essa união descontentou a matriarca da família Castiel, devido à fé católica da moça. Alegria Castiel “vestiu a casa de luto por causa do casamento”.

O cenário não apenas destaca elementos familiares, mas também revela conexões políticas no relacionamento do casal, uma vez que Marise mantinha laços com famílias influentes no Pará. Essa dinâmica evidencia as complexidades e interseções entre as esferas pessoal e social na vida de Raphael Castiel e em seu círculo de relações.

Logo com a saída de Magalhães Barata da interventoria federal do estado, Raphael Castiel segue para Porto Velho com a esposa, onde estabeleceu comércio e não se furtou à vida política do Território Federal de Guaporé, assumindo a tesouraria da prefeitura da capital, como acusa o jornal *Alto Madeira*, em que circula o Balanço Financeiro do 1º semestre da Prefeitura Municipal de Porto Velho¹⁴⁷. Marise Magalhães Castiel, professora normalista, assumiu a Diretoria do Ensino Normal "Carmela Dutra" em Porto Velho¹⁴⁸, desempenhando sua missão educacional por um longo período. Sua notoriedade entre os rondonienses perdura até os dias atuais.

Envolvido no alto escalão da política do Território Federal, em 1950, Raphael Castiel assume a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em uma grande reunião que congregou as “*Comissões Municipais de Porto Velho e Guajará Miri*”, uma reunião para reestruturação do PTB *Seção Guaporé*. Em seu discurso, Raphael Castiel “*declara que o PTB é o partido da ordem, da legalidade e do acatamento às legalidades, e que esperava o concurso de todos os companheiros no sentido de erguer bem alto a legenda e o programa do PTB.*”¹⁴⁹

No ano de 1950, a delegação do PTB do Guaporé, composta por Raphael Castiel, João Elias Martins e Antônio Pires Dantas, representou a Comissão Executiva Territorial na Convenção Geral petebista em Brasília (figura 33). Nessa convenção, homologou-se a

¹⁴⁷ Alto Madeira, de 07 de setembro de 1947, p. 1. Edição 3121(1).

¹⁴⁸ Alto Madeira, de 02 de outubro de 1949. Ano: XXXII. Edição 3430.

¹⁴⁹ Alto Madeira, de 11 de abril de 1950. Ano: XXXII. Edição 3532.

candidatura de Getúlio Vargas para as eleições gerais de 3 de outubro. Vargas enfrentou poucas dificuldades para assegurar sua vitória, abraçando a legenda do PTB. Iniciou uma campanha, aproveitando o amplo apoio das lideranças populares e sindicais, além de barganhar com o Partido Social Democrata – PSD, garantindo uma vitória com 48% dos votos.



Figura 33: Raphael Castiel (paletó escuro) no escritório do PTB no Rio de Janeiro.

Fonte: Jornal Alto Madeira, de 23/09/1950. Hemeroteca Digital.

Em 1953, estiveram presentes no bairro de Nossa Senhora das Graças, o governador Jesus Hosannah, o deputado Aluizio Ferreira e Raphael Castiel, este como prefeito de Porto Velho, para a inauguração de várias obras e melhoramentos oficiais, dentre elas: a Maternidade Darcy Vargas, o Mercado Municipal e a Ponte 29 de janeiro. Neste ano, Marise Castiel ocupava papel central na educação do território. Era Diretora da Divisão de Educação, cargo que exigira competência e habilidades, fortes qualidades atribuídas a ela por quem a conhecia.

Neste evento a população ovacionou os políticos com queima de fogos, e a cerimônia terminou com uma confraternização no salão do Porto Velho Hotel, onde estavam presentes o “*que a cidade tem de mais seleta e elegante para a festa de gala*”¹⁵⁰. Esses episódios revelam a participação ativa de Raphael Castiel no cenário político municipal e nacional.

¹⁵⁰ Alto Madeira, de 30 de janeiro de 1953. Ano: XXXII. Edição 4161.

Marise Castiel foi uma companheira leal de seu marido, colaborando ativamente ao seu lado como gestora educacional durante os anos de governo no Território Federal. Sua atuação não foi meramente simbólica; ao contrário, desempenhou um papel politicamente hábil. De acordo com a nota de Artur Reis, Raphael Castiel foi deposto do cargo político e preso durante o regime ditatorial. Em 1976, Marise Castiel, filiada à Aliança Renovadora Nacional – Arena, alcançou a vitória nas eleições para a Câmara Municipal de Porto Velho, tornando-se a primeira mulher a ser eleita com uma expressiva quantidade de votos.



Figura 34: Raphael e Marise Castiel.

Fonte: Sandra Castiel.

O casal Raphael e Marise Castiel (figura 34) desempenhou papéis significativos na vida política e social de Porto Velho. Ele se destacou pelo seu envolvimento na política, embora, sua trajetória fora marcada por momentos desafiadores, como a deposição e prisão durante o Regime de Exceção; e Marise Castiel, por sua vez, o seguiu como colaboradora ativa, desempenhando um papel relevante no sistema educacional. Sua própria incursão na política, especialmente na Câmara Municipal de Porto Velho, evidencia sua influência e destaque na esfera pública. O respeito mútuo entre o casal contribuiu significativamente para a comunidade local, deixando um legado marcante.

A trajetória de Eliezer Moyses Levy, Jayme Aben-Athar e a família Castiel oferece uma visão abrangente sobre o ser e viver judeu em contextos diversos. Cada um desses indivíduos e famílias contribuiu para a compreensão da diversidade de experiências judaicas.

Eliezer Levy, apesar de não testemunhar a independência do Estado de Israel, dedicou-se intensamente à causa sionista. Seu envolvimento destaca a importância do sionismo como um elemento unificador para muitos judeus, mesmo em terras distantes, uma história que reflete a conexão profunda que muitos judeus mantêm com a Terra Santa.

Jayme Aben-Athar e sua família representam a presença judaica na região amazônica, especialmente em Gurupá. A prosperidade comercial da família durante os tempos da borracha destaca a capacidade dos judeus de se integrarem economicamente nas comunidades em que vivem. A manutenção de tradições judaicas também destaca o esforço em preservar a identidade cultural.

A família Castiel, com sua jornada desde Marrocos até a Amazônia, mostra a adaptabilidade dos judeus em diferentes ambientes. O engajamento político, as contribuições para a educação e o impacto na política local evidenciam a influência que essa família teve na sociedade local.

Em conjunto, essas histórias apontam para a diversidade de vivências judaicas, desde o comprometimento com a causa sionista até a adaptação cultural e a contribuição para o desenvolvimento local. Elas revelam os valores e a complexidade do ser judeu, moldado por uma interação constante entre tradição e contexto socioeconômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XIX e início do século XX testemunhou ondas significativas de imigração judaica em várias partes do mundo, incluindo a Amazônia. A dispersão judaica por perseguições, a busca por liberdade religiosa e oportunidades econômicas motivaram muitos judeus a se estabelecerem em novas regiões, contribuindo para a diversidade cultural da Amazônia.

Nesta dissertação demonstramos a presença judaica na Amazônia gurupaense no desfecho do século XIX, revelando uma narrativa repleta de dinamismo e complexidade, uma história que reflete a interação intrincada entre as estruturas sociais, moldadas e moldando-se pelas atividades econômicas da época.

Diante da carência de estudos históricos sobre a presença dos imigrantes judeus na Amazônia, apesar de menções em obras clássicas de Samuel Benchimol e nos estudos locais de Charles Wagley, as pesquisas frequentemente os destacam como mais um grupo de estrangeiros na região, sendo Gurupá um importante porto para a exploração e escoamento de produtos florestais, com ênfase na borracha.

Wagley destaca que Gurupá está no centro de diferentes influências e mudanças ao longo do tempo, o que pode ser interpretado como a capacidade de aclimatar-se e se manter através das complexidades históricas e culturais da região. O autor enfatiza a riqueza da diversidade cultural de Gurupá, incluindo a contribuição duradoura da comunidade judaica, sugerindo que entender essa diversidade é fundamental para compreender a história e a identidade da região.

Este trabalho evidencia que essas atividades podem ser exploradas a partir da atuação significativa dos imigrantes judeus de origem marroquina na região, merecendo uma abordagem mais aprofundada no contexto local.

Ao analisar essa narrativa, é possível reconhecer como as interações entre grupos étnicos e as atividades econômicas moldaram não apenas a história local, mas também influenciaram a identidade judaica na região amazônica. Isso destaca a interconexão entre história, economia e cultura, salientando a capacidade de diferentes comunidades se entrelaçarem em um mosaico complexo e interdependente.

Ao longo dos capítulos, é possível observar a diversidade de atuações dos judeus na economia da região, esses, com frequência são mencionados em periódicos da época, disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e eram destacados como negociantes, sujeitos que dominavam o comércio local, práticas iniciadas com as atividades de regatear os rios até a atuação como seringalistas. Essa ocupação perdurou ao longo do século XX, por seus descendentes, como é o caso de Wilson Benathar, mantendo uma presença sólida e consolidada no cenário social e político do município.

Os jornais da época foram fontes importantes nesta pesquisa. Eles contribuíram para a diversificação da narrativa histórica ao destacar os judeus marroquinos na Amazônia, fornecendo um panorama sobre a interação entre diferentes comunidades na região, neste caso, as relações sociais entre judeus de Gurupá, Cametá, Porto de Moz e outras vilas e cidades amazônicas, entendendo assim, que sua relevância vai além do simples relato de eventos; eles atuaram como agentes de preservação histórica, construindo pontes de compreensão e diálogo entre as comunidades.

Da mesma forma, os registros documentais dos cartórios das cidades amazônicas, Gurupá e Cametá, desempenharam um papel fundamental na apresentação objetiva dos eventos, comprovando a presença judaica na região e evidenciando sua atuação como negociantes, especialmente durante o período de intensa exploração dos seringais na Ilha Grande de Gurupá, com ênfase no rio Moju.

Este rio teve um papel essencial para os judeus que se estabeleceram em Gurupá durante os ciclos da exploração da borracha. Sua localização estratégica em frente à sede do município proporcionou acesso facilitado a vastas extensões de seringais na Ilha Grande de Gurupá e em áreas próximas, onde as árvores produtoras de látex eram abundantes. Essa proximidade permitiu que os judeus marroquinos adquirissem posses ao longo do rio para a extração e comércio de borracha, erguerem barracões para aviar mercadorias, uma condição inerente ao sistema econômico do período da época, atividades que lhes trouxera prosperidade financeira e prestígio social.

Além disso, a navegabilidade do rio facilitou o transporte fluvial das mercadorias, conectando Gurupá a outros locais e integrando a economia local às redes comerciais mais amplas. Dessa forma, o rio Moju fora uma fonte de recursos naturais, mas também uma via determinante para o comércio e a conectividade regional dos seringalistas judeus em Gurupá.

Os judeus marroquinos em terras gurupaenses demonstraram resiliência e um

compromisso sólido com a preservação de suas tradições, mantendo uma forte identidade cultural. A formação de comunidades judaicas ao longo dos rios foi marcada pela criação de laços sociais e culturais resistentes. Essas redes fomentaram um ambiente de solidariedade e pertencimento, e desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de atividades comerciais. Vale ressaltar que essas atividades não se restringiam apenas aos judeus marroquinos, estendendo-se a outros moradores locais, incluindo os não judeus.

Esses imigrantes sefarditas compartilhavam de laços familiares, culturais e religiosos. A pesquisa revelou que os judeus se mantiveram presos à Lei de Moisés, realizando seus ritos, orações, preservando suas tradições, fortalecendo a sociabilidade interna. O cemitério judaico em Gurupá, assim como em Cametá e Porto de Moz, e as lápides espalhadas em pequenas vilas nos rios da região, destacam-se como locais simbólicos, representando a memória dos que ali descansam e a continuidade cultural e a preservação das raízes nessas comunidade.

Explorando os estudos da comunidade judaica de Gurupá e visando identificar as conexões e redes sociais entre seus membros, incluindo relações familiares, casamentos interculturais e parcerias comerciais, a utilização da técnica prosopográfica se revelou fundamental. Por meio dessa abordagem, foi possível compreender a trajetória de Eliezer Moises Levy, Jayme Aben-Athar e da família Castiel na região amazônica. A análise mostrou a complexidade das experiências judaicas e a habilidade de adaptação diante das mudanças históricas e econômicas. As vidas desses indivíduos se entrelaçaram com as transformações na exploração da borracha e as dinâmicas sociais, evidenciando a riqueza e diversidade de suas contribuições para a comunidade e a região.

Por fim, a pesquisa confirma que os imigrantes judeus na Amazônia gurupaense adicionam variantes à trama histórica da região, além de destacar a capacidade de diferentes grupos étnicos e culturais contribuírem para o tecido social. Os eventos e interações narrados oferecem conhecimentos valiosos sobre como as comunidades judaicas prosperaram e enfrentaram desafios em um contexto amazônico específico, enriquecendo assim a compreensão da diversidade sociocultural na região.

Esta trama é evidenciada através da capacidade dos moradores locais em reagir aos desafios e dificuldades impostos pelo contexto amazônico; à resistência da comunidade negra do Jocojó em suas relações conflituosas com a elite local suscitando a formação do quilombo; da determinação dos imigrantes nordestinos, em particular, os cearenses, em permanecerem no território gurupaense e lançarem-se à sorte na exploração da floresta, bem como, dos imigrantes portugueses, judeus marroquinos, e suas experiências de vida em terras adversas.

REFERÊNCIAS

Documentos Impressos

▪ Centro de Memória da Amazônia - CMA

Cartório Pepes (5ª Vara Cível) – Inventários

- Nome: Moyses Jacob Castiel
Notação: 290 – Caixa: 19 (Procuração e Recibo da Receita Federal)
- Nome: Jayme Aben-Athar
Notação: 294 – Caixa: 24 (Procurações dos filhos, Registro de óbito)

▪ Documentos cartoriais:

a) Livro de nascimentos:

- Registro de Nascimento. Termo: 4. p. 3. Ano 1888. Cartório Lobato.
 Livro de nascimento, nº 276, p. 40. Ano 1899. Cartório Lobato.
 Registro de Livro nascimento, Termo: 167/168. p. 93. Ano 1890. Cartório Lobato.
 Livro de nascimento, Termo: 226. p. 125. Ano 1891. Cartório Lobato.
 Livro de nascimento, nº 98, p. 40. Ano 1893. Cartório Lobato.
 Termo de Nascimento, nº 50. Ano 1936. Cartório Lobato.
 Registro de Livro de nascimento. P. 120 (verso). Termo: 141. Ano 1894. Cartório Alberto Mocbel.
- Registro de nascimento. P. 7. Termo 70. Ano: 1889.
 Declarante de óbito de Saul Benrros. Registro de óbito. P. 34. Termo. 78. Ano: 1889. Cartório Alberto Mocbel
- Registro de nascimento. P. 5. Termo. 20. Ano: 1897. Cartório Alberto Mocbell.
 Registro de nascimento. P.120 e verso. Termo. 182. Ano: 1894. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de nascimento. P.99. Termo. 3835. Ano: 1939. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de nascimento. P. 61 e verso. Termo. 131. Ano: 1900. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de nascimento. P. 100. Termo. 177. Ano: 1902. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de nascimento. Termo. 363. Ano: 1903. Cartório Lobato.
 Registro de nascimento, p. 95. Termo: 283. Ano 1899. Cartório Lobato
 Registro de nascimento, p. 128. Termo: 339. Ano 1902. Cartório Lobato
 Registro de nascimento, p. X. Termo: 363. Ano 1903. Cartório Lobato
 Registro de nascimento, Livro nº 04, p. 20. Termo: 46. Ano 1909. Cartório Gurupá
 Registro de nascimento, Livro nº 04, p. 43. Termo: 100. Ano 1911. Cartório Gurupá
 Registro de nascimento, Livro nº 54/V, p. 43. Termo: 125. Ano 1913. Cartório Gurupá
 Registro de nascimento, p. 99. Termo: 290. Ano 1899. Cartório Gurupá.
 Registro de Livro de nascimento. P. 3. Termo: 4. Ano 1889. Cartório Lobato.

b) Livro de óbitos:

- Registro de Livro Óbito, p. 34. Ano 1887. Cartório Lobato.

Registro de Livro Óbito. Termo: 256. Ano 1896. Cartório Lobato
 Registro de óbito. P. 56 e verso. Termo. 93. Ano: 1891. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de óbito. P. 46 e verso. Ano: 1891. Cartório Alberto Mocbel
 Registro de óbito. P. 34. Ano: 1887. Cartório Lobato.
 Registro de óbito. P. 25. Termo: 195. Ano: 1907. Cartório Lobato.
 Registro de óbito. P. X. Termo: 331. Ano: 1913. Cartório Lobato.
 Registro de óbito. P. 165. Termo: 460. Ano: 1916. Cartório Lobato.
 Registro de óbito. P. 66-V. Termo: 274. Ano: 1911. Cartório Lobato.
 Registro de óbito. P. 103-V. Termo: 345. Ano: 1913. Cartório Lobato.
 Registro de óbito, p. 38. Termo: 69. Ano 1890. Cartório Gurupá.

c) Livro de notas:

Livro de notas, p. 40. Ano 1894. Cartório Lobato.
 Livro de Notas da Loja “Formosa Gurupaense”, ano 1894.

d) Livro de escrituras:

Registro de Escritura de hipoteca de casa. Livro (capa ilegível), p. 17. Ano 1893. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de hipoteca de casa. Livro (capa ilegível), p. 73. Ano 1896. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de dívida com hipoteca. Livro (capa ilegível), p. 40. Ano 1894. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. Livro (capa ilegível), p. 15. Ano 1892.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 65. Ano 1883. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. Número de ordem inexistente. P. 83/verso. Ano 1886. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 52. Ano 1895. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 86. Ano 1896. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 106. Ano 1896. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 95. Ano 1896. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 132. Ano 1897. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 73. Ano 1910. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 92. Ano 1910. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 138. Ano 1910. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 83. Ano 1910. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 84. Ano 1910. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 135. Ano 1897. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 62. Ano 1883. Cartório Gurupá.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 86. Ano 1886. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 42. Ano 1915. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 82. Ano 1936. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 12. Ano 1883. Cartório Lobato.

Registro de Escritura de compra e venda. P. 16. Ano 1883. Cartório Lobato.
 Registro de Escritura de compra e venda. Ano 1883. Cartório Gurupá.
 Registro de Escritura de compra e venda. P. 17. Ano 1893. Cartório Lobato.
 Registro de Escritura de compra e venda. P. 10. Ano 1895. Cartório Lobato.
 Registro de Escritura de compra e venda. P. 73. Ano 1896. Cartório Lobato.

d) Livro de protocolo:

Registro em Livro de Protocolo, nº 3, p. 15 e 16 de julho de 1899. Cartório Lobato.

e) Certidão:

Registro - nº 6.037, fl 95 v., livro15-A. Certidão de nascimento de Pedro de Almeida Coutinho, neto de Izaak Bentes Tobelem.

Procuração em nome de Seraphim Advogados. (Página sem numeração). Ano 1935. Cartório Gurupá

- **Documentos digitalizados cedidos por Gilvandro Torres. Disponíveis na Biblioteca do CENTUR em Belém.**

Judeus (Cl. Cad. 2. p. 72) D. Alegria

Judeus (Cl. Cad. 2. p. 72. e ss. – 2). – D. Alegria.

Alimentação judeus C. p. 123) – D. Alegria.

- **Fontes Documentais**

1. Livro biográfico “O bom doutor Aben-Athar”.
2. Livro de memórias “Gurupá dos Mariocays”, Benedito Sanches da Silva.
3. Jornal O Liberal 1º Caderno – Artigos. Ano, 1983.
4. Imagem digital do Jornal Voz de Israel. Ano, 1918.
5. Relatórios da Festividade de São Benedito De Gurupá.
6. Família Castiel. Notas de Artur Reis, 2019.
7. A Pequena Pré-história e a História de Gurupá, Richard Pace e Paulo H. B. Oliveira Junior.

- **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível na Internet:**

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

- A Constituição: O do Partido Conservador, 1884, 1883 – Pará.
- Alto Madeira, 1947, 1949, 1950, 1953. – Rondônia.
- Diário de Notícias, 1891, 1988 – Pará.

- Estado do Pará: Propriedade de uma Associação Anonyma, 1911, 1912, 1913, 1914, 1918, 1920 – Pará.
- Folha do Norte, 1859, 1896 – Pará
- Gazeta Official, 1859 – Pará
- O Liberal, 1947 – Pará
- Treze de Maio, 1846, 1856 – Pará

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Cássio A. A. *Da história política dos “grandes homens” a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jun. de 2011.

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade. *Identidade em Construção: História e Memória de Judeus no Amazonas - 1930 a 1960*, f. 151 (História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus - Amazonas, 2012.

BACELLAR, Carlos. *Fontes históricas: Uso e mau uso dos arquivos*. Carla Bassanezi Pinsky (Organizadora). 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

BARBOSA, Andreia dos Santos. *Casamento uma análise da demografia histórica de Gurupá: Naturalidade e preferências matrimoniais (1890-1900)* (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Faculdade de História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BARROS, José D'Assumpção. *Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos*. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan./jun. 2010.

BEMERGUY, Amélia. *Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males*. Pará 1870 - 1910. (História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BENATHAR, Cássia L L. *História e Memória de judeus em Gurupá - PA: Um estudo de caso a partir dos Aben-Athar (1890-1900)*. Belém, 2015 (Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

BENCHIMOL, Gimol Levy. *Eu, Gimol*. 1 ed. Rio de Janeiro: Abrace um Aluno Escritor, 188 p., 2011.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação social e cultural*. Manaus: Valer, 2009.

_____. *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*. Manaus: Valer Editora 247 S.A., 2013. (E-Book).

BENTES, Abraham Ramiro. *Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia: formação da 1a. comunidade israelita brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2022.

BETTENDORFF, João Felipe, Pe. 1627-1698. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão/Pe*. João Felipe Bettendorff. 2.a ed. - Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 697 p (Série Lendo o Pará, 5)

BLAY, E. A. Judeus na Amazônia: In. SORJ, B. org. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais 25-57 p., 2008.

CANCELA, Cristina Donza. *Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia*. Antíteses. v. 9, n. 17, p. 136-156, jan/jun. 2016.

_____. COSME, João Santos Ramalho. *Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

_____. GUIMARÃES, Luiz. *Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: Entre deslocamentos e pertencimentos (Pará-Brasil)*. História & Perspectivas, Uberlândia (59); 22-35, jul./dez. 2018.

_____. O fluxo imigratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). R. bras. Est. Pop., v.36, 1-22, e0079, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. (Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente*. MATRIZES, Ano 3, Nº 2, p. 171-186, Jan/Jul 2010.

CRUZ, Natália dos Reis. *A imigração judaica no Brasil e o antissemitismo no discurso das elites*. Política & Sociedade, v. 8, n. 15, p. 225-250, outubro de 2009.

CUNHA, Álvaro. *Narrativa na (língua judaico-marroquina) hakitía*. Tese de doutorado apresentado à Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CUNHA, Claudia et al. *Matzevtot Kevurah Esquecidas: Resgate Etnoarqueológico do Cemitério Judaico de Gurupá, Pará, Brasil*. Antropologia Portuguesa, v. 36. 141 p, 2019.

DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense*. História Ciência e Saúde, Maguinhos, v. VI, p. 867-888, setembro de 2000.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus 1890 - 1900*. Manaus: Valer, 2019.

EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.

FÁBIO, Fabiana Gomes. *Judeus em Óbidos-PA: imigração, história e ressignificação* (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.) - Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém-PA, 2019.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Editora Humanitas, 2008.

FELDMAN, Sergio Alberto. *Imigração, Educação, Identidade: A Educação na comunidade judaica de Curitiba – Sec. XX*. Revista del CESLA, Universidad de Varsovia, Centro de Estudios Americanos. International Latin American Studies Review, n. 22, p. 53-75, 2018.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Série 5ª. V. 284. Ed. Nacional. São Paulo, 1955. Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/56>

GRYNZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255 p.

GUIMARÃES, Maria do Socorro da Silva. *A história de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia: Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá - PA*, f. 155 (Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2017.

GUTFREIND, Ieda. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história*. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2004.

HELLER, Reginaldo Jonas. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*. Editora E-Papers, 2010.

HENRIQUE, Marcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. *Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)*. Revista de História, n. 171, p. 49-82, 2014.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)*. 1 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

JURANDIR, Dalcídio. *Ribanceira*. 2 ed. Bragança: Pará.grafo, 2020.

KELLY, Arlene Marie. *Family, Church, And Crown: A Social And Demographic History Of The Lower Xingu Valley And The Municipality Of Gurupa, 1623-1889* (Philosophy University Of Florida.) - A Dissertation Presented To The Graduate School Of The University Of Florida In Partial Fulfillment Of The Requirements For The Degree Of Doctor, 1984.

KUHN, Priscila Koester. *O uso dos arquivos por historiadores: um estudo de caso em História* (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza. *Trajetória de "migrantes": contatos, interações e conflitos em práticas interculturais - Breves-Marajó-PA*. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LEITÃO, Wilma Marques et al. *As imagens de Itá – ou sobre os legados de Charles Wagley na Amazônia*. Revista Visagem. Belém, vol. 2, n. 1, p. 285-300, janeiro / junho 2016.

LIMA, Mayara Gonçalves. *Análise da paisagem: Mudanças na "beirada" do rio, em área de várzea, da comunidade Santo Antônio, Igarapé-Miri/PA*. (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Especialização - Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LOPES, Robson Wander Costa. *CEBs ribeirinhas: Análise do processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá-PA* / Robson Wander Costa Lopes. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

MAGALHÃES, Benedita Alcidema Coelho dos Santos. *Educação do campo, poder local e políticas públicas: a casa familiar rural de Gurupá-Pa, uma construção permanente* (instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2009.

MCGRATH, David Giggs. *Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 2, dez. 1999.

MEIRA, Marcio. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico*. São Carlos: EdUFSCar, 2018. 479 p.

MENDES, Francille Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. *O coronelismo "bem engomado" da Amazônia*. A Palavrada, Bragança - PA, n. 2, p. 79-92, julho-dezembro 2012.

MIRANDA, AG; ABREU JÚNIOR JM. *A fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. Rev Pan-Amaz Saúde 2014; 5(1):11-18

MIZRAHI, Rachel. *Judeus: do descobrimento aos dias atuais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (Série Lazuli, Imigrantes no Brasil).

MONTEIRO, Lorena Madruga. *Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?* Pensamento Plural, Pelotas, n. 14, p. 11-21, Jan-jun. 2014.

MORAIS, Raimundo. *Na planície amazônica. Brasil*. Ed. Nacional, 1936. Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/145>

NOVINSKY, Anita et al. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. 3 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. *Infância e experiências educativas no educandário Eunice Weaver em Belém/Pará (1942-1980)*. Revista Teias v. 19, n. 52, 2018.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...: O jogo político na antiga capital federal*. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social, Natal - RN, julho de 2013.

PINTO, Ana Yecê das Neves. *O desafio tropicalista de integrar pesquisa biomédica ao serviço: conhecer, cuidar e vigiar*. Rev Pan-Amaz Saúde 2015; 6 (1):9-10

PÓVOA, Carlos Alberto. *A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo-SP: A migração do Bom Retiro ao Morumbi* (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REBELO-PINTO, Fernanda. *A travessia: adoecer, viver e morrer na marcha imigratória para o Brasil (1890-1926)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Cultura, v. 43, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca/Série publicação científica).

ROSENBLATT, Sultana Levy. *Barracão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1961.

_____. *Como viemos parar na Amazônia*. Revista Morashá, n. 30, setembro 2000.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia - 1800 1920*. 2 ed. ampliada. Organização Tenório Telles. - Manaus: Editora Valer, 2019. 428 p.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. I, julho 2009.

SÁ, Eneida Damasceno Borges de; REIS, Marcos Vinicius de Freitas, NORONHA, Andrius Etevam. *Judeus-marroquinos na Hinterland Amazônica: Imigração, Religiosidade e Formação da identidade judaica*. Caminhos. Goiânia, v. 21, n. 3, p. 804-818, set./dez. 2023.

SARRAF, Karine. Família Sarraf: Raízes Marroquinas, Frutos Marajoaras. In: CHOCRON, Iria (Org.). *Histórias da beira do rio: os judeus da Ilha do Marajó*. Garcia. Juiz de Fora - Minas Gerais, 2023.

SIMON, Sergio Daniel. As famílias Pinto Levy de Soure/Breves e Levy de Gurupá: Nascimento do judaísmo marajoara. In: CHOCRON, Iria (Org.). *Histórias da beira do rio: os judeus da Ilha do Marajó*. Garcia. Juiz de Fora - Minas Gerais, 2023.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. *Economia e política na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX)*. Revista Estudos Amazônicos, v. IX, n. 1, 2013. 157-179.

SOARES, F A H. *Vestuário e história pelas ruas de Belém*. Dobras, Barueri, SP, v. 6. 94 p, 2013.

SOARES, Gabriel Ozorio de Almeida. *Não existem cordas para nós: relações de produção de e pertencimento dentro do sistema de aviação na região do Médio Purus* (Instituto de Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

STAEVIE, Pedro M. *Um levantamento histórico da imigração internacional para a Amazônia brasileira: do protagonismo do além-mar para a importância sul-americana*. Papers do NAEA, Belém, v. 28, n. 2, 2019.

TAVARES, M. G. C. (2008). *A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios*. Acta Geográfica, Ano II. Nº 3. 2008. 59-83.

WAGLEY, Charles; Tradução de Clotilde Da Silva Costa. *Uma comunidade amazônica*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 290, 1977.

WEINSTEIN, Barbara; Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.